

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LEANDRO DE LIMA SANTOS

**CAPITAL SOCIAL E REDES: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

GOIÂNIA  
2014

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**     Dissertação     Tese

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	Leandro de Lima Santos		
E-mail:	leandro.econ@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Professor Universitário – PUC - GO		
Agência de fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás		Sigla:	FAPEG
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título:	Capital Social e Redes: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar		
Palavras-chave:	Capital social, Redes, Coesão social, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.		
Título em outra língua:	Social Capital and Networks : An Analysis of the Food Acquisition Program of Family Agriculture		
Palavras-chave em outra língua:	Social Capital, Network, Social Cohesion, Food Acquisition Program of Family Agriculture.		
Área de concentração:	Sociologia		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	12/12/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós Graduação em Sociologia		
Orientador (a):	Denise Paiva Ferreira		
E-mail:	denisepaivafufg@gmail.com		
Co-orientador (a):*	Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida		
E-mail:	manoel77@yahoo.com.br		

\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: 07/05/2015

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LEANDRO DE LIMA SANTOS

**CAPITAL SOCIAL E REDES: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação da Professora Doutora Denise Paiva Ferreira e coorientação do Professor Doutor Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida.

GOIÂNIA  
2014

Ficha catalográfica elaborada automaticamente  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Santos, Leandro de Lima  
Capital Social e Redes [manuscrito] : Uma Análise do Programa de  
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar / Leandro de Lima  
Santos. - 2014.  
CXLIV, 144 f.: il.

Orientador: Prof. Denise Paiva Ferreira; co-orientador Luiz Manoel  
Moraes de Camargo Almeida.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Goiânia, 2014.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.  
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,  
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Capital social. 2. Redes. 3. Coesão social. 4. Programa de  
Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. I. Ferreira, Denise Paiva  
, orient. II. Almeida, Luiz Manoel Moraes de Camargo, co-orient. III.  
Título.

LEANDRO DE LIMA SANTOS

**CAPITAL SOCIAL E REDES: UMA ANÁLISE DO  
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

Data de Aprovação: 12/12/2014

**BANCA EXAMINADORA:**

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Paiva Ferreira/UFG - Orientadora  
Prof. Dr. Francisco Itami Campos/UNIEVANGÉLICA  
Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa/PUC-GO  
Profa. Dra. Telma Ferreira do Nascimento Durães/UFG  
Profa. Dra. Marina de Souza Sartore/UFG

## AGRADECIMENTOS

À Professora Dr<sup>a</sup>. Denise Paiva Ferreira por sua orientação dedicada e disponibilidade desde o primeiro momento. Agradeço pela a liberdade que tive e confiança atribuída. O seu saber e seu senso crítico foram valiosas contribuições para a finalização desta tese.

Ao Professor Dr. Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida, coorientador deste trabalho e acima de tudo um grande amigo, seu incentivo e suas sugestões foram fundamentais para esta realização.

Aos professores Dr. Fausto Miziara e Dr<sup>a</sup> Marina de Souza Sartore, que participaram da banca de qualificação deste trabalho, pelas importantes ponderações para a melhoria da pesquisa.

Aos professores: Dr<sup>a</sup>. Telma Ferreira do Nascimento Durães, Dr. Pedro Araújo Pietrafesa, Dr. Francisco Itami Campos e, novamente, Dr<sup>a</sup> Marina de Souza Sartore, que aceitaram compor a banca de defesa da tese.

Aos diretores funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em Goiânia, que proporcionaram o contato com os beneficiários do Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) nos municípios estudados.

Aos presidentes, diretores, cooperados e funcionários das Cooperativas COOPERSIL e COOPERAFI que deram total orientação e apoio às visitas de entrevista. No mesmo contexto, agradecer à amiga Luiza Monteiro por sua consideração ao meu trabalho e pela disposição em auxiliar na pesquisa de campo em Silvânia.

Ao coordenador do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFG, professor Flávio Sofiati e aos funcionários da secretaria Daisy Caetano e Marcelo Rizzo, pela presteza no apoio a esta pesquisa.

E por fim, agradecer à minha família e amigos que me dão a estrutura e equilíbrio para a realização de minhas empreitadas. Em especial aos meus pais, meu irmão e à Monyele Camargo Graciano que, mais que uma companheira incondicional em minha vida, foi uma colaboradora fundamental nas pesquisas de campo e nas reflexões sobre os resultados deste trabalho.

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta uma investigação sobre como efeitos/resultados de uma política pública podem sofrer influência de elementos de capital social em redes formadas. Neste sentido, fez-se uma análise comparativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) entre dois municípios do estado de Goiás, Itapuranga e Silvânia. A contribuição central da pesquisa foi identificar e compreender a formação e a tipologia das redes sociais que envolvem os atores do programa em cada localidade, como heranças do enlace histórico, social e político, e qual sua ligação com os resultados do PAA. Na articulação e no diálogo entre a coesão social das redes formadas e a efetividade de um programa governamental reside o avanço deste estudo. Ainda, pretendeu-se perceber os efeitos do programa para os agricultores familiares, a partir de indicadores que fundamentassem a ideia de efetividade da ação governamental, que, por sua vez, estão ligados às características produtivas, ambientais e econômicas desses beneficiários, trazendo, por fim, a discussão das redes sociais e de sua significância a esses efeitos.

**Palavras-chave: Capital Social, Redes, Coesão Social, Programa De Aquisição De Alimentos Da Agricultura Familiar.**

## **ABSTRACT**

*This research presents an investigation on how the effects / results of a public policy may be influenced by social capital elements formed by a networks. In this sense, there was a comparative analysis of Family Farming Food Acquisition Program (PAA) set up in different cities in the state of Goiás, Itapuranga and Silvânia. The central contribution of the research is to identify and understand the formation and the types of social networks involving the program's actors in each location, as legacies of historical, social and political link, and what is its connection with the results of PAA. The articulation and dialogue between the social cohesion of networks formed and the effectiveness of a government program is the major finding in this study.*

**Keywords: Social Capital, Network, Social Cohesion, Food Acquisition Program of Family Agriculture.**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	07
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	08
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	09
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONALIZAÇÃO .....	14
ANÁLISE ESTRUTURAL DAS REDES .....	16
<b>CAPÍTULO 1 – CAPITAL SOCIAL</b> .....	18
1.1 CAPITAL SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICO-EPITEMOLÓGICOS .....	18
1.2 REDES SOCIAIS: CONCEITO, ESTRUTURAS E TIPOLOGIA .....	25
1.3 REDES E CAPITAL SOCIAL .....	33
1.4 A QUESTÃO DA COESÃO SOCIAL DE UMA POLÍTICA PÚBLICA .....	37
<b>CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA)</b> .....	39
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES TEÓRICAS .....	39
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR .....	42
2.2.1 Os Agricultores Familiares na agenda de Políticas Públicas de Segurança Alimentar .....	45
2.2.2 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) .....	47
<b>CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO REDES DE PRODUTORES RURAIS EM ITAPURANGA E SILVÂNIA</b> .....	51
3.1 O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIO VERMELHO .....	51
3.1.1 O surgimento da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) .....	53
3.2 O MUNICÍPIO DE SILVÂNIA NO TERRITÓRIO RURAL DA ESTRADA DE FERRO .....	60
3.2.1 O surgimento da Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia – COOPERSIL .....	63
3.3 A COOPERAFI E A REDE FORMADA EM ITAPURANGA-GO .....	68
3.4 COOPERSIL E A REDE FORMADA EM SILVÂNIA-GO .....	74

<b>CAPÍTULO 4 – COESÃO SOCIAL E EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA): ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	79
4.1 A FORMAÇÃO DE UMA “SUB-REDE” A PARTIR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA) .....	79
4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PAA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIO VERMELHO .....	82
4.3 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PAA NO TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO .....	87
4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DA COESÃO SOCIAL DO PAA EM ITAPURANGA E SILVÂNIA .....	92
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS EFEITOS DO PAA EM SILVÂNIA E ITAPURANGA .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	117
<b>APÊNDICES</b> .....	125
APÊNDICE I – PARÂMETROS PARA CÁLCULO DAS AMOSTRAS PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS .....	126
APÊNDICE II – QUESTIONÁRIOS APLICADOS EM PESQUISA DE CAMPO .....	127
<b>ANEXOS</b> .....	139
ANEXO I - CÓPIA DO PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA PESQUISA - COMITÊ DE ÉTICA DA PRPPG – UFG ...	139
ANEXO II - QUESTIONÁRIO - ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) .....	140
ANEXO III – PONTOS DE CORTE ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA) .....	141

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMIL	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERAFI	Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga
COOPERSIL	Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CREDITAG	Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Silvânia - GO
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EBIA	Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FETAEG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás
IBD	Instituto Biodinâmico para o Desenvolvimento Rural
IBGE	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo de Leite
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação de Escolar
PRAFICAR	Programa de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas de Atividades Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRPPG-UFG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás
SAN –	Segurança Alimentar e Nutricional
STRI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Estruturas de rede – exemplos de disposição de rede centralizada, descentralizada e distribuída .....	28
Figura 2:	O Território Rural Vale do Rio Vermelho .....	51
Figura 3:	Imagem ilustrativa do movimento “Sociedade da Vaca” retirada de um panfleto entregue em uma passeata de divulgação da ação coletiva, em 1981 .....	55
Figura 4:	Exercício proposto aos alunos da Escola Laranjal, extraído de um dos cadernos .....	55
Figura 5:	Instalações da COOPERAFI .....	57
Figura 6:	Equipamento de irrigação para o projeto “Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano”, patrocinado pela Petrobrás .....	58
Figura 7:	Alunos da UFG em visita às instalações da agroindústria de processamento de frutas e vegetais da COOPERAFI .....	58
Figura 8:	Feira do Agricultor Familiar de Itapuranga .....	59
Figura 9:	O Território Rural Estrada de Ferro .....	60
Figura 10:	Veículos (a transportar produção e alunos) adquiridos com recursos dos financiamentos .....	65
Figura 11:	Gado mestiço com mais aptidão leiteira adquirido com recursos dos financiamentos .....	65
Figura 12:	Primeiras instalações da Central de Associações dos pequenos produtores rurais do município de Silvânia .....	66
Figura 13:	Caminhões de coleta do leite e galpão de processamento e armazenamento de rações .....	67
Figura 14:	Loja de produtos agropecuários, insumos e equipamentos comercializados .....	67
Figura 15:	Processo de seleção e embalagem dos produtos orgânicos .....	67
Figura 16:	Diagrama de rede – COOPERAFI .....	69
Figura 17:	Frutas expostas por agricultor em entrevista .....	72
Figura 18:	Cooperados em preparativos e festa junina realizada .....	73
Figura 19:	Diagrama de rede – COOPERSIL .....	74
Figura 20:	Exposição dos produtos orgânicos em rede de supermercados e selo utilizado nas embalagens .....	76
Figura 21:	A “sub-rede” institucionalizada pelo PAA .....	80
Figura 22:	A coesão social do PAA .....	81
Figura 23:	Principais Culturas Agrícolas– PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	85
Figura 24:	Condições de Moradia – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho ...	87
Figura 25:	Principais Culturas – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro .....	91
Figura 26:	Condições de Moradia – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro .....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Discriminação dos chefes de família por gênero – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	82
Gráfico 2:	Faixa etária dos chefes de família (em anos) – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	83
Gráfico 3:	Quantidade de filhos menores de 18 anos – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	83
Gráfico 4:	Quantidade de membros da família residentes no imóvel – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	84
Gráfico 5:	Escolaridade dos chefes das famílias beneficiadas – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	84
Gráfico 6:	Participação em grupos/organizações sociais – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	85
Gráfico 7:	Proteção Social/Auxílios Recebidos – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho .....	86
Gráfico 8:	Discriminação dos chefes de família por gênero – PAA Silvéria – Estrada de Ferro .....	88
Gráfico 9:	Faixa etária dos chefes de família – PAA – Silvéria – Estrada de Ferro .....	88
Gráfico 10:	Quantidade de filhos menores de 18 anos residentes no imóvel PAA – Silvéria – Estrada de Ferro .....	89
Gráfico 11:	Quantidade de membros da família residentes no imóvel – PAA – Silvéria – Estrada de Ferro .....	89
Gráfico 12:	Escolaridade dos chefes das famílias beneficiárias – PAA – Silvéria – Estrada de Ferro .....	90
Gráfico 13:	Participação em Grupos/Organizações Sociais – PAA – Silvéria – Estrada de Ferro .....	90
Gráfico 14:	Itapuranga – Questionamento: O PAA foi um incentivo ao retorno à produção agrícola a você ou a alguém de sua família? .....	93
Gráfico 15:	Silvéria – Questionamento: O PAA foi um incentivo ao retorno à produção agrícola a você ou a alguém de sua família? .....	94
Gráfico 16:	Itapuranga – Questionamento: Acessou de forma regular o PAA nos últimos três anos? .....	95
Gráfico 17:	Silvéria – Questionamento: Acessou de forma regular o PAA nos últimos três anos? .....	95
Gráfico 18:	Itapuranga – Questionamento: você entendeu todo o PAA? .....	97
Gráfico 19:	Silvéria – Questionamento: Você entendeu todo o PAA? .....	97
Gráfico 20:	Itapuranga – Questionamento: Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA e não participaram? Quais foram os motivos? .....	98
Gráfico 21:	Silvéria – Questionamento: Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA e não participaram? Quais foram os motivos? .....	99
Gráfico 22:	Itapuranga – Questionamento: Qual a principal dificuldade para participar do PAA? .....	100
Gráfico 23:	Silvéria – Questionamento: Qual a principal dificuldade para participar do PAA? .....	101

Gráfico 24:	Itapuranga – Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA .....	104
Gráfico 25:	Silvânia – Questionamento: Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA .....	104
Gráfico 26:	Itapuranga – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida mensalmente .....	107
Gráfico 27:	Itapuranga – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida mensalmente .....	107
Gráfico 28:	Itapuranga - Classificação das famílias beneficiárias segundo escalas de diversificação da produção .....	108
Gráfico 29:	Silvânia - Classificação das famílias beneficiárias segundo escalas de diversificação da produção .....	108
Gráfico 30:	Itapuranga – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de autoconsumo .....	110
Gráfico 31:	Silvânia - Classificação das famílias beneficiárias de acordo como percentual de autoconsumo .....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Tamanho das amostras para pesquisa de campo .....	16
Quadro 2:	Tipos de redes, quanto ao foco de atuação .....	32
Quadro 3:	Elementos de capital social .....	34

## INTRODUÇÃO

Este estudo é o desdobramento de uma pesquisa anterior realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, na Linha de pesquisa em Agricultura Familiar e Agronegócio. O objetivo daquele trabalho foi apresentar e analisar a aplicabilidade, a eficácia, os entraves institucionais, organizacionais e a governança das políticas públicas de Crédito Fundiário e de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária e seus impactos na cristalização de elementos de Segurança Alimentar<sup>1</sup> e Nutricional (SAN)<sup>2</sup> dos agricultores familiares beneficiários.

Naquela pesquisa, foram analisados dois programas de Reforma Agrária no estado de Goiás, constituídos em um mesmo território. Nesta pesquisa, o objeto de estudo é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que integra a agenda de políticas sociais no campo e tem por objetivo principal promover a segurança alimentar dos agricultores. O PAA cria um mercado institucional para os agricultores, no qual o estado compra seus produtos para formar estoques ou para entregar a entidades beneficiárias (escolas, creches, asilos, dentre outros) em segunda instância.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem como objetivo a estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, sendo implementado à etapa final do processo produtivo agrícola: o momento da comercialização. A compra é feita diretamente pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sem intermediários ou licitações. Em uma de suas modalidades<sup>3</sup>, os alimentos adquiridos são destinados imediatamente a programas sociais da região (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, s/d).

A constituição do PAA será analisada em dois municípios goianos: Itapuranga e Silvânia; o primeiro localizado no Território Rural denominado Vale do Rio Vermelho e o segundo no Território da Estrada de Ferro.

---

<sup>1</sup> Elementos de segurança alimentar, tratados de maneira ampla, abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais, tais como: nível de segurança alimentar, saúde, escolaridade, cooperação, reciprocidade, trabalho, renda, autoconsumo, condições da moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros (ALMEIDA, 2009).

<sup>2</sup> Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a SAN diz respeito à realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, s/d).

<sup>3</sup> As modalidades de compra de alimentos do PAA serão apresentadas, neste trabalho, em segmento específico.

Nos últimos anos, as iniciativas de governo têm se pautado no enfoque territorial como uma opção de desenvolvimento das regiões, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem sido o promotor dessas iniciativas no meio rural, com vistas a integrar espaços e agentes econômicos nas localidades a partir de políticas públicas para o desenvolvimento.

Os territórios rurais são identificados como um conjunto de municípios que compartilham condições similares de desenvolvimento rural, sobretudo a predominância da agricultura familiar como vetor de sustento das populações rurais existentes nas localidades.

A caracterização geral da denominação “Território Rural”, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por base as microrregiões geográficas com densidade demográfica menor que 80 hab/km<sup>2</sup>, população média por município de até 50.000 habitantes e grande concentração de agricultores familiares (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s/d). O MDA organiza e acolhe estudos que identificam pontos de convergência em características ambientais e socioeconômicas entre municípios, similaridade que conduz à determinação do território rural.

Os municípios analisados (Silvânia e Itapuranga) estão inseridos nos dois maiores territórios rurais do estado de Goiás. Os territórios são determinados pelo governo a partir da percepção de similaridades ambientais, econômicas e sociais entre os municípios que os integram. Portanto, a questão territorial, neste trabalho, foi oportuna para a escolha do universo empírico, pois está alinhada a uma tendência recente na formulação de diretrizes de ações de Estado.

De acordo com dados do IBGE publicados em 2010, o município de Silvânia possui uma área de aproximadamente 2.345 km<sup>2</sup>, com uma estimativa populacional de 19.089 habitantes, dos quais 6.420 estão em estabelecimentos rurais, perfazendo 33,63% do total de habitantes; o PIB *per capita* do município tem valor aproximado de R\$ 16.259,19. O município de Itapuranga abrange uma área de 1.076 km<sup>2</sup>, com população estimada total de 26.125 habitantes, dos quais 4.890 residentes na área rural, correspondendo a 18,71% da população, dispondo de um PIB *per capita* municipal de aproximadamente R\$ 7.662.

A opção pelos municípios de Itapuranga e Silvânia se deu em razão de eles possuírem um número aproximado de projetos e famílias cadastradas no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), servindo, dessa forma de contraponto analítico. Em ambas as localidades o PAA começou a ser operado a partir de 2010.

Este estudo investiga como os efeitos/resultados de uma política pública podem ser influenciados pela existência de elementos de capital social<sup>4</sup> em redes formadas. Neste trabalho, procura-se compreender como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) alcança resultados diferenciados, tendo como fator explicativo o nível de coesão social<sup>5</sup> existente nas redes sociais formadas em cada município analisado.

A contribuição central da pesquisa é identificar e compreender a tipologia das redes sociais formadas em cada localidade, como heranças do enlace histórico, social e político, e qual sua ligação com os resultados de uma política pública, neste caso representada pelo PAA.

Para além de uma avaliação de políticas públicas, este trabalho não traz simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento do programa empreendido pelo governo, mas sim um diagnóstico a partir da percepção das redes sociais como instrumento de realimentação de políticas públicas. Desse modo, é importante a observação de indicadores que permitam revelar a efetividade social<sup>6</sup> dos programas por meio de seus resultados e nesse quesito reside sua contribuição específica e inovadora. Ademais, ao procurar entender como as redes já formadas podem influenciar a efetividade social, é necessária a utilização de um instrumental teórico e metodológico que permita a compreensão desse relacionamento.

A importância e o avanço deste estudo estão na articulação e no diálogo entre a coesão social das redes formadas e a efetividade de um programa governamental, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), cuja efetividade social pode ganhar contornos diferenciados e variáveis a partir das características de seus atores e beneficiários. Portanto, estudam-se os efeitos do programa para seus principais beneficiários: os agricultores familiares, a partir de indicadores ligados a suas características produtivas, ambientais e econômicas, a exemplo a situação de renda e segurança alimentar. Assim, para a avaliação de uma política pública e de suas organizações, é fundamental discorrer sobre conceitos que fundamentem a ideia de efetividade social de um programa, sendo alinhada uma discussão sobre redes sociais e sua possível significância a essa efetividade.

---

<sup>4</sup> Capital social é um conceito usado na primeira formatação da coesão social em rede e é entendido como a capacidade de pessoas e grupos sociais manejarem normas coletivas, construir e preservar redes e laços de confiança capazes de reforçar a ação coletiva e assentar bases de reciprocidade no trato, que se estendem progressivamente ao conjunto de uma sociedade (SOJO, 2007). A discussão sobre capital social será aprofundada adiante neste trabalho.

<sup>5</sup> Na temática das políticas públicas, coesão social inclui aspectos do sentido de pertencer e solidarizar, incorporando a dialética entre os mecanismos de inclusão ou exclusão de um programa e a percepção por parte da sociedade (PAULILLO *et al.*, 2009).

<sup>6</sup> A efetividade social de um programa sugere a consolidação de resultados que beneficiem os atores em questão, por exemplo: um programa de geração de renda influencia geração de empregos, que, por sua vez, melhora a renda dos beneficiários.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)<sup>7</sup> é considerado fundamental dentre as ações a compor o Programa Fome Zero<sup>8</sup>, como medida de apoio ao agricultor familiar, tocando em um ponto historicamente fragilizado no segmento de produção familiar: o da formação de canais de comercialização por meio de aquisição pública dos alimentos produzidos pelos pequenos produtores e a destinação a pessoas com risco alimentar (via instituições ou de maneira direta). Em relação ao excedente, o governo acaba por dinamizar outro ponto economicamente importante: a formação de estoques estratégicos.

## DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONALIZAÇÃO

Ao apresentar um contorno metodológico, ou mesmo um caminho para a pesquisa empírica, salienta-se a utilização de entrevistas abertas ou questionários<sup>9</sup> semiestruturados aplicados aos agentes sociais, econômicos e políticos do campo organizacional do programa, neste caso agricultores e gestores do PAA.

Para auxiliar o tratamento e a análise dos dados, foram utilizados depoimentos tomados dos referidos agentes no trabalho de campo. Neste sentido, obtém-se uma maior clareza dos objetivos de cada conjunto de agentes. A pesquisa também usou, quando conveniente, outras técnicas qualitativas de investigação, como as observações (diários) de campo e pesquisa em dados secundários.

A primeira fase deste trabalho foi a realização de uma pesquisa exploratória, que se ocupou da montagem dos questionários<sup>10</sup> e de sua aplicação, com vistas à coleta de dados socioeconômicos dos beneficiários. Na mesma oportunidade foram colhidas informações/indícios sobre a criação e tipologia das redes formadas e os possíveis efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

---

<sup>7</sup> Programa instituído pela Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº 4.772.

<sup>8</sup> O programa Fome Zero é um conjunto de ações implantadas pelo Governo Federal no âmbito da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e constitui uma agenda de ações neste segmento a partir de 2003.

<sup>9</sup> A utilização de questionários justifica-se na identificação de um público homogêneo e comum ao ambiente do PAA em ambas as localidades. Tal procedimento apoia, ainda, a busca de tendências explicativas, considerando os objetivos específicos da pesquisa.

<sup>10</sup> Os questionários aplicados em pesquisa de campo foram submetidos ao comitê de ética da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (PRPPG-UFG), protocolo n. 001/13. A cópia do parecer consubstanciado de aprovação encontra-se nos anexos deste trabalho.

Realizada a pesquisa exploratória, foi feita a caracterização dos atores, principalmente dos agricultores familiares, beneficiários em primeira instância do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), sendo a abordagem voltada, majoritariamente, para este grupo, ou seja, os pequenos produtores rurais, que têm sua produção adquirida pela unidade gestora do programa.

Foram realizadas também entrevistas a representantes das unidades gestoras locais do programa, no PAA – cooperativas ou associações de produtores rurais – tendo sido identificadas, em Silvânia e Itapuranga, duas cooperativas, que respectivamente.

A partir da pesquisa exploratória, partiu-se para a identificação dos parâmetros para coleta de dados e amostragem. O PAA é executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), nos municípios analisados, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR – Doação<sup>11</sup>). A partir de relatórios fornecidos pelo órgão, foi constatado um universo de pesquisa com 140 agricultores/beneficiários para uma proposta de fornecimento de produtos durante o ano de 2013, quando a pesquisa foi realizada.

As ações locais de gestão do PAA partem de duas cooperativas de produtores rurais, uma para cada município em questão, que, para receberem os recursos do programa, apresentam em primeira instância, à CONAB, a proposta de adesão ao PAA, com os potenciais agricultores fornecedores de produtos, bem como com a indicação das entidades aptas a receber os alimentos. Aprovadas as propostas, as cooperativas passaram a ser gestoras locais do programa.

A definição das amostras de cada grupo em questão foi feita em um processo não probabilístico, a considerar, no caso dos agricultores, alguns fatores de conveniência: as rotas de acesso às propriedades rurais, que se mostram dependentes da disposição de apoio de representantes das unidades gestoras locais ou, ainda, representantes sindicais, ou mesmo pessoas conhecedoras da localização dos estabelecimentos rurais.

Com o objetivo de determinar uma amostra significativa de indivíduos entrevistados para uma representação com certo patamar de confiabilidade, adotou-se o procedimento de cálculo aplicado a amostras finitas, ou cuja população é conhecida, o que é o caso. Parâmetros usuais foram considerados para o cálculo da amostra, considerando um nível de confiança de 80% e margem de erro amostral de 10%<sup>12</sup>.

O quadro a seguir apresenta a estimativa amostral para a realização da pesquisa de campo deste trabalho.

---

<sup>11</sup> A especificidade da modalidade PAA CPR-Doação é explicada oportunamente neste trabalho.

<sup>12</sup> Os parâmetros estatísticos de cálculo amostral encontram-se nos apêndices deste trabalho.

**Quadro 1:** Tamanho das amostras para pesquisa de campo.

<b>Categoria de pesquisa</b>	<b>População</b>	<b>Tamanho mínimo da amostra</b>
Agricultores beneficiários do PAA – Itapuranga	96	28
Agricultores beneficiários do PAA – Silvânia	44	22
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>50</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2013

## ANÁLISE ESTRUTURAL DAS REDES

Definida a amostra, encaminhou-se para uma etapa posterior da pesquisa, denominada análise estrutural, que se ocupou em perceber a formação de redes, bem como sua tipologia e sua relação com o capital social em cada localidade.

Neste trabalho, a utilização do conceito de redes tem como propósito compreender as relações entre indivíduos e/ou organizações, buscando-se, neste caso, o entendimento da forma como os indivíduos se conectam e o funcionamento das relações que estabelecem, especificamente a percepção de como o relacionamento estimula as ações e se solidifica em organizações sociais.

A multiplicidade de atores envolvidos nas políticas públicas representa um desafio para a compreensão das organizações de interpretação da ação política e sua influência na ação coletiva. A formação de redes cria condições para um processo de análise da ação pública, ou, ainda, das interações entre os diferentes setores do Estado e os grupos de interesse privado.

Neste sentido, a primeira etapa de análise parte de uma observação da estrutura das redes sociais formadas historicamente entre os atores envolvidos em cada localidade, consistindo no desenho e na caracterização da rede formada pelos indivíduos (ou entidades) envolvidos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua manifestação por meio de arranjos cooperativos ou associativos.

Em uma terceira etapa, procede-se à discussão dos resultados da pesquisa de campo, que envolve a percepção da coesão social e seus efeitos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Este segmento da pesquisa se ocupou em perceber o nível/qualidade da coesão social da política pública a partir da observação de elementos de capital social transferidos para o arranjo do PAA, ou seja, buscou-se verificar quais elementos

de capital<sup>13</sup> social são passíveis de verificação e/ou podem interferir nos rumos e resultados da ação governamental.

Esta etapa da pesquisa tem a atribuição de relacionar coesão social em cada localidade com os efeitos esperados e previamente definidos para o PAA, pois quanto maior esse enlace, maior a coesão social do programa. Para seu desenvolvimento, busca-se apoio na análise quantitativa e qualitativa dos questionários aplicados junto aos agricultores familiares.

Para analisar a coesão social do PAA foram incorporadas aos questionários questões específicas sobre a condução e percepção do programa em cada município. Quanto aos efeitos do programa, eles são analisados a partir de indicadores como nível de segurança alimentar<sup>14</sup>, renda agrícola, diversificação produtiva e autoconsumo.

O trabalho está organizado em quatro capítulos: o primeiro se dedica à revisão da literatura sobre Capital Social e sua relação com a teoria sobre formação de redes, que, por sua vez, sustenta a discussão sobre a questão da coesão social em políticas públicas.

O segundo capítulo aborda a questão da segurança alimentar e da inserção dos agricultores familiares em uma agenda de políticas públicas de segurança alimentar, manifestada na criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

No terceiro capítulo são apresentados resultados da pesquisa a partir de uma análise estrutural, tomando a percepção da formação de redes e o capital social em cada localidade. Este capítulo também analisa a tipologia das redes sociais formadas em Itapuranga e Silvânia quanto à estrutura e ao foco de atuação.

No quarto capítulo, são apresentados dados referentes ao perfil socioeconômico dos beneficiários do PAA em Itapuranga e Silvânia, os resultados e a discussão sobre a coesão social do programa em cada localidade. Ainda, mostra-se os resultados dos possíveis efeitos do PAA junto aos beneficiários dos distintos municípios pesquisados.

---

<sup>13</sup> Os referidos elementos de capital social serão apresentados e discutidos em segmento específico deste trabalho.

<sup>14</sup> Para esta inferência utiliza-se a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), metodologia aprimorada pelo grupo de pesquisa *Rede Alimentar*, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) a partir de validação de escala similar utilizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A EBIA é utilizada, atualmente, para informações oficiais sobre segurança alimentar no Brasil, a exemplo de sua incorporação à Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## CAPÍTULO 1

### CAPITAL SOCIAL

#### 1.1 CAPITAL SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS

A utilização do termo “capital social” é algo relativamente novo e bastante difundido nas últimas décadas nas mais diversas ramificações das ciências sociais, em diferentes vertentes teóricas, acepções e abordagens metodológicas. A apropriação do termo pela academia deu-se recentemente, a partir de 1980, por sua adoção nas ciências sociais, que acabam por reivindicar seu entendimento mais aprofundado.

No âmbito da reflexão majoritariamente econômica sobre o assunto, na década de 1990, em relatório, o Banco Mundial (1990) acentua e segrega quatro formas básicas de capital: o capital natural, formado a partir de recursos oriundos do meio ambiente e utilizados pelo ser humano, tais como o solo, a água ou a madeira; o capital físico, ou riquezas apropriadas, modificadas e aproveitadas pela sociedade, tais como elementos de infraestrutura, habitação e reservas financeiras, ou, ainda, o próprio sistema financeiro; o capital humano, percebido no âmbito educacional, no acesso à educação ou mesmo na saúde coletiva de uma população; e o capital social, a ser tratado a seguir.

De antemão, informa-se que o termo expressa a capacidade organizacional de uma sociedade a partir de relações interpessoais de confiança e cooperação. Neste sentido, as duas últimas vertentes de percepção do capital – humano e social – são basicamente as faces provedoras do desenvolvimento dos países, por conter elementos decisivos para o avanço tecnológico, a competitividade e o crescimento sustentável, amparados por sólidas instituições governamentais democráticas (KLIKSBERG, 1999).

As primeiras manifestações do termo unificado em uma única expressão se consolidaram a partir da década de 1990 e dentre seus percussores se encontram Bourdieu (1998), Coleman (1988) e Putnam (1996), que publicaram estudos sobre o tema.

Bourdieu (1998) apresenta uma análise sistemática sobre o capital social referindo-se à estrutura social. Coleman (1998) discute, sobretudo, a criação de elementos de capital humano, como já mencionado. Por fim, Putnam (1996), que, conforme explicado adiante, de

forma mais específica contribui aos objetivos deste trabalho, afirma existir uma incisiva relação entre responsabilidade cívica, políticas públicas (efetivas ou não) e desenvolvimento econômico.

Bourdieu (1998), em análise sistemática e pioneira sobre o capital social, discute as posições ocupadas pelos indivíduos em uma estrutura social. Nesta linha de raciocínio, o capital social é resultado de interações contínuas em um grupo, que disponibiliza aos seus integrantes recursos econômicos ou políticos, por exemplo, a tendência ao movimento associativo trabalhista em determinadas regiões, que origina líderes nas organizações sindicais.

Nesta perspectiva, os indivíduos estão inseridos em uma grande teia de relações sociais, tendo a possibilidade de beneficiar-se de suas posições ou, ainda, influenciar outros agentes. Essa discussão se amplia se inserida em relações hierárquicas ou ampliar a desigualdade nas condições de poder distribuídas entre os indivíduos.

Bourdieu se opõe à linha de pensamento norteadas pela existência de um ator puramente racional ou acerca de determinações estritamente econômicas. Em *Economia das Trocas Simbólicas* (2007) são apresentadas discussões sobre o arranjo interno do campo simbólico, que parte do reconhecimento do indivíduo, que também pode ser influenciado por vertentes políticas e ideológicas.

Neste sentido, Bourdieu (1998) afirma que, para a compreensão da dinâmica social, faz-se necessário entender que as relações entre os indivíduos podem proporcionar produção e reprodução de algo denominado *habitus*, que é, em suas palavras,

[u]m sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim. (BOURDIEU, 1983, p. 94)

O *habitus*, dessa forma, emana das relações sociais e é interiorizado pelos agentes que estão em determinado campo, entendido como espaço social. Assim, a depender das posições ocupadas por cada agente social, existe uma movimentação, objetivando conquistas, a partir de interesses específicos inerentes a este “local” de interações.

O campo simbólico pressupõe a possibilidade de organização social, valendo-se de representações encaradas como fator de simulação da real estrutura de relações na sociedade ao acreditar, ainda, que estruturas criadas por determinados meios culturais condicionam a convivência. Em sua obra existe uma transposição de termos comumente associados ao âmbito econômico para análise do campo simbólico, percebida a partir de uma clara

influência da obra marxiana. Para Bourdieu (1998), o que se discute é o poder político em última instância, mesmo que muitas vezes camuflado em arranjos simbólicos, com linguagens peculiares, escondendo, dessa forma, as bases materiais fundamentais desse poder.

As abordagens indicam que existem, em uma sociedade de classes, peculiaridades culturais. Dessa forma, as classes dominantes possuem patrimônio cultural constituído de normas de comportamento próprio; da mesma forma, as classes dominadas são detentoras de outros elementos, que proporcionam a sua estabilização nessa posição, diferentemente das primeiras.

As relações consideradas simbólicas remetem a um cenário em que uma classe domina e impõe seus valores às demais, ou seja, a cultura é interiorizada pelos membros da sociedade em sua totalidade. Dessa maneira, o dominado não cria nenhum tipo de oposição e nem se reconhece como prejudicado neste processo, sendo a situação vista como fruto de um conjunto de sucessões naturais e que não podem ser evitadas. Em suas palavras:

*Le capital social est l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'inter-reconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d'être perçues par l'observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles. Ces liaisons sont irréductibles aux relations objectives de proximité dans l'espace physique (géographique) ou même dans l'espace économique et social parce qu'elles sont fondées sur des échanges inséparablement matériels et symboliques [...]. (BOURDIEU, 1980, p. 2)*

Nessa perspectiva, o capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais, ligados a um cenário no qual se possui uma rede durável de relações sociais mais ou menos institucionalizadas, em outras palavras, a participação em um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas propriedades comuns, mas também unidos por ligações permanentes e úteis. Estas ligações não são redutíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou mesmo no espaço econômico e social, são baseadas em trocas materiais e simbólicas.

Resta clara, ao interpretar a ideia de capital social em Bourdieu, a necessidade de avanço na análise para além da objetividade real e de relações restritas ao campo econômico. A percepção das relações sociais com outras utilidades e realimentadas em uma rede permeia a discussão subjetiva do capital social.

Para o autor, a quantidade e a qualidade das relações sociais permitem acumulação de capital, seja no objetivo de ganhos materiais ou simbólicos, que, por sua vez, proporcionam

redes duráveis a serviço da utilidade inerente a cada um dos agentes. Para Bourdieu (1998), o volume de capital social que um agente individual dispõe se dá na dependência da extensão da rede de relações e da quantidade do capital de outros agentes. Em seus termos:

Essas ligações [...] são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõe o reconhecimento dessa proximidade. O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

Uma percepção diversa é encontrada nos estudos de Coleman (1988), para quem o capital é formado tanto pelo indivíduo quanto coletivamente. O primeiro tem a ver com o grau de integração social de um indivíduo e suas redes sociais e envolve relações, expectativas, comportamentos recíprocos e de confiança, e isso torna um bem coletivo. Em determinada vizinhança, por exemplo, na qual existem regras tácitas que envolvem a preocupação com os outros, bem como pactos de não agressão<sup>15</sup>, as crianças podem caminhar até a escola com segurança e, neste caso específico, a partir de ações individuais, o capital social estará produzindo paz (KLIKSBURG, 1999). Coleman (1988) aborda o conceito de capital social a partir da atitude individualizada, sendo as aptidões individuais suas promotoras.

No plano da coletividade, o indivíduo, a partir de suas ações e capacidades, forma uma rede de contatos, e, sobretudo, estabelece confiança e vínculos que melhoram sua capacidade individual de satisfazer suas necessidades (como alimentação, transporte, segurança).

Ainda no que se refere à coletividade, o capital social serve de esteio para manter a coesão social, ao condicionar a aceitação das instituições, em seu sentido amplo, ao facilitar as transações e diminuindo, por exemplo, o tempo para a criação de recursos para a existência material do próprio indivíduo. Por conseguinte, resulta em civilidade ao reproduzir o próprio arranjo democrático. De acordo com Coleman (1988, p. 5):

*Social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors-whether persons or corporate actors-within the structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that in its absence would not be possible. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible but may be specific to certain activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others.*

---

<sup>15</sup> Inspiração contratualista do termo.

A partir das afirmações anteriores percebe-se o intento de definir o capital social como indissociável à sua função, mas não como singularidade, e sim como uma variedade de diferentes entidades que possuem elementos funcionais em comum: participar de uma estrutura social e facilitar as ações dos atores dentro dela. Neste sentido, o capital social mostra-se como produtivo e provedor de algumas ações, sem o qual elas não se realizariam.

Em exemplo, Coleman (1988) afirma que se um indivíduo “A” faz alguma coisa para um indivíduo “B”, existe a confiança que “B” responderá reciprocamente no futuro; isto gera uma expectativa em “A” e cria uma obrigação por parte de “B”. Esta obrigação é análoga a um crédito potencial mantido por “A” em relação ao desempenho de “B”. Tais situações são comuns no mercado financeiro.

Coleman (1988) defende que o capital social se forma por meio de adaptações nas relações entre as pessoas que facilitarão as ações. Já o capital físico se mostra totalmente tangível, ou seja, é incorporado de forma observável devido à sua materialidade; o capital humano se mostra diferente ao referenciar-se na incorporação das habilidades e conhecimentos adquiridos por um indivíduo, e, ao se considerar o capital social como dele derivado, será mais subjetivo. Contudo, ainda assim é inegável sua existência nas relações entre os indivíduos.

Segundo Coleman (1998), assim como o capital físico e o capital humano, o capital social também facilita as atividades produtivas, sendo igualmente benéfico. Um grupo social, por exemplo, que dispõe de ampla credibilidade e grande confiança mútua entre seus membros é capaz de realizar muito mais ações do que um grupo similar sem tais características.

A perspectiva de Coleman é diversa da de Bourdieu, pois demonstra que o capital social pode ser um recurso considerável para quem não está em posição privilegiada em relação aos demais. Ademais, o capital social também é um recurso que pode ser utilizado pelos indivíduos que se encontram em redes de relações sociais, que são sustentadas por expectativas e obrigações de reciprocidade. Pode, portanto, ser entendido como um bem público.

De acordo com Coleman (1998), o capital social se refere a uma peculiaridade presente nas relações entre as pessoas e se caracteriza pelo fato de todas elas comporem, em certo aspecto, a estrutura social. Neste sentido, todas facilitam as ações de indivíduos inseridos nessa estrutura.

Dentre os escritos mais significativos à teoria do capital social, encontramos as obras de Robert Putnam (2000, p. 19), para quem o capital social “*refers to connection among*

*individuals - social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them*". Assim, para o autor, o capital social é amparado em conexões entre os indivíduos e tem como elementos a reciprocidade e a confiança que surgem nessas relações (redes) em uma sociedade.

Para Putnam (2000), o capital social está intimamente relacionado com a "virtude cívica"<sup>16</sup>. Desta forma, a existência de capital social chama a atenção para o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando incorporada em rede de relações sociais recíprocas. A título de exemplo, a sociedade pode ser composta de muitas pessoas virtuosas, mas, isoladamente, elas não necessariamente são ricas em capital social.

A teoria do capital social contribui fortemente a partir das pesquisas realizadas por Putnam na Itália e publicadas em seu livro *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (1996). Nesta obra, o autor analisou empiricamente, durante aproximadamente duas décadas, a partir de 1970, o processo de descentralização do governo naquele país, enfocando as características do desempenho institucional de governos descentralizados em diversas regiões por meio de um estudo comparativo.

Os resultados mostraram que em certas regiões italianas havia um maior enlaçamento civil e benefícios gerados a partir dele, observados na governabilidade sustentada democraticamente e na promoção de desenvolvimento econômico. Um cenário diverso foi encontrado em outras regiões, por haver uma política com estruturas verticalizadas, desconexão e isolamento acentuado entre as pessoas, sendo percebidas atitudes condicionadas pela desconfiança entre os atores.

Ao analisar o assunto, Rennó (2003, p. 73) afirma:

Em outras palavras, Putnam argumenta que a internalização de normas sociais que aumentam a previsibilidade de comportamentos alheios, tais como confiança interpessoal, regras de reciprocidade e tolerância a posturas diferentes, são muito mais eficazes como mecanismos de estímulo à participação em ações coletivas. Ou seja, em sociedades em que as normas sociais internalizadas por cidadãos estimulam a cooperação e inibem comportamentos oportunistas, aumentam as chances de participação em associações da sociedade civil. Por outro lado, a presença de um Estado forte e de instituições formais exógenas à sociedade civil tende a inibir a formação de grupos sociais independentes e ativos.

Putnam (1996) é enfático ao afirmar que a criação e a consolidação do capital social acontecem a partir de um processo histórico e cultural que conforma e fortalece as

---

<sup>16</sup> Putnam (1993) expõe o sentido de "comunidade cívica" ou "virtude cívica": refere-se à participação da sociedade civil nas questões públicas ou da coletividade, ou seja, o interesse pelas questões públicas culminando na busca perene pelo bem público comum.

instituições. Neste caso, o contexto social as condiciona, criando padrões de evolução institucional que interagem com a própria história. Em suas palavras (idem, p. 191): “O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições”.

A aproximação deste trabalho à perspectiva de Putnam reside no entendimento do capital social como um conjunto de características da organização social que fomenta ações coletivas coordenadas. Sob esta égide, o autor sustenta que o capital social promove cooperação social e esta, por sua vez, afeta a performance das instituições. Em seus estudos contrapondo diferentes contextos italianos, Putnam conclui que o capital social é fator essencialmente explicativo do civismo e o relaciona ao bom desempenho institucional, representado nos resultados de uma política pública, por exemplo.

Neste contexto, as instituições podem ser compreendidas como que inseridas em uma teia de envolvimento sociais, baseados no poder designado pela confiança entre os indivíduos. Tal fato desencadeia um conjunto de recursos, disponibilizados a partir dessa reciprocidade; os participantes compartilham costumes e espaços similares, que geram regras e valores altamente consideráveis aos demais indivíduos que compõem os arranjos locais.

Na análise de Putnam (1996), o capital social explica o civismo que precede o bom desempenho das instituições. A confiança, as normas e os arranjos participativos acumulam-se e são reforçados mutuamente, criando círculos virtuosos refletidos em cooperação e reciprocidade e, conseqüentemente, em bem-estar coletivo.

Ao ampliar a discussão, Rennó (2001, p. 36), com base em Putnam (1996), argumenta:

A ideia de capital social, definido como as “características de uma organização social tais como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade”, oferece *insights* valiosos sobre o papel da confiança interpessoal (PUTNAM, 1993, p. 177). A cooperação espontânea é acentuada pela presença de elementos de capital social. Recursos como a reputação e a confiabilidade individual, ambas ligadas à confiança, possibilitam a melhoria econômica pessoal. “A confiança é um componente básico do capital social”, uma vez que é a base para a formação de redes sociais (PUTNAM, 1993, p. 180). A confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em conseqüência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.

De forma diferente de Bourdieu e Coleman, Putnam aponta o conceito de capital social amparado na confiança, em normas e redes que podem facilitar a cooperação para benefícios mútuos entre os indivíduos. Aquelas características, em um conjunto de relacionamentos (redes), são recursos sociais expressos em formas de ação coletiva. Nessa perspectiva, o capital social não é propriamente a ação coletiva, mas essencialmente as normas e outorgas de confiança e reciprocidade que se encontram nas redes sociais e criam

facilidades como o respeito a contratos ou mesmo correções de conduta da ação coletiva, permitindo que ela seja bem-sucedida.

Assim como disposto anteriormente, na presença do determinismo a partir da racionalidade, ou seja, quando os agentes se movimentam de acordo com parâmetros meramente individualistas e atentos aos retornos a partir de suas ações, nem sempre encontram a maximização de seus resultados, pois existe desconfiança entre eles, que pode ser atenuada por regras, normas de conduta e reiteração dos processos.

Em sua análise sobre o contexto italiano, é justamente a reiteração dos processos que é cara à teoria do autor, pois perfaz a consideração do histórico de cada região ao desempenho das instituições. Cita-se:

[...] o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. Quando o solo regional é fértil, as regiões sustentam-se das tradições regionais, mas quando o solo é ruim, as novas instituições definham. [...] Quando não existem normas e sistemas de participação cívica, as perspectivas de ação coletiva parecem desalentadoras. (PUTNAM, 1996, p. 192)

Essa perspectiva de Putnam conduz à influência da cultura cívica sobre as instituições. Em suas palavras (idem, p. 22): “Quais são as condições necessárias para criar instituições fortes, responsáveis e eficazes?”. Essa é uma pergunta presente na pesquisa de Putnam e para a qual não é oferecida uma formulação padrão, aliás, justamente na variabilidade da resposta é que residem suas inferências sobre diferentes resultados, baseados em diferentes contextos sociais.

O estudo de Putnam traz uma indicação de que várias podem ser as explicações ao sucesso institucional. A resposta deve ser elaborada de forma específica e depende justamente do fundamento de sua teoria sobre o capital social: contextos diferenciados geram resultados diferenciados.

## 1.2 REDES SOCIAIS: CONCEITO, ESTRUTURAS E TIPOLOGIA

O estudo da formação de redes sociais tem ganhado destaque nas mais diversas áreas de pesquisa, tendo como foco a percepção de sua influência na vida das pessoas e a possibilidade de organizar métodos que avaliem essa influência. Neste sentido, busca-se a verificação de como se fundamenta uma rede específica e de que maneira e intensidade as

relações sociais acontecem, ou seja, a compreensão da estrutura e das conexões entre os indivíduos.

A análise de redes permite ao pesquisador um olhar mais preciso na composição e estrutura das relações sociais, proporcionando, assim, um aprofundamento na questão da formação do capital social.

Isso remete a perspectiva às discussões travadas no âmbito da sociologia econômica, que busca avaliar fenômenos da economia por meio das ciências sociais. Especificamente, ao fazer uma análise a partir das relações sociais, tem-se o conceito de rede presente nos estudos de Granovetter (1985), que a define como um conjunto regular de contatos ou conexões similares entre indivíduos ou grupos geralmente associado à ideia de uma estrutura. Na perspectiva de Granovetter, nenhum fenômeno social é passível de análise sem a devida consideração de sua imersão em redes de relações sociais (SCHMITT, 2011).

Nesta ótica, Schmitt (2011) defende que analisar redes sociais não se configura em um método apenas, é também um enfoque analítico que se contrapõe à perspectiva sobressocializada da vida social, percebida no estrutural-funcionalismo, ou, ainda, à visão subsocializada da ação econômica, presente na economia neoclássica. O comportamento individual não é resultado da aceitação de um sistema de normas e papéis, nem produto da opção racional de um *homo economicus*, ou seja, economicamente orientado, e sim como vinculado a múltiplas redes, regidas por princípios que podem ser econômicos ou não e que influenciam a ação do indivíduo diversamente.

Em seu aspecto relacional, a análise de redes sociais se mostra essencial ao seu aferimento, pois ela se constitui de um conjunto de atores (indivíduos, grupos ou organizações) que se ligam mutuamente por meio de relações sociais. Portanto, pode ser entendida como um conjunto limitado de atores que determinam e realimentam os critérios (econômicos ou não) de suas relações.

Para Wasserman e Faust (1994), a análise de uma rede social pressupõe a compreensão das conexões entre determinadas entidades sociais e as implicações destas relações. Essas entidades são os atores, representadas, por exemplo, por indivíduos, empresas (públicas ou privadas), associações, sindicatos, autarquias. A utilização do termo “ator” não implica, como se espera, na capacidade ou vontade de “agir”, sua simples identificação como receptor de ações de outras entidades já o coloca nesta categoria dada sua influência em ações de terceiros.

Os atores estão ligados aos demais por laços sociais. A consistência dessa conexão depende de fatores como amizade, simpatia ou respeito, que podem, por exemplo, determinar

ou, ainda, facilitar transferências de recursos em negociações ou garantias em empréstimos entre membros de um mesmo grupo social.

A capacidade de análise de uma rede social vai além da inferência sobre uma conexão entre dois atores. Em grande medida, o poder de análise de uma rede está na capacidade de modelar as relações entre um grupo, que é o conjunto de todos os atores cujo relacionamento esteja sendo mensurado.

Ao identificar um grupo, as informações colhidas sobre seus membros devem explicar o porquê de sua aproximação com o grupo, ou seja, a partir de um conjunto de fatores característicos, perceber o motivo de seu pertencimento. Esse conjunto de fatores não implica exatamente em homogeneidade de atuação, haja vista que um membro pode assumir posição ou função distinta em um mesmo grupo.

Em tese, pode-se conectar um ator a outro por várias características e afirmar sua inserção em um grupo qualquer, porém, para fins analíticos, a amplitude de um grupo a ser observado depende da reunião de dados que o especifique e o justifique como tal.

O conjunto de laços de um tipo específico entre os membros de um grupo é chamado de relação. Por exemplo, o conjunto de amizades entre pares de crianças em uma sala de aula, ou o conjunto de relações diplomáticas formais mantidas por dois ou mais países no mundo são laços que definem as relações, a depender da característica da relação. Se comercial, por exemplo, pode-se mensurar sua intensidade ou magnitude para além de laços diplomáticos formais, pode-se registrar o valor em dólares do comércio de um determinado ano (WASSERMAN e FAUST, 1994).

Salienta-se, como já citado, que essas relações dependem e se aplicam a um conjunto específico de indivíduos (ou organizações), existindo para sustentar objetivos peculiares, que o identificam enquanto atores.

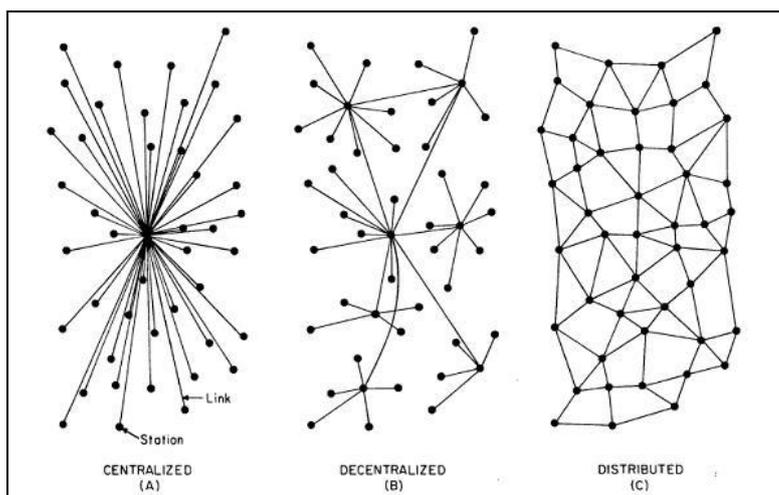
Para Granovetter (1973), as redes podem ser analisadas em seu aspecto estrutural ou, ainda, em seu aspecto relacional, tendo o primeiro enfoque na posição dos atores em relação aos outros; o segundo refere-se à dependência do comportamento dos indivíduos, baseada em mútuas expectativas.

Santos (2003) afirma que as redes apresentam diversificadas conceituações e perspectivas, porém, é possível fundamentar suas observações em dois âmbitos: o primeiro leva em consideração o aspecto material, ou seja, a estrutura formada; o segundo apresenta a qualidade dos relacionamentos, ou seja, as pessoas, as mensagens e os valores presentes nos envolvimento. Assim, apresentam-se alguns desdobramentos sobre estruturas e tipologias de redes, como segue.

De acordo com Wasserman e Faust (1994), a presença de informações relacionais é uma característica fundamental e definidora de uma rede social:

*[...] Having defined actor, group, and relation we can now give a more explicit definition of social network. A social network consists of a finite set or sets of actors and the relation or relations defined on them. The presence of relational information is a critical and defining feature of a social network. (idem, p. 20)*

Os atores são o fundamento de uma rede e podem estar conectados de forma direta ou indireta. O conhecimento da estrutura de uma rede torna-se essencial para o entendimento do comportamento dos atores, ou seja, das ações imediatamente influenciadas pelas conexões com outros atores ou grupos. A seguir, uma demonstração das estruturas de rede mais comuns na perspectiva de Paul Baran (1964):



**Figura 1:** Estruturas de rede – exemplos de disposição de rede centralizada, descentralizada e distribuída.

Fonte: Paul Baran (1964, p. 2).

Na figura 1 são mostradas estruturas de rede a partir do arranjo de seus atores sob três formas básicas: centralizada, descentralizada e distribuída. A estrutura de sistema centralizada (A) pressupõe a existência de posição diferenciada de um ator que coordena o funcionamento das unidades individuais, ou seja, o fluxo de informações e comando se dá a partir de um único centro. Neste modelo existe uma hierarquia que torna os indivíduos dependentes do ator que está ao centro. Ademais, observa-se a existência de condicionamentos nos quais cada um deles é obrigado a se reportar ao controlador.

Inojosa (1999) aponta tal estrutura sob a denominação de rede subordinada, arranjo conhecido em sistemas públicos e privados e constituído por entes que são segmentos de uma organização ou de um sistema específico, para o qual existe uma interdependência de objetivos. Há apenas um *locus* de controle, a exemplo de organizações empresariais com diretorias específicas por áreas ou mesmo da gestão de programas assistenciais municipais.

De acordo com Fialho *et al.* (2013), tal estrutura também é conhecida como “rede estrela”, na qual o ator central tem posição estrutural mais favorável e, quanto mais vínculos tiver, mais poderoso se mostra. Pelo fato de ser o ator mais próximo de todos os outros na rede, exerce influência direta nos indivíduos.

A segunda estrutura (B) em rede apresentada é a descentralizada, na qual existem camadas intermediárias de contato entre o ator central e os demais atores. Este arranjo pode ser observado, por exemplo, em projetos governamentais que sugerem uma administração local de uma política pública. Neste caso, os integrantes se reportam ao intermediário, que representa o ator individual junto a um terceiro, que está no centro da estrutura.

Fialho *et al.* (2013) afirmam que, nesse arranjo, existem atores em desvantagem estrutural em relação a outros, haja vista a necessidade de se reportar ao segundo, que, por sua vez, se reporta ao terceiro, e assim sucessivamente, pode também ser identificada como “rede linha”.

Tal arranjo se caracteriza por uma tutela, ou seja, os entes têm autonomia, mas se articulam sob a égide de uma organização que os mobiliza em função de um papel de regulação ou coordenação a modelar um objetivo comum. Dessa sorte, a rede se mantém dependente da existência do ente mobilizador (INOJOSA, 1999).

O terceiro arranjo (C) sugere um cenário onde não há dependência de um centro comum, ou seja, existe um parâmetro de igualdade baseado na cooperação, pois as conexões se dão no âmbito horizontal de relacionamento. Neste sistema os atores são soberanos para se organizar e trabalhar em conjunto sem se reportarem a um ator coordenador. Fialho *et al.* (2013) afirma que nessa estrutura, denominada “rede círculo”, cada ator tem o mesmo número de alternativas em relação aos outros.

No meio rural esse é um movimento observado, como em consórcios entre pequenos produtores para compra de insumos agrícolas, ou mesmo a entrega conjunta de matéria-prima a determinados processadores.

A compreensão da estrutura da rede em questão tem associação ao capital social gerado, apresentando características como: objetivos de sua existência, área de abrangência

geográfica, individualidades (ou características) de cada ator, normas de relacionamento, dentre outras, que influenciam a ação coletiva.

Ao fazer uma análise sobre redes, é inegável a especificidade do foco na relação entre indivíduos e sociedade. Nesse sentido, é importante recorrer ao pensamento de Durkheim (1999), em cuja obra a sociedade é apresentada como uma força viva e atuante, que intercepta o indivíduo biologicamente constituído e o transforma em um indivíduo social. O processo de socialização o insere na sociedade e lhe dá sentido.

A relação do pensamento durkheimiano com os estudos sobre redes é demonstrada justamente ao tratar da divisão social do trabalho, pois “cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada.” (DURKHEIM, 1999, p. 108).

Nesta perspectiva, Durkheim (1999) apresenta uma análise sobre o papel da solidariedade, que se apresenta em dois tipos: a solidariedade mecânica, que resulta da coesão social, para a qual se propõe um cenário no qual os indivíduos se assemelham e, assim, a individualidade é absorvida pela coletividade. Nesta perspectiva, os indivíduos se emparelham de acordo com a cultura, os valores comuns, a religião e os padrões morais, dentre outros.

Um segundo tipo de solidariedade apresentada pelo autor tem origem na divisão social do trabalho: a solidariedade orgânica, para a qual os indivíduos diferem entre si, cada um com um âmbito de atuação próprio, mas interdependentes a partir das diferentes funções adquiridas. De acordo com Giddens (1972, p. 146): “Nas sociedades contemporâneas essa forma de coesão (a solidariedade mecânica) é progressivamente suplantada por um novo tipo de coesão social (a solidariedade orgânica)”.

Ianni (1978) afirma que com a evolução social há dissolução da *Solidariedade Mecânica*, ou seja, há uma flexibilização de suas bases. A conclusão a que se chega é a de que a similitude não garante a persistência dos vínculos sociais. Uma vez estabelecida essa tendência, percebe-se a substituição por outro tipo de solidariedade, o tipo orgânico, pressupondo uma variação inversa entre eles.

Ianni (idem, p. 58) afirma:

Este tipo social repousa de tal modo sobre princípios diferentes dos do tipo precedente, que não se pode desenvolver senão na medida que o outro se tenha desvanecido. Com efeito, nele não mais os indivíduos são agrupados, não mais segundo suas relações de descendência, mas segundo a natureza particular da atividade a que estão consagrados. [...] Sem dúvida quando esta nova organização começa a aparecer, ela tenta assimilar a que já existe.

É justamente nessa última afirmativa de Ianni que reside uma discussão fundamental deste trabalho: como a nova organização (orgânica) assimila heranças da organização já existente (mecânica)? Sugere-se um afinamento dessa perspectiva aos estudos sobre capital social, pois nas redes sociais formadas podem ser percebidos resquícios de confiança e reciprocidade que perpassam a ideia do indivíduo meramente útil.

A consolidação do capital social acontece a partir de um processo histórico e cultural ligado à existência de confiança e reciprocidade, que, por sua vez, pode ser oriunda de costumes e valores de uma sociedade. Desse modo, o indivíduo, inserido em uma rede social, tem suas funções influenciadas por suas heranças da solidariedade mecânica, anteriores à sua função neste momento.

Portanto, a rede social pode ser oriunda da forma orgânica de solidariedade, mas há de ser considerada, ainda, a influência residual da solidariedade mecânica, a interferir no capital social.

Para Corrales (*apud* FIALHO *et al.*, 2013), existem elementos “chave” para a compreensão das redes sociais, dentre eles destacam-se: a) *interesses comuns* - existência de mutualidade é condição fundamental para a formação das redes; b) *intercâmbio de recursos* - o contato direto e a proximidade entre os atores estimula o desenvolvimento de relações de confiança, a partir das quais são desenvolvidas estratégias de cooperação; e c) *compromisso* - o envolvimento/comprometimento dos atores na realização de objetivos comuns ou, também, de um conjunto de atividades.

Essa perspectiva se aproxima da definição de redes de Castells (1999, p. 498), a saber:

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho).

Inojosa (1999) apresenta uma segmentação de redes que acaba por concatenar a ideia de solidariedade orgânica, que, neste caso, está ligada ao nível de especialização das funções. Este, por sua vez, é determinado pelos objetivos de cada organização que integra os indivíduos em uma rede de relações sociais.

A autora afirma que as redes podem variar, ainda, quanto ao foco de atuação, sob quais relações podem ser concebidas entre os participantes. Exemplifica-se com a identificação de dois tipos de redes, comumente observáveis segundo seus objetivos:

**Quadro 2:** Tipos de redes, quanto ao foco de atuação.

Tipo	Características
<b>Redes de Mercado</b>	São redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços. Visam a complementaridade ou a potencialização dos parceiros face ao mercado. As relações são perpassadas pelos interesses do mercado e podem oscilar entre cooperação e competição.
<b>Redes de Compromisso Social</b>	São redes que têm como foco questões sociais. Visam complementar a ação do Estado ou suprir sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos e que põem em risco o equilíbrio social. As relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária. Ensejam demandas estratégias de mobilização constante das parcerias e de reedição.

Fonte: Adaptado de Inojosa (1999).

A rede de mercado possui uma finalidade claramente definida: proporcionar acesso a bens ou serviços aos seus integrantes, as comumente observadas redes de serviços, ou mesmo franquias, só o são por proporcionar aos participantes condições mais favoráveis de compra e venda de produtos inerentes a suas atividades.

Em uma rede de compromisso social existe uma percepção mais abrangente da vida social, para além do lucro como solução dos problemas individuais, o estímulo à formação de uma rede de compromisso social é existência de um objetivo comum, como distribuição de renda, de terra ou melhores condições de trabalho. Obviamente que o ganho econômico se coloca como resultado do sucesso desses objetivos, mas não ocorre explicitamente no campo individual de ação como na rede de mercado.

Essa disposição pode ser alinhada à ideia de Durkheim (1999), para quem a forma como são dispostas as funções individuais advém da fiel maneira com que a sociedade se organiza e como articula a divisão do trabalho social. As diversas ramificações de agrupamentos sociais são unidas por afinidades que lhe são peculiares e as fazem especiais. Aos poucos, tem-se a gradual extinção do mecanicismo que coage e anula as potencialidades individuais, pelo reconhecimento da nova função do indivíduo no corpo da sociedade, tornando-se, dessa forma, órgão necessário e fundamental à sua sustentação.

A seguir tem-se abordagem mais específica a conformar a discussão já iniciada sobre redes e capital social.

### 1.3 REDES E CAPITAL SOCIAL

O capital social, como delimitado neste trabalho, é representado por normas, valores e entendimentos que facilitam a cooperação dentro ou entre os indivíduos ou grupos. Seu desenvolvimento pode desempenhar um papel de estimulador na vinculação dos atores, tornando-se, por exemplo, uma ponte para grupos ou indivíduos, gerando subsídios e incentivos para ações coletivas bem-sucedidas.

Neste sentido, outro fator deve ser considerado: o capital social só tem seu advento a partir da conexão entre os indivíduos, pois encontra apoio no contato entre no mínimo dois atores, que combinarão os termos sob os quais a relação acontecerá. Estes conduzirão à qualidade do capital social reproduzido. Esse fundamento torna a formação de uma rede social condição *sine qua non* para a existência de capital social.

A partir das informações da análise anterior pode-se afirmar que as redes são entendidas como um elo que proporciona a troca de informação e alimenta (e realimenta) a confiança entre seus participantes no desenvolvimento de uma meta em comum. Esse elo, fundamental ao conceito de capital social, é tomado como uma ação social e, neste sentido, é necessário entender as condições de tal ação, que vão além do viés econômico, sendo inserida e conjugada às práticas sociais.

Weber (1999) afirma que a ação econômica é entendida como um tipo de ação social economicamente orientada, isto é, conduzida à obtenção de certas utilidades. A ação social, por sua vez, na síntese de seu sentido, sugere um ato dotado de sentido dado por quem executa, tendo em vista ação ou ações de outro indivíduo. Portanto, o objeto da ação econômica pressupõe atribuição de serviços distintos entre os indivíduos que, em diversas combinações, se relacionam, considerando os meios materiais de obtenção de algo comum.

Granovetter (1973), partindo da teoria weberiana, explica que uma ação econômica é uma ação social, que por vezes não é motivada apenas pelo interesse, mas, previamente estatuída, pode ser ligada a costumes, bem como a outras situações que podem não possuir como fio condutor o individualismo pregado pelo pensamento econômico clássico baseado

em recompensas materiais. Imaginar os indivíduos como atomizados em um sistema econômico é uma perspectiva reducionista.

A crítica reside no fato de não se considerar que os comportamentos individuais são organizados em redes de relações sociais e que eles podem possuir motivações econômicas ou não. Nessa perspectiva, a sociologia econômica weberiana apresenta uma base teórica para a análise de elementos que norteiam a ação numa perspectiva sociológica, e não apenas econômica.

Granovetter (1985) explica que o comportamento do indivíduo influencia os demais de forma recíproca, pois todos estão inseridos em um sistema de relações sociais, rompendo, dessa forma, com a teoria da ação econômica atomizada, considerando-a como algo inserido no tecido social. Em suas palavras:

*A fruitful analysis of human action requires us to avoid the atomization implicit in the theoretical extremes of under- and oversocialized conceptions. Actors do not behave or decide as atoms outside a social context, nor do they adhere slavishly to a script written for them by the particular intersection of social categories that they happen to occupy. Their attempts at purposive action are instead embedded in concrete, ongoing systems of social relations. (idem, p. 487)*

Desse modo, as escolhas individuais são resultado do comportamento (que envolve as escolhas) do outro indivíduo. Neste ponto observa-se, especificamente, a disseminação de um fundamento caro ao capital social pautado nas relações de confiança, quando da aprovação do comportamento do outro e a permissão de sua interferência, nascendo, assim, uma rede.

Granovetter (1985) se refere às instituições econômicas como construções sociais e que merecem esse tipo de análise fundamental. Portanto, o estudo de uma instituição social ou o conjunto delas, percebido em instituições de mercado ou em uma política pública, por exemplo, só pode ser realizado a partir da análise do processo do qual resultam. Contudo, é sugerido que a trajetória das instituições na economia está imbricada no tecido social e envolvida por redes sociais.

Neste trabalho, a utilização do conceito de redes tem como propósito compreender relações entre indivíduos e/ou organizações. Busca-se, neste caso, entender a forma como os indivíduos se conectam e como é o funcionamento das relações, especialmente a percepção de como o relacionamento estimula as ações e se solidifica nas organizações sociais.

Claramente, existem diferentes abordagens sobre o capital social que conduzem a hipóteses diferentes. No entanto, existe um consenso generalizado de que é algo que existe na relação entre indivíduos e/ou organizações. Portanto, o capital social emerge a partir de

conexões entre indivíduos e entidades e se desenvolve por meio da confiança, da mútua compreensão e por meio de ações recíprocas com base em normas e valores compartilhados (KAY, 2006).

Neste sentido, podem-se inferir alguns elementos presentes em organizações em rede sob qualquer estrutura ou destinação, dos quais se apropria a consecução dos objetivos coletivos. Em suma, pode-se afirmar que a existência de elementos anteriores de capital social influencia a realização de ações coletivas no presente. Como exemplo, a presença em maior ou menor grau de certos elementos de capital social pode proporcionar diferentes resultados no âmbito de uma política pública.

A partir da bibliografia pesquisada – Putnam (1996, 2000) e Giddens (1991) – foi possível alinhar o conceito de capital social ao objeto deste trabalho, pois é possível percebê-lo na qualidade das interações sociais. Em um esforço para enfocar praticidade e operacionalidade da aplicação do conceito de capital social, identificam-se os pilares de produção e reprodução do capital social, revisitados na pesquisa empírica deste estudo. São eles: a formação de redes sociais; a confiança revelada; a reciprocidade entre os indivíduos; os valores coletivos e as normas compartilhadas. O quadro a seguir dispõe tais elementos.

**Quadro 3:** Elementos de capital social.

**A formação de redes sociais:** Putnam (2000) argumenta que não existe possibilidade de produção de capital social a partir do isolamento. Portanto, a formação de redes pressupõe a existência de capital social, pois essa está ligada à confiança entre seus membros. O capital social reside na conexão entre os indivíduos, e não em si mesmos; o ponto de partida é a formação da rede e nesse ambiente o capital social pode se replicar em aumento da confiança, reciprocidade, compartilhamento de normas e valores sociais. O fato de pertencer a uma rede pode trazer benefícios aos indivíduos em movimento de cooperação, gerando mais acesso à informação e troca de recursos entre os participantes.

**A confiança revelada:** Giddens (1991) afirma há um sentido fundamental no qual a reflexão é uma característica definidora de toda ação humana. De forma rotineira, todos os seres humanos se conectam a partir de ações desempenhadas como parte integrante de algo. A confiança, portanto, pode ser definida como uma crença que se tem em um indivíduo ou organização, tomando como referência um dado como um conjunto de resultados ou eventos no qual essa credibilidade exprime probidade. É possível identificar dois tipos de confiança: a confiança pessoal, derivada de relações pessoais entre amigos e parentes próximo, e a confiança que se generaliza, que promove integração entre estranhos que reconhecidamente merecem confiança por seu comportamento idôneo e reiterado. Este último tipo é reconhecidamente fonte de capital social, porém, a confiança pessoal pode desencadear o alcance do segundo tipo, expressando inclusive a que termos a generalização da confiança deve ser conduzida. Putnam (2000) ensina, em seus termos, que a *confiança pessoal* transforma-se em *confiança social*, a partir do estabelecimento de normas de reciprocidade e das

redes de engajamento cívico, presentes na sociedade. Retrata, então, uma importância crucial dos mecanismos que condicionam o funcionamento social que são enquadrados pelo processo de formação da confiança particularizada, presentes em formas primárias de socialização como a família e os amigos. Diante disso, é possível afirmar que a confiança pessoal leva os indivíduos a se conectarem com outros indivíduos, na medida em que existe avanço dessas conexões e elas se tornam confiança social.

**A reciprocidade entre os indivíduos:** De acordo com Putnam (1996), o conceito de reciprocidade relaciona-se aos ensinamentos de Cícero, que afirmava que nada seria mais importante do que a retribuição de um favor. A reciprocidade pressupõe uma retribuição a ações realizadas e, a partir desse princípio, os indivíduos estariam mais inclinados a aceitar um determinado pedido caso recebam algo em troca antes. Neste sentido, ela assume duas formas basilares: a reciprocidade geral, que faz referência a uma troca que não necessariamente precisa de contrapartida no momento exato em que se oferece ajuda, gerando a expectativa de retribuição futura; e a reciprocidade particular ou específica, quando existe uma troca simultânea, com valores equivalentes, no ato (PUTNAM, 2000). Mostra-se um elemento extremamente relevante na composição do capital social, caso não existam frustrações nas expectativas do indivíduo em relação a outros.

**Valores coletivos e normas compartilhadas:** Os valores coletivos referem-se a conceitos e normas gerais a partir dos quais a sociedade se organiza. Os valores incluem ideias generalizadas que estabelecem as bases para as expectativas de comportamento, a exemplo: a liberdade e a propriedade. Isto posto, os valores são considerados elementos determinantes no cotidiano de uma organização social, pois afetam os comportamentos individuais, que, uma vez alinhados, significam recursos importantes à ação coletiva. Para Putnam (2000), em comunidades com elevado capital social é encontrado um cenário de valores que resultam da cooperação entre os indivíduos ou organizações. No movimento cooperativo, a solidariedade e a tolerância são notáveis. Os valores serão expressos a depender do nível de confiança e da expectativa em relação ao comportamento do outro. Nesta perspectiva, as normas surgem como manifestação das expectativas e obrigações compartilhadas, se posicionam enquanto regras a facilitar a vida em sociedade. Assim, as normas regulam o comportamento dos indivíduos em uma dada sociedade e são assimiladas e socializadas em diferentes momentos, sendo dessa forma legitimadas, podendo reforçar a cooperação e reduzindo incertezas sobre os relacionamentos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2014), a partir de Putnam (1996, 2000) e Giddens (1991).

As políticas públicas têm o papel de instituir normas de convívio para cada contexto. A partir dessa motivação clara, manifestada nos objetivos de uma política pública, os atores se movimentam a cumpri-los e as relações sociais pré-existentes podem potencializar os resultados da ação governamental.

O capital social, portanto, pode servir para aumentar a significância dos resultados dos programas governamentais, pois, nesse novo cenário de relacionamento, os atores criam

novas formas de conexão e realimentam o próprio capital já existente na multiplicação de elementos como reciprocidade e confiança.

#### 1.4 A QUESTÃO DA COESÃO SOCIAL DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Em suma, a coesão é uma força (ou um conjunto de determinantes) que aglutina elementos em um mesmo corpo. Ao acrescentar o adjetivo “social”, a coesão em questão vem sugerir uma situação na qual um grupo social de determinada localidade desenvolve uma tendência à colaboração ou aproximação entre seus membros.

Chan *et al.* (2006) encabeçaram um estudo que apresentou uma definição pormenorizada da coesão social, perspectiva tomada a partir da funcionalidade do termo. Em sua opinião, só existe coesão social em uma sociedade quando observada a obediência a três critérios básicos: em primeiro lugar, a possibilidade de confiar, ajudar e cooperar com os membros de sua sociedade; em segundo, o compartilhamento de uma identidade comum (ou sensação de pertencimento) a determinado grupo social; e quando os sentimentos revelados nos dois critérios anteriores se manifestam em ações. A seguir transcrevem-se as palavras do autor:

*Perceived cohesion, on the other hand, is a function of each member's perception of his own standing in the group. This, in turn, depends on (1) the individuals' sense of belonging to the group and (2) their feelings of "morale" (that is, the emotional response) associated with membership in the group. The sense of belonging is fundamental to the existence of the group, while "morale" has direct implications on the motivation of the group members. (idem, p. 276)*

De acordo com Chan *et al.* (2006), a coesão se dá em função da percepção de cada membro da sua própria posição no grupo e do consentimento dessa posição por parte dos outros membros, ou seja, a resposta dos pares é fundamental ao sentimento de pertencimento, que, por sua vez, é a base da coesão social.

No âmbito da reflexão sobre políticas públicas, a coesão social aparece como um fator que facilita as convergências em rede, ligação importante para a eficácia de uma política pública, ao passo que suas engrenagens dependem da frequência e da qualidade do relacionamento entre os atores. Assim, a coesão social explica, em grande medida, a eficácia dos mecanismos de inclusão ou manutenção de programas governamentais. Neste sentido, um

documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresenta o enlace entre a coesão social e políticas públicas:

A coesão social refere-se, pois, tanto à eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social como aos comportamentos e apreciações de parte dos sujeitos que conformam a sociedade. Esses mecanismos incluem, entre outros, o emprego, os sistemas educacionais, a titularidade de direitos e as políticas que fomentam a equidade, o bem-estar e a proteção social. Já os comportamentos e as apreciações de parte dos sujeitos abrangem âmbitos tão diversos quanto a confiança nas instituições, o capital social, o sentido de pertencimento e solidariedade, a aceitação de normas de convivência e a disposição para participar em espaços de deliberação em projetos coletivos. (CEPAL, 2007, não paginado)

Entende-se que a coesão social reside na maior disposição dos indivíduos em apoiar assuntos públicos, o sentimento de pertencimento a determinada comunidade facilita o firmar contratos sociais importantes na condução de uma política pública.

Portanto, a coesão social pode favorecer a capacidade de grupos e pessoas de influir em questões estruturais ou ainda na remoção de entraves na consecução de um programa governamental. Em outras palavras, a coesão social é um elemento essencial à construção da vontade coletiva, que, por sua vez, influencia uma política pública, estimulando ou bloqueando a ação em programas governamentais.

Presumidamente, o capital social e as redes formadas são importantes bases para a emergência e a manutenção da coesão social. As políticas públicas ganham incentivadores a partir do momento em que há coesão social, ou seja, quando a confiança nas instituições e o sentimento de pertencimento se transformam em aceitação das normas participativas e em ânimo a participar de deliberações e projetos coletivos. A seguir apresenta-se uma discussão específica sobre a política pública em questão neste trabalho.

Para os devidos encaminhamentos, a coesão social é tratada a partir da percepção de elementos de capital em uma rede, sendo eles transferidos para o campo das Políticas Públicas, ou seja, analisa-se como elas recebem heranças do capital social existente e se tornam mais consistentes. Neste caso, quanto maior a presença de elementos de capital social no arranjo das políticas públicas, maior sua coesão social.

## CAPÍTULO 2

### **O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA)**

Conforme informado, esta pesquisa não é uma avaliação de política pública específica, representada pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, não se propõe um instrumento de aperfeiçoamento do programa empreendido. O objetivo é constituir um diagnóstico capaz de assimilar a interferência de elementos de capital social, identificados em redes formadas nos efeitos ou como resultado de uma política pública.

Portanto, a discussão a seguir não se dá no sentido de pormenorizar o assunto em detrimento do objeto deste trabalho. O Programa de Aquisição de Alimentos determina o campo de observação da formação de redes, tal como mencionado, e, assim sendo, este estudo não se propõe a analisar a trajetória institucional do programa para fins de avaliação de entraves de condução, por exemplo.

A discussão sobre políticas públicas serve, aqui, para apresentar o programa enquanto delimitador do universo e dos indivíduos pesquisados, trazendo sua trajetória e justificando sua atualidade nos municípios escolhidos para a pesquisa.

#### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Estudos e pesquisas no campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como instituições, regras e modelos que envolvem sua criação, implementação e avaliação, tornaram-se mais profícuos nas últimas décadas. É comumente aceita a concepção de que a área de políticas públicas dispôs de quatro pilares teóricos, chamados de *pais fundadores*: Lasswell (1996), Simon (1947), Lindblom (1981) e Easton (1968).

Em meados dos anos 1930, no intuito de conciliar vertentes científicas com a aplicação governamental, Laswell (1996) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), esboçando, dessa maneira, uma aproximação entre cientistas sociais, grupos de interesse (privados ou não) e governo. Na década de 1950, Simon, ao acreditar que a

limitação da racionalidade poderia ter seus efeitos minimizados pelo conhecimento racional, apresentou o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). Para o autor, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas como informações assimétricas, tempo para a tomada de decisões, interesse particular dos gestores públicos.

No entanto, para Souza (2006), a racionalidade pode ocorrer até um ponto satisfatório, pela criação de um conjunto de regras e incentivos, ou seja, uma estrutura que absorva o comportamento dos atores e restrinja esse comportamento aos fins propostos pelas políticas públicas.

Lasswell (1996) e Simon (1947) deram ênfase ao racionalismo questionado por Lindblom (1977), que propôs a inserção de outras variáveis para a formulação e a análise de políticas públicas, são elas: as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Dessa maneira, outros elementos deveriam ser observados na concepção de uma política pública, incorporando sua formulação e análise, fatores que iam além dos princípios da racionalidade, tais como importância das eleições, burocracias, partidos e grupos de interesse (SOUZA, 2006).

Conforme afirma Souza (2006), a contribuição dada por Easton, na década de 1960, apresenta-se pelo advento do conceito de política pública como um sistema, relacionando formulação, ambiente e resultados. Para tal autor, políticas públicas são alimentadas, recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que interferem diretamente em suas aplicações, resultados e efeitos.

As propostas para formular um conceito sintetizado sobre políticas públicas são variadas, em geral concebidas como “[...] um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”, ou, ainda, “[...] como sendo a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos”. Abordagens um pouco mais sintéticas que o conceito se referem a “[...] o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (idem, p. 24-26). Em suma, para Souza (2006), o conceito mais conhecido continua sendo o de que decisões e análises sobre política pública reportam às seguintes questões: quem ganha o quê, o porquê e que diferença faz.

Enrique Saravia (2006, p. 30) fornece um conceito baseado na característica operacional de uma política pública:

Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Na perspectiva anterior há de se considerar a diferenciação entre política pública e decisão política, pois a primeira refere-se a um conjunto de ações específicas que envolvem determinado objetivo pré-definido, ao passo que a segunda mostra-se como um ato isolado, dotado de discricionariedade dos decisores privilegiados tolhidos, por exemplo, por restrições orçamentárias, ao poder compor, ou não, um conjunto de ações com propósitos comuns.

Parece claro o envolvimento estratégico da política pública, enquanto a decisão política surge como um reporte a uma situação isolada, que visa, na maioria das vezes, corrigir certos estrangulamentos, que requerem correção imediata.

Para Rua (1997, p. 1):

[...] As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são *outputs*, resultantes da atividades política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas *ações estrategicamente selecionadas* para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas. (grifo nosso)

Busca-se auferir o papel estatal na escolha e aplicação das políticas públicas. Em tempos de complexidade da organização do Estado moderno, existem correntes que defendem a chamada *autonomia relativa do Estado*, o que implica que suas ações gozam de certa discricionariedade, embora, não raro, sejam influenciadas por fatores endógenos e exógenos.

No entanto, o Estado permanece capaz de criar condições para a sustentação de objetivos de políticas públicas. A magnitude dessa autonomia depende, logicamente, do contexto em que está inserido cada país, não existindo, portanto um único conceito que tenha o poder de explicar o que são políticas públicas; só se pode analisar e contrapor seus resultados e propor soluções (SOUZA, 2006).

Analisar uma política pública transcende a ideia de que consiste em um instrumental para melhorar ou corrigir investidas da gestão governamental. Mais do que isso, mostra-se uma ferramenta de incremento da transparência das ações dos governantes. A observação de

tais políticas com enfoque apenas em suas metas e resultados quantificados pode incorrer em apreciação parcial de sua significância.

Assim, tal procedimento deve sempre considerar o aspecto qualitativo do resultado alcançado e sua eficácia social, isto é, sua capacidade de alterar as relações sociais e sua eficiência, isto é, se apresenta eficácia maior em relação a outras políticas que visem os mesmos objetivos.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Nos últimos anos o Brasil tem vivenciado a implementação alternativa de políticas públicas de segurança alimentar, ao reverter um processo ainda de pouca tradição e buscando a incorporação conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que, outrora, mostrava-se mais ligado às organizações não governamentais da área.

Desde 1997, quando a Cúpula Mundial da Alimentação (FAO-ONU) finalmente conseguiu produzir um consenso sobre o conceito de segurança alimentar suficientemente amplo para subsidiar políticas públicas aplicáveis aos mais diversos países, alguns programas começaram a ser executados no Brasil. Tal acontecimento mostrou-se a mola propulsora para desencadear esforços de vários governos, nas diversas esferas de poder, na efetivação de políticas de segurança alimentar (PAULILLO e PESSANHA, 2002).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 6.047/2006), em seu artigo 3º, fornece-nos o conceito utilizado neste trabalho:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O número de domicílios brasileiros que se encontravam em insegurança alimentar, segundo o levantamento feito em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominado de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é de 65,6 milhões de pessoas, residentes em 17,7 milhões de domicílios, que apresentavam alguma restrição alimentar ou, pelo menos, alguma preocupação com a possibilidade de ocorrer restrição devido à falta de recursos para adquirir alimentos.

Ao desagregar os resultados por situação de domicílio, chega-se a um dado preocupante: aproximadamente 35% dos brasileiros domiciliados no meio rural se encontram em situação de insegurança alimentar, indicando que a superação da miséria e da fome no Brasil tem de passar por uma contundente transformação das relações sociais no campo.

Para Paulillo e Pessanha (2002), as políticas de segurança alimentar encontram seu conceito mais amplo na pauta de projetos destinados à redução da fome e ao aumento de ações solidárias para as pessoas incluídas em fatias marginalizadas da sociedade, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc. Nesse âmbito, os governos, nas esferas locais, estaduais e federais, têm efetivado políticas de segurança alimentar sob as mais diversas roupagens.

Um exemplo a ser mencionado é a questão do autoconsumo para a agricultura familiar. Primordialmente, o beneficiário da política agrícola, por exemplo, ao produzir alimentos ou qualquer gênero de primeira necessidade, logicamente destinará parte (ou totalidade) de seu resultado ao consumo de sua própria família; o excedente, se houver, será permutado ou vendido a fim de compor sua cesta básica de mantimentos. Em alguns casos, se observa que condições precárias de renda, que normalmente implicariam em insegurança alimentar, são contrabalanceadas pelo abastecimento de produtos oriundos da própria gleba e que garantem a alimentação da família.

Para Almeida (2006), a política pública de segurança alimentar deve responder pela produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos, relacionando-se, ainda, aos valores socialmente construídos e fundamentalmente necessários à população, representada pelos beneficiários, tais como saúde, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade. Todos esses valores compõem bases para as redes de políticas focadas na funcionalidade e na adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população que acumula *déficits* nutricionais.

A partir dos anos 2000, um conjunto de ações governamentais para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) começou a ser introduzido no Brasil, como a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar para a composição da merenda escolar, bancos de alimentos, restaurantes populares, hortas comunitárias, varejões populares, dentre outros.

O objetivo de tais ações seria alcançar patamares de segurança alimentar em curto prazo nos municípios, promovendo ações que concomitantemente estimulassem a inclusão social. Os programas locais de SAN começaram a se conectar, e essa cooperação possibilitou

a formação de redes de inclusão social em âmbito municipal ao aumentar, por exemplo, a capacitação para determinados empregos.

Neste sentido, argumentam Paulillo e Almeida (2011, não paginado):

A segurança alimentar vai além do acesso à renda porque deve ser reconhecida como recurso fundamental de inclusão social. Isso significa fazer com que as camadas sociais marginalizadas tenham acesso a recursos básicos da vida em sociedade (como emprego, educação, saúde, informação, etc.) e possam participar das decisões que afetam suas vidas. Este último aspecto é muito importante porque, com o avanço da globalização e a fragmentação do Estado, as agendas de decisões relevantes (em setores produtivos ou não produtivos) estão cada vez mais distantes e fechadas para grande parte dos empreendedores e trabalhadores.

Assim, políticas *alternativas* de segurança alimentar (com considerável ênfase na dimensão municipal) começaram a surgir lentamente no país, principalmente em regiões mais pobres. Desse modo, é possível detectar a operação de redes de inclusão social nos territórios de implantação de tais políticas (BELIK, 2004).

A interligação das dimensões territorial ou local e da segurança alimentar mostra-se relevante, ao passo que o planejamento e a implantação de programas de desenvolvimento territorial recente no Brasil têm articulado a tomada da questão da segurança alimentar como motivação às ações da administração pública.

Mesmo com afirmações categóricas acerca da dificuldade de conciliar as metas de desenvolvimento territorial, dotadas de ações estruturantes de médio e longo prazo, às ações emergenciais no combate à fome, que apontam para a cristalização da segurança alimentar no Brasil, ambas tendem a aproximação, conforme proposição esboçada a seguir:

Os padrões institucionais, normas e valores sociais próprios de cada localidade sinalizam uma capacidade de estabelecimento de pautas de desenvolvimento social de caráter relativamente endógeno, desde que os processos de reestruturação não apresentem um caráter estritamente econômico, mas envolvam decisões de índole política e o desenvolvimento do capital social localizado. Os locais têm uma forma concreta e funções específicas, aliadas às funções e também às estruturas mais abrangentes. Nas localidades estão operando redes resultantes de construções sociais e políticas, em que os agentes individuais e coletivos trocam recursos estratégicos e articulam interesses. Nestas redes importam igualmente as instituições, as organizações (lucrativas e não lucrativas), os indivíduos e os modos de relacionamento entre eles. (ALMEIDA, 2009, p. 5)

As regras, normas, políticas públicas, convenções sociais, dentre outras, compõem instituições que funcionam como filtros na inserção das políticas públicas porque conformam as capacidades de absorção de beneficiários em potencial, e por estes se entenda pessoas miseráveis, desempregados, crianças, idosos, etc.

Entretanto, as características de organizações sociais podem facilitar os processos de ação coordenada e a provisão de bens públicos, sendo a segurança alimentar um deles. Essas características devem ser estudadas como descoberta de entraves ou facilitadores de organização e de execução de políticas públicas de segurança alimentar, tendo como universo os municípios que já operam programas de SAN, em difusão crescente no Brasil (ALMEIDA, 2009).

### **2.2.1 Os Agricultores Familiares na agenda de Políticas Públicas de Segurança Alimentar**

Para Almeida (2009), a produção agrícola apresenta diversidades de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotado. Em algumas localidades, a agricultura familiar desencadeia o desenvolvimento da agricultura como um todo e se integra à economia de mercado. Em outras localidades, se caracteriza como mero meio de subsistência. Lamarche (1993, p. 4) afirma que a agricultura familiar pode ser definida como “uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família”.

Para Lamarche (1993), às explorações familiares não se pode atribuir um único modelo, dada a existência de diversos tipos de exploradores, nesse caso os agricultores familiares: aqueles cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar (modelo familiar); aqueles cujo objetivo essencial é a sobrevivência da família (modelo subsistência); e os que buscam formar uma exploração agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para a obtenção de um retorno de capital (modelo empreendimento agrícola). O conceito geral considera a diversidade das explorações rurais, no qual a agricultura familiar seria o segmento que abarca famílias como unidades produtivas que trabalham e simultaneamente são proprietárias dos meios de produção.

Nesta vertente, o termo “agricultura familiar” sugere uma diversidade de situações, nas quais a capacidade de adaptação dos agricultores determina seu modo de vida e suas relações sociais. Suas características variam em função da combinação dos recursos disponíveis à produção: clima, nível técnico, capacidade financeira, e, ainda, em função de sua inserção em determinado contexto social, cultural e político.

Ademais, a produção rural de base familiar não necessariamente significa pequena produção de subsistência, pois, com a adoção de técnicas cada vez mais modernas no

processo produtivo, a mão de obra torna-se cada vez menos utilizada e, desta forma, a transformação deste segmento no modo de produção capitalista não significa a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, e sim o fortalecimento da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Um estudo realizado em caráter de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), inspirado em pesquisas da Escola Francesa de Estudos Agrários, forneceu o marco conceitual e teórico para a criação de um novo modelo de políticas de desenvolvimento rural para o Brasil. Os dados desse estudo foram publicados, em 1994, em uma obra de Guanziroli e Cardim (1994), intitulada *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*, e indicavam a criação de políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura familiar no Brasil.

Guanziroli e Cardim (1994) afirmam que existe, no Brasil, uma tendência ao realinhamento da política agrícola com o público da agricultura familiar, em parte devido à percepção de que este público expressa mais claramente as macrovantagens comparativas do país, onde o capital é escasso e a terra abundante. Entretanto, agricultores familiares e assentados da reforma agrária são uma parcela heterogênea, diversificada e complexa da agricultura, que exige soluções diferenciadas.

Sob essa perspectiva, a política pública para a agricultura familiar, ao se reportar a esse segmento, fomenta uma situação transitória de desconcentração de recursos para gerar um novo perfil socioeconômico de produção agrícola, cuja sustentação da família torna-se fundamental. De certa forma, a nova condição proporcionada ao beneficiário deve reportar a resultados que garantam esse sustento familiar, e a essa proposta alinham-se os recursos disponibilizados à realimentação da própria política pública, pautada nos preceitos de segurança alimentar.

Ao final da década de 1990, a preocupação com a segurança alimentar proporcionou um redimensionamento político, para além de programas assistenciais como os de cestas básicas, que se pautam na entrega direta de alimentos para consumo imediato. Como destacam Márcio Gazola e Sérgio Scheneider (2004, não paginado):

Este cenário, em grande medida, começou a ser modificado nos últimos anos quando a segurança alimentar é alçada à principal política da área social de governo. Neste sentido, parece que o tema da segurança alimentar ganha uma maior importância como política de Estado, o que se concretiza no ano de 2002 com a criação do Ministério Extraordinário de Combate a Fome e a da Segurança Alimentar (MESA), que atualmente está sob o nome de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Destaca-se também, com a criação do MESA, o estabelecimento de um programa nacional de combate à insegurança alimentar e nutricional, o Programa Fome Zero (PFZ), que se coloca como um marco histórico da intervenção do Estado nesta área. Este programa propõe-se tanto a ações estruturais como pontuais e de curto prazo visando o combate da fome e da insegurança alimentar.

Dentre as políticas estruturais do Programa Fome Zero<sup>17</sup> se destaca o incentivo à agricultura familiar a partir de ações locais para as áreas rurais, bem como a criação de espaços e mecanismos de comercialização, O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é um representante desse incentivo e principal programa de segurança alimentar ligado ao Programa Fome Zero, cujos objetivos principais são o incentivo à produção de alimentos e a criação dos canais de comercialização de excedente produtivo.

### **2.2.2 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA) é considerado uma ação fundamental no âmbito estruturante do Programa Fome Zero, ao considerar uma vertente promotora de segurança alimentar: a produção de alimentos a partir da agricultura familiar. Os recursos para operacionalização do programa são fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e/ou Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a depender da modalidade desenvolvida.

Este programa foi criado a partir da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e seus dispositivos atuais de regulamentação constam no Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Em suma, é possível extrair, dentre as finalidades do programa, as mais contundentes: a geração de renda aos agricultores familiares, bem como a valorização de seus produtos, o fortalecimento das organizações sociais como associações e cooperativas, a promoção da segurança alimentar e nutricional. À consideração desta finalidade última, os produtos são adquiridos e destinados às populações que possam estar em insegurança alimentar e o restante é destinado à formação de estoques estratégicos.

Outros objetivos do programa são o estímulo à produção agropecuária e a sustentação de preços para agricultores familiares. São beneficiários do programa os agricultores

---

<sup>17</sup> O Programa Fome Zero é um conjunto de ações implantadas pelo governo federal no início de 2003. De acordo com sua proposta inicial, seu principal objetivo é “a promoção da segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da pobreza” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009, não paginado).

enquadrados nos grupos A, B, C e D<sup>18</sup> do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) .

O artigo 19 da Lei nº 10.696, que faz referência à criação e às finalidades do PAA, dispõe:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades: (Redação dada pela Lei nº 11.512, de 2011) (Regulamento)

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

§ 1º Os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos formados nos termos deste artigo serão destinados integralmente às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional. (Redação dada pela Lei nº 11.512, de 2011).

A criação do PAA representou a possibilidade de aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar, sem a burocracia e os requisitos de uma licitação pública. O mercado institucional é operado a partir de compra realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ou outros órgãos/entidades da administração pública federal, estadual ou municipal, e, ainda, consórcios públicos mediante convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os alimentos são comprados a um preço de referência do produto, equivalente ao preço de atacado, que será pesquisado no mercado regional.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2013), o PAA possui diretrizes coordenadas por um Conselho Gestor composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), representantes do Ministério do

---

<sup>18</sup> De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), os grupos de beneficiários do PRONAF aptos ao PAA são: Grupo A – produtores(as) assentados(as) da Reforma Agrária ou beneficiário(as) do Programa do Crédito Fundiário; Grupo B – agricultores(as) familiares com renda bruta anual de até R\$ 3 mil; Grupo C – agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 3 mil e até R\$ 16 mil; Grupo D – agricultores(as) familiares com renda bruta anual acima de R\$ 16 mil e até R\$ 45 mil.

Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Fazenda.

O Conselho Gestor tem por responsabilidade a fixação dos preços de compra dos produtos; a fixação de limites de compras para cada agricultor; a determinação de prioridades para a implementação do programa em determinadas regiões; o estabelecimento das condições para doação dos produtos ou, se destinado ao estoque do governo, determinar as condições de venda (DELGADO *et al.*, 2005). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2013), até junho de 2013 o limite de compras era de R\$ 4.800,00 por unidade familiar/ano; a partir dessa data, foi alterado para R\$ 6.500,00 por unidade familiar/ano.

Conforme disposições dadas pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA promove a compra de alimentos junto aos agricultores familiares, diretamente ou por meio de associações/cooperativas. Na atualidade, o PAA dispõe de cinco modalidades de compra de produtos da agricultura familiar:

1. Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF): aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em polos de compra instalados próximos aos locais de produção;
2. Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR – Estoque): compra de produtos definidos previamente com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socioassistenciais e constituir estoques públicos. As duas primeiras modalidades são executadas por meio de convênio do MDS e do MDA;
3. Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR – Doação): nesta modalidade, existe a compra de alimentos e concomitante doação a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender às demandas de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional na localidade. Esta modalidade é executada tanto pela CONAB quanto pelos governos estaduais e municipais, com recursos provenientes do MDS;
4. Incentivo à Produção e Consumo de Leite (IPCL, antigo PAA leite): compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores. A IPCL é exclusivamente executada pelas prefeituras e estados, por meio de convênio com o MDS;

5. Compra Institucional: compra da agricultura familiar voltada ao atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, executada por meio de convênio do MDS e do MDA.

Como já mencionado, o PAA foi instituído com dois objetivos básicos: promover a segurança alimentar e ser promotor de uma política agrícola à agricultura familiar. No entanto, algumas vezes esses papéis se interpõem, pois a busca de um promove a realização de outro. Desta forma, o PAA, enquanto política agrícola para agricultura familiar, fomenta a comercialização ao estipular uma regularidade de produção e, simultaneamente, beneficia pessoas em insegurança alimentar, seja o agricultor, que aumenta seus rendimentos produzindo e vendendo os alimentos, ou, ainda, as entidades, que recebem os produtos e repassam a pessoas em condições de insegurança alimentar.

De acordo com o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, os produtos destinados ao PAA podem ser fornecidos por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, comunidades indígenas e quilombolas rurais e demais povos de comunidades tradicionais, organizados em cooperativas ou outras organizações que possuem DAP<sup>19</sup> (Declaração de Aptidão ao PRONAF) pessoa jurídica.

No capítulo a seguir se inicia a apresentação da pesquisa empírica deste trabalho, para tratar da formação de redes sociais que envolvem produtores rurais nos dois municípios selecionados e nos quais o PAA foi implementado. Para contextualização da discussão é feita, em primeiro lugar, uma caracterização das localidades/municípios pesquisados.

---

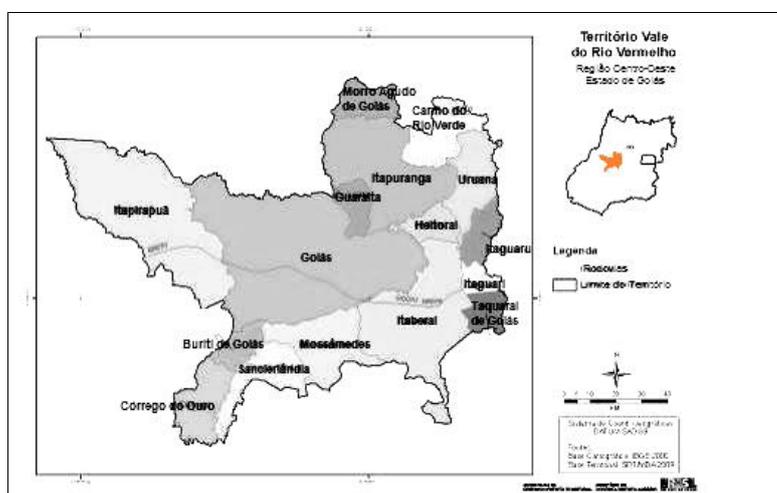
<sup>19</sup> A DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o PRONAF emitido por um órgão ou entidade credenciado pelo MDA – exemplo: secretarias de agriculturas municipais e estaduais, sindicatos rurais ou Empresas de Assistência Técnica credenciadas. A DAP Pessoa Jurídica é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoa jurídica, aptos a realizarem operações de crédito rural com o amparo do PRONAF (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013, não paginado).

## CAPÍTULO 3

# FORMAÇÃO REDES DE PRODUTORES RURAIS EM ITAPURANGA E SILVÂNIA

### 3.1 O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIO VERMELHO

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010), o Território Vale do Rio Vermelho abrange uma área de 12.040,50 km<sup>2</sup>, que corresponde a 3,68% da área total do estado, e é composto por dezesseis municípios<sup>20</sup>. A seguir, a disposição dos municípios do território em mapa:



**Figura 2:** O Território Rural Vale do Rio Vermelho.

Fonte: Banco de Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010).

A história da formação do território se confunde com as raízes de povoamento do estado, pois até meados do século XVIII a população estava concentrada na região Centro-sul

<sup>20</sup> Os municípios que integram o Território Rural Vale do Rio Vermelho são: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraitá, Heitorai, Itaberal, Itaguarí, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana.

de Goiás, em torno de Vila Boa (atual Cidade de Goiás), sede do governo da capitania à época. Significativas mudanças na distribuição populacional ocorreram a partir do século XX, com a chegada de ferrovias ao estado de Goiás.

Conforme documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010):

A partir do século XIX com a aproximação e posteriormente a chegada das ferrovias ao território goiano, acarretou uma transformação econômica e expansão do povoamento rumo a novas áreas, seja através da fundação, seja através da estabilização de numerosos povoados e sítios de lavoura e criação de gado. É nesse contexto que surgem os demais municípios do território rural “Vale Rio Vermelho”, criados por lei: Buriti de Goiás-1992, Carmo do Rio Verde-1952, Goiás-1736, Guaraíta-1992, Heitorai-1963, Itaberaí-1868, Itaguarí-1988, Itaguarú-1958, Itapirapuã-1958, Itapuranga-1953, Morro Agudo de Goiás-1988, Mossâmedes-1952, Sanclerlândia-1963, Taguaral de Goiás-1963 e Uruana-1948. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006, não paginado)

A população atual do território é de 156.393 habitantes, e, destes, 33.059 (21,14%) residem na zona rural. Quanto à caracterização das propriedades rurais dos municípios do território, contata-se que elas são, em sua maioria, pequenas propriedades, com elevado número de produtores familiares. Salienta-se que municípios de grande extensão territorial, como Heitorai, Goiás, Itaberaí e Itapirapuã apresentam as maiores propriedades (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

Há de se considerar que o município de Goiás possui o maior número de assentamentos de Reforma Agrária do Brasil, segundo constatado até o momento. Percebe-se, ao se considerar sua caracterização enquanto território rural, que os municípios tem mais de 70% de estabelecimentos de agricultura familiar, abarcando 7.287 agricultores (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006, não paginado).

O território tem sua economia baseada majoritariamente na agropecuária, com destaque para a produção de arroz, feijão, milho e mandioca. As culturas de soja e cana-de-açúcar estão em ascensão no território e a fruticultura assume posição relevante dentre as alternativas para a agricultura familiar, haja vista o favorecimento pelo clima das regiões que o envolvem.

Este trabalho adota como parte de seu universo empírico o município de Itapuranga, criado na década de 1950 a partir do Povoado de Xixá, que surgiu por volta de 1932, a partir de uma pedra fundamental erigida para a construção da Capela de São Sebastião, ainda existente na cidade. De acordo com moradores, o aglomerado recebe o nome em virtude da quantidade de árvores “xixazeiro” encontrada na região, cuja importância à identidade da região é marcada pela realização da primeira missa à sombra de uma delas.

De acordo com Brandão e Ramalho (1986), o povoamento da região se iniciou a partir da constituição de fazendas de gado, para as quais vinham trabalhar a família do proprietário e agregados. Mesmo subdivididas, as fazendas acolhiam várias outras famílias de um mesmo parentesco. Desta forma, havia uma centralização econômica a uma família “mor”, a do proprietário das terras.

Neste sentido, a estrutura agrária do município tem sua constituição a partir do acolhimento de familiares, consanguíneos ou não, em uma mesma propriedade, que trabalhavam, por vezes, na condição de meeiros ou arrendatários da produção. Médias e pequenas propriedades vão surgindo na região pela segmentação de glebas entre os herdeiros dos proprietários a cada nova geração. Outro fator importante foi a ocupação de terras devolutas<sup>21</sup> por migrantes, sobretudo na segunda metade da década de 1940 (SILVA, 2007).

Para Silva (2007), o fracionamento da terra não significou, à época, uma democratização ao acesso fundiário em Itapuranga, ao contrário, percebe-se uma discrepante situação, na qual a população aumentou e algumas propriedades se tornaram mais segmentadas. Em contraponto, outras se mantiveram nas mãos de poucos proprietários rurais.

A desproporcionalidade na distribuição de terras, o descumprimento de contratos por parte de grandes fazendeiros ao firmar parcerias com pequenos, bem como com trabalhadores rurais, criou uma situação conflitante que, por sua vez, fez com que os pequenos proprietários de terras e trabalhadores rurais ansiassem por se organizar em tentativas de garantia de direitos e acesso às terras.

### **3.1.1 O surgimento da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI)**

De acordo com Lunardi (1999), na década de 1950 surgiram várias associações de lavradores no estado de Goiás, tais como: Associação Camponesa da Juventude de Ceres, União Camponesa de Itapaci, União Camponesa de Itumbiara. Neste sentido, Itapuranga procedeu a uma organização de seus pequenos proprietários e trabalhadores rurais em alinhamento com outras mobilizações, surgidas no estado a partir das mesmas demandas sociais.

---

<sup>21</sup> De acordo com o Decreto-lei n.º 9.760, de 1946, e com o Decreto-lei n.º 1.164, de 1971, tem-se por terras devolutas aquelas que não se encontram aplicadas a algum uso público, tampouco estejam incorporadas ao domínio particular, as situadas nas faixas de fronteiras, nos territórios federais, no Distrito Federal, e as declaradas indispensáveis à segurança nacional.

De acordo com Silva (2007), a Associação dos Lavradores do Xixá surgiu em 1956 como um movimento pioneiro na região, na tentativa de construção de uma ramificação das Ligas Camponesas<sup>22</sup>. Tal associação não perdurou e, a partir da década de 1960, após o golpe militar, grandes fazendeiros, comerciantes e políticos da região começaram a pressionar membros da entidade a desativá-la, o que acabou acontecendo.

Em 1972, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), mas sem muita força de atuação devido ao ambiente político da época. Novos levantes associativos em Itapuranga só constam em registros históricos a partir da década de 1980<sup>23</sup>. Segundo Silva (2007), na trajetória de organizações rurais do município de Itapuranga diversas representações foram percebidas, citando-se a seguir algumas delas.

A Sociedade da Vaca, criada em 1981, visava minimizar os custos de alimentação entre vizinhos, a partir da compra conjunta de bovinos e da distribuição da carne. Ainda, serviu como uma espécie de protesto ao alinhamento de preços entres os poucos comerciantes de carne da região.

Segundo Silva (2007), a Sociedade da Vaca se originou de reuniões de famílias que tinham experiência com o trabalho no campo e que começaram a recordar antigas atividades que envolviam, por exemplo, ação coletiva da compra e divisão de uma vaca entre vizinhos, o que proporcionava carne mais barata às pessoas. A Sociedade da Vaca foi o ponto de partida de diversas reuniões para pensar a aquisição de gado, mas também de outros produtos, como adubo.

A Sociedade do Adubo, em 1986, assim como a Sociedade da Vaca, foi criada para angariar montantes destinados à compra de adubo junto aos agricultores e para aumentar seu poder de barganha junto a grandes distribuidoras de insumos. A quantidade adquirida compensaria o transporte do produto vindo de cidades maiores, como Goiânia e Uberlândia. Foi constatada, à época, uma economia de 20% em relação aos preços praticados no comércio local.

Ainda em 1981 foi criada a Escola Popular da Fazenda Laranjal, com a finalidade de alfabetizar homens e mulheres da região, aproveitando seus conhecimentos cotidianos e de movimentos sociais. Aquela iniciativa foi um importante instrumento de disseminação de novos paradigmas pedagógicos de educação no campo e de articulação de ações coletivas. Em

---

<sup>22</sup> Segundo o Memorial das Ligas Camponesas (2014): “As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964”.

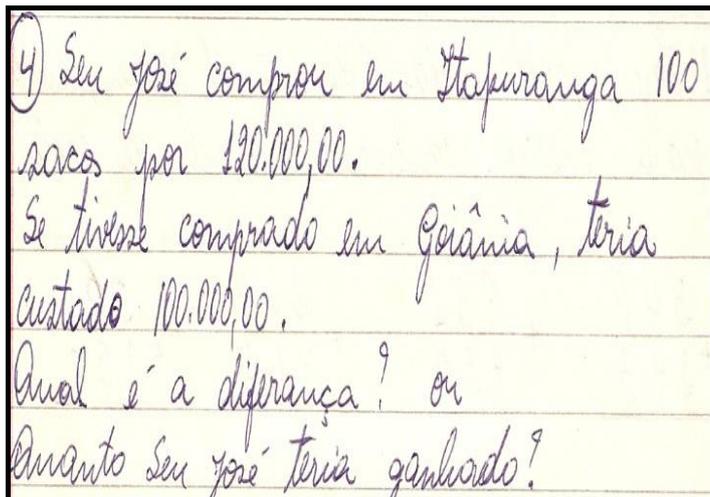
<sup>23</sup> Fato que pode ser explicado pela flexibilização do governo de exceção e o processo de abertura política e redemocratização, que começa a surgir a partir de 1979 no Brasil.

1984, o movimento, até então autônomo, foi incorporado às atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), cuja sede começou a abrigar a sala de aula antes localizada na Fazenda Laranjal (SILVA, 2007).

Pode-se afirmar, assim como discutido adiante, que tais movimentos associativos representam uma forma embrionária de formação de redes. Tais ações foram fundamentais para a criação de elementos de capital social nas redes formadas posteriormente.



**Figura 3:** Imagem ilustrativa do movimento “Sociedade da Vaca” retirada de um panfleto entregue em uma passeata de divulgação da ação coletiva, em 1981.  
Fonte: SILVA (2007, p. 143).



**Figura4:** Exercício proposto aos alunos da Escola Laranjal, extraído de um dos cadernos.  
Fonte: SILVA (2007, p. 158).

As experiências citadas e as demonstrações nas figuras dizem respeito à criação de uma identidade social que nasce de um processo de mobilização e organização entre os agricultores da região. Essa organização em torno de projetos comuns realimenta o sentimento de pertencimento ao grupo social no qual estão inseridos. Existe um compartilhamento de cenário físico, mas também de interesses, a partir de suas necessidades. Nesse sentido, surgem redes sociais, em teor já discutido neste trabalho.

Nas palavras de Silva (2007, p. 192):

Recuperando a história dos trabalhadores rurais de Itapuranga, desde suas verdadeiras origens, tomamos consciência de experiências fundamentais para que se possa entender ainda hoje estão em contínua mobilização por seus direitos. Entender esse passado com essa visão do presente revela que estes homens e mulheres foram capazes de enfrentar desafios que lhes eram impostos, apropriando-se de experiências coletivas por meio da interação com vários mediadores que apareceram nesse percurso histórico, mas, sobretudo, reinventando muitas dessas experiências [...]. Essa perseverança está presente até hoje em suas ações.

Para o autor, tais experiências representaram um aprendizado importante, que foi nascendo sob a forma de novas práticas ao longo da década de 1980, culminando, inclusive, na criação de uma cooperativa de agricultura familiar no município de Itapuranga, que hoje realiza ações expressivas junto aos produtores rurais do município.

Neste sentido, pode-se afirmar que a mobilização social dos produtores rurais percebida na atualidade de Itapuranga é derivada da identidade social criada pelos sujeitos envolvidos nas práticas associativas desencadeadas a partir de 1980.

A expressão máxima dessa articulação entre os agricultores do município de Itapuranga encontra-se na criação da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI), em 6 de setembro de 1998. Em pesquisa exploratória junto aos registros da entidade, essa cooperativa é denominada como uma instituição que procura viabilizar a inclusão social e o desenvolvimento econômico de seus cooperados.

De acordo com seu Estatuto Social (2014, p. 1):

tem como objetivo administrar os interesses econômicos de seus associados, congregando-os de modo a que desenvolvam todo seu potencial interativo, sobretudo nas atividades de Trabalho, Produção e Consumo, assim como em outros campos da atividade sócio-econômica da produção familiar, notadamente a integração da produção vegetal e animal, sustentada por agroindústrias.

A COOPERAFI surgiu no bojo de um programa estruturante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), denominado Programa

de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas<sup>24</sup> de Atividades Rurais (PRAFICAR), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI). A cooperativa possui, atualmente, 122 cooperados e cooperadas e atua na comercialização de leite *in natura*, polpa de frutas, hortaliças, frutas, experimentos agroecológicos e comercialização de insumos.

De acordo com os gestores da COOPERAFI, em 2002, dentre as primeiras ações em âmbito cooperativo, após tentativas de levantamento de recursos junto a entidades financeiras locais, decidiu-se pela compra, a partir de recursos próprios, de três tanques de resfriamento de leite. À mesma época, foi incorporada à COOPERAFI a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Itapuranga (COMIL), resultando no aproveitamento de um prédio que estava ocioso.



**Figura 5:** Instalações da COOPERAFI.

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Em 2006, a COOPERAFI passou a prestar serviços topográficos aos agricultores com a utilização de aparelhagem adequada. Foi iniciada uma parceria com a Universidade Federal de Goiás e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

---

<sup>24</sup> Segundo Singer (2000), o cooperativismo se solidifica no mundo a partir da propagação dos ideais de Robert Owen (1771-1858), que, no contexto da Revolução Industrial, era considerado um dos líderes do “socialismo utópico” e defendia ser a indústria em si benéfica quando proporcionava a redução nos preços dos bens de consumo. Todavia, deveria ser colocada sob o controle dos trabalhadores e os resultados do trabalho comunitário deveriam ser repartidos igualmente. Owen propunha que se formassem aldeias cooperativas em torno das fábricas e que meios de produção fossem geridos de forma coletiva. De acordo com Bertuol (2012), os princípios cooperativistas surgiram em 1844, na Inglaterra, com a fundação da primeira cooperativa moderna do mundo: a “Sociedade dos Probos de Rochdale”, composta por 28 tecelões. As primeiras experiências brasileiras possuem suas origens nos segmentos cooperativos de consumo e de crédito a partir da década de 1950. De maneira peculiar, o cooperativismo tem, em sua proposta original, o combate à exclusão social e a eliminação de atravessadores nas relações de mercado (comumente percebidos a partir da concentração capitalista), desta forma humanizando as relações de comércio e trabalho, gerando excedentes enquanto sistema organizacional.

para criação e estabelecimento de Processos Agroecológicos no Município. No mesmo ano, houve a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), promovido pelo Governo Federal. Na sequência, ocorreu a inserção do projeto "Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano" junto ao Programa Desenvolvimento e Cidadania Petrobrás.



**Figura 6:** Equipamento de irrigação para o projeto “Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano”, patrocinado pela Petrobrás.

Fonte: Imagens fornecidas pelos dirigentes da cooperativa (2014).



**Figura 7:** Alunos da UFG em visita às instalações da agroindústria de processamento de frutas e vegetais da COOPERAFI.

Fonte: Bloco da Agricultura Familiar (2014, não paginado).

Atualmente, as principais atividades econômicas percebidas junto aos cooperados da COOPERAFI envolvem produção e comercialização de hortaliças, frutas, leite, farinha,

rapadura e doces. Em 2008, foi inaugurada uma agroindústria de processamento de frutas e vegetais.

Os canais de escoamento da produção se ligam, majoritariamente, ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que acaba por criar um mercado institucional para os agricultores, e à Feira do Agricultor Familiar de Itapuranga, que acontece tradicionalmente às quintas-feiras.



**Figura 8:** Feira do Agricultor Familiar de Itapuranga.  
Fonte: MACHADO (2012, não paginado).

Especificamente em relação à produção de leite, a cooperativa atua na intermediação da venda junto a um laticínio, mantendo tanques de resfriamento e transportando o produto em caminhões apropriados.

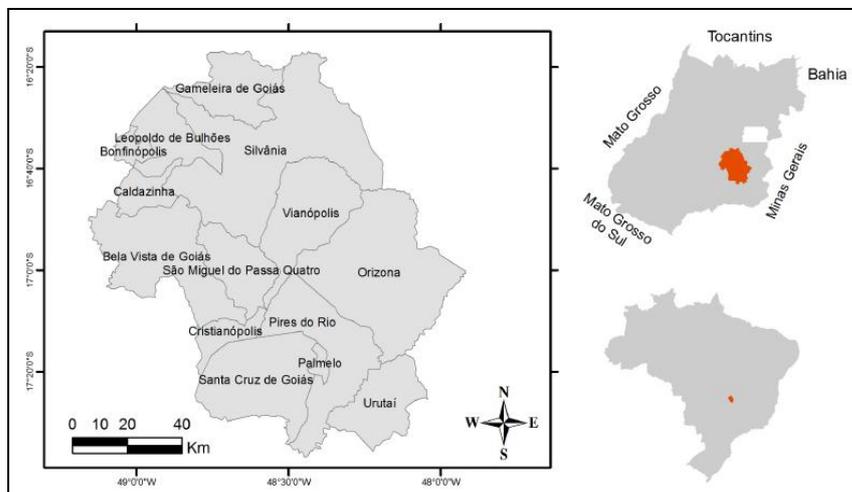
Em 2010, foi aprovada a participação da COOPERAFI no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), e, nesse mesmo período, a cooperativa obteve aprovação de projeto para organização produtiva, financiado pelo MDA e destinado às mulheres da região, intitulado “Mulheres Rurais do Xixá”. Na atualidade, ela desenvolve ainda o Projeto RENASCER, que envolve a recuperação de nascentes nas propriedades dos cooperados, subsidiada pelo Programa Petrobrás Ambiental.

Dentre os progressos da cooperativa, há de se salientar que, em 2011, ela iniciou a comercialização e entrega de polpas de frutas, oriundas de sua agroindústria de processamento, em colégios de cinco municípios vizinhos, a partir do Programa Nacional de Alimentação de Escolar (PNAE).

Segundo informado pelos coordenadores da cooperativa, periodicamente são realizados encontros para resgatar a cultura da ação coletiva e instruir cooperados nesse sentido. Tal atividade se denomina Programa Mutirão PRAFICAR, fomentado também pela FETAEG.

### 3.2 O MUNICÍPIO DE SILVÂNIA NO TERRITÓRIO RURAL DA ESTRADA DE FERRO

O Território Rural da Estrada de Ferro está localizado na região centro-leste do estado de Goiás e ocupa uma área total de 11.623,7 km<sup>2</sup>, correspondente a aproximadamente 3% da área. Quatorze municípios<sup>25</sup> compõem o território, como mostrado no mapa a seguir:



**Figura 9:** O Território Rural Estrada de Ferro.

Fonte: Rückert e Rambo (2010, p. 3).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), ao final do século XIX, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro iniciou a construção de uma ferrovia cujo propósito era integrar a região Centro-Oeste do Brasil ao Rio de Janeiro, porém, as obras foram paralisadas em 1896, à altura da cidade de Araguari, em Minas Gerais. No início do século XX, as oligarquias políticas do estado de Goiás conseguiram concessão para conectar uma nova estrada de ferro à Estrada de Ferro Companhia Mogiana, dando origem à Companhia Estrada de Ferro Goiás, que chegou ao município de Anápolis em 1935, cuja ramificação chegou a Goiânia em 1950. Naquele período, assumia a hegemonia econômica da região a cidade de Santa Cruz de Goiás e, mais tarde, Bonfim, hoje denominada Silvânia.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006, p. 7):

<sup>25</sup> Os municípios que compõem o Território Rural da Estrada de Ferro são: Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Leopoldo de Bulhões, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutai e Vianópolis.

A chegada da Estrada de Ferro. Além de facilitar o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral e possibilitar a ocupação de grandes áreas com a produção agrícola, ela passa funcionar como um grande centro integrador entre o estado e o centro-sul do país e a agilizar a comunicação, pois proporcionou a instalação de telefones e telégrafos em lugares onde as notícias da capital, Rio de Janeiro, demoravam até meses para chegar.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), a instalação da Estrada de Ferro Goiás promoveu o desenvolvimento das economias locais por onde cruzava, assim como o restante do estado, que passou a integrar a economia nacional com exportação como arroz e carne bovina para o Sudeste do país. O processo de urbanização das cidades foi acelerado, o desenvolvimento do comércio estimulou o surgimento das primeiras agroindústrias do estado.

A Estrada de Ferro trouxe, ainda, um grande número de migrantes, boa parte estrangeiros, como árabes, espanhóis e italianos. A maioria dos migrantes árabes se dedicava ao comércio, os demais ou buscavam aquisição de novas terras para desenvolvimento da agricultura ou eram técnicos da Companhia Estrada de Ferro Goiás que foram se fixando nas regiões durante o processo de construção da estrada. Atualmente, o território possui 121.411 habitantes, sendo os municípios de Pires do Rio, Bela Vista, Silvânia, Orizona e Vianópolis os que possuem maior concentração populacional, com 72% dos habitantes de todo o território (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

Quanto à estrutura fundiária da região:

Das 8.623 propriedades, 71,8% é de empreendimentos familiares. Estes estabelecimentos, no entanto, ocupam em termos proporcionais, o dobro da área ocupada por outros estabelecimentos familiares no restante do estado. Enquanto no território 51% da área é ocupada por empreendimentos familiares, no estado este índice cai para 25,2%. A agricultura familiar no território cumpre também um importante papel na geração de ocupação em comparação com o estado - 8,6% das ocupações criadas por esse segmento em Goiás concentram-se na região da Estrada de Ferro. Em termos percentuais enquanto a agricultura familiar em Goiás gera 59,6% das ocupações no meio rural, no Território este índice é de 73,1%. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006, p. 8)

A população urbana do território representa 1,9% da população do estado, enquanto a população rural se mostra mais expressiva, perfazendo 6,6% dos residentes no campo em todo o estado. Tal situação é mais acentuada pela presença de agricultores familiares, que aumentam o contingente de habitantes no meio rural.

No Território Estrada de Ferro há predominância de estabelecimentos da agricultura familiar, 71,8% de um total de 8.623 estabelecimentos são empreendimentos familiares, ou

seja, 6.190 deles. Porém, ao se calcular a área ocupada pelo número de propriedades, chega-se à consideração de que, embora a maioria das propriedades seja de agricultura familiar, estas abarcam uma fatia bem inferior de área ocupada.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), da área total de 966.675 hectares, 77% pertencem a médias e grandes propriedades, as quais totalizam 2.433 estabelecimentos. Os 6.190 estabelecimentos familiares perfazem somente os 22,5% restantes da área de todo território. A base da economia do território é a agropecuária, com predomínio da pecuária leiteira e do plantio de lavouras temporárias de cereais, com destaque para a produção de soja, que apresenta expansão. A horticultura e a fruticultura são comumente observadas em estabelecimentos rurais de agricultura familiar, a sustentar o consumo nos centros urbanos locais.

Um dos municípios em questão neste trabalho é Silvânia e, de acordo com Borges (1981), sua história começa em aproximadamente 1770, quando foram descobertas jazidas de ouro na região, desencadeando pelo menos cinquenta anos de exploração de minérios, que acabou devido ao esgotamento natural das minas, tornando escassa a mão de obra (escrava).

Ao perder tal esteio econômico, foi iniciada uma nova ocupação e aproveitamento do solo no município, tendo por base a pecuária extensiva promovida por grandes proprietários. No século XX, foram registradas novas pequenas e médias propriedades, resultantes de espólios ou que foram compradas por agricultores de outros estados que migraram para a região. Um atrativo considerável foi o baixo preço das terras e a melhoria do acesso à região que, a partir de 1960, começa a receber produtores de soja das regiões Sul e Sudeste do país. Na atualidade, a propriedade da terra está concentrada nas mãos de grandes produtores, sendo 48,3% da área ocupada por explorações rurais superiores a quinhentos hectares e apenas 4,8% por produtores que possuem menos de 50 hectares (SPERRY *et al.*, 1997).

### **3.2.1 O surgimento da Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia – COOPERSIL**

O ponto de partida para a formação de uma cooperativa de produtores no município se deu a partir do estímulo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO) e do Projeto Silvânia, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tais empresas, em termos estratégicos, consolidaram o desenvolvimento das associações rurais na região.

A diferenciação das experiências associativas de Itapuranga, já citadas neste trabalho, as associações, neste caso, representam iniciativas formais, ou seja, são formas de se organizar juridicamente um grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o alcance de objetivos comuns, a exemplo da capacitação técnica dos produtores ou do acesso ao crédito rural.

Existiu em Silvânia, inicialmente, um movimento “de fora pra dentro”, ou seja, uma ação institucional a organizar as associações (criação de pessoas jurídicas) para buscar apoio em subsídios governamentais. Diferentemente do cenário de Itapuranga, no qual os produtores rurais se organizaram localmente para apontar problemas e buscar melhorias em suas condições de produção e consumo, o movimento associativo surgiu, neste município, também na década de 1980, mas a partir de um objetivo inicial certo e com trajetória definida.

O Projeto Silvânia foi instituído em 1987 e previa a promoção do desenvolvimento rural mediante a criação de dispositivos de intervenção que favoreciam a utilização de inovações tecnológicas por pequenos e médios produtores da região, que deveriam se organizar em associações. O projeto buscou aumentar a interação com os produtores a partir da realimentação de diálogos e de demonstrações técnicas diretamente aplicadas em suas produções (ZORBY *et al.*, 2003).

De acordo com Costa *et al.* (2002), no segundo semestre de 1989 as primeiras associações criadas em Silvânia foram efetivamente concebidas, sob os nomes: Associação João de Deus, Associação Variado, Associação Limeira e Associação Quilombo. De forma objetiva, foram criadas para proporcionar o acesso ao crédito rural, no entanto, não contavam com uma estrutura harmônica bem definida e somente com o passar do tempo os agricultores se familiarizaram com objetivos e competências de uma associação de produtores.

Dentre os fatores que impulsionaram a formação de associações em Silvânia pode-se citar o acesso à tecnologia, a partir do amparo no Projeto Silvânia, que proporcionou a elaboração de projetos de financiamento e promoveu capacitação e formação dos agricultores;

o apoio do projeto político local pelo poder público municipal e do Estado de Goiás; e a existência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que convergiu interesses técnicos, políticos e econômicos (BONNAL e ZORBY, 1994). Em 2013,

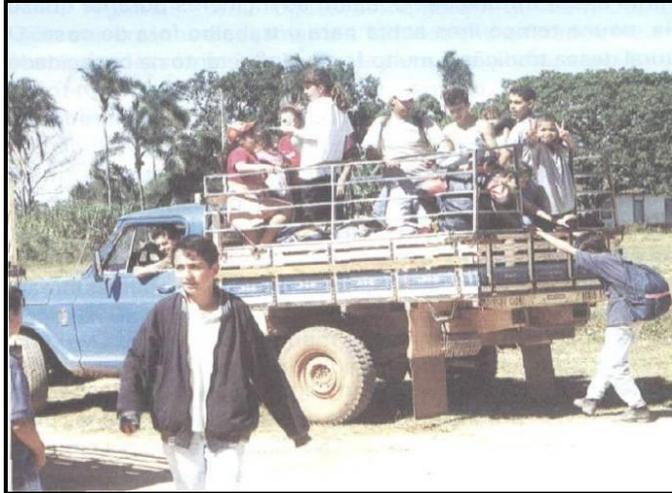
As associações passaram a atuar essencialmente nas atividades ligadas à impulsão econômica de seus associados, proporcionando acesso ao crédito e às novas tecnologias de produção. Muito se deve à organização política de seus membros, pois, segundo relatos, ainda hoje são realizadas reuniões periódicas para definição de metas. Silvânia já contabiliza 27 associações, com número variável de produtores associados, normalmente entre quinze e vinte.

A seguir, de acordo com Zorby *et al.* (2003), destacam-se alguns resultados do movimento associativo em Silvânia, tais como a obtenção de recursos junto ao FCO, em 1993: dezesseis projetos de financiamento aprovados e, para balizar a magnitude do investimento, foram totalizados U\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil dólares), distribuídos entre as quatrocentas famílias ligadas às associações.

Ainda em 1993, foram disponibilizados recursos específicos do FCO para 120 projetos de irrigação e insumos, bem como recursos de fundos internacionais para projetos de lavouras comunitárias. Com esses recursos, os agricultores puderam realimentar o processo produtivo nos anos posteriores, adquirindo equipamentos individuais: veículos para transporte da produção, animais e novos insumos, ampliando as áreas cultivadas.

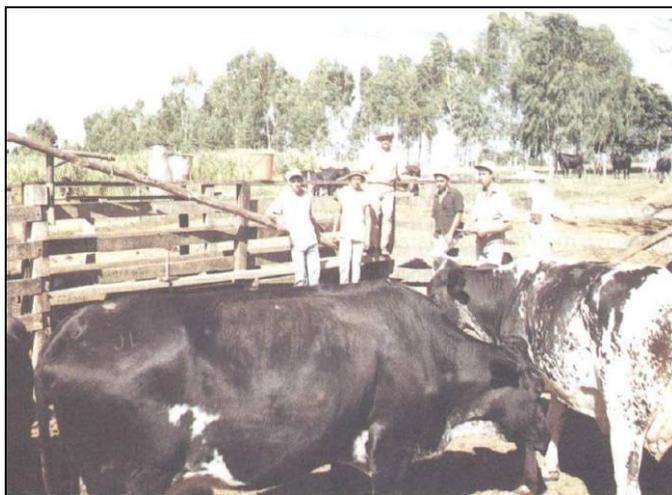
A aquisição dos veículos, realizada de forma coletiva, proporcionou o transporte de crianças e jovens filhos dos agricultores à escola, o que, de certa forma, serviu à manutenção deles na zona rural, já que poderiam ir e voltar com facilidade, continuando, assim, a oferecer mão de obra auxiliar a seus pais. Foram adquiridos, ainda, maquinários e veículos agrícolas, como tratores, que a princípio prestavam serviços gratuitamente nas propriedades. Com o passar do tempo foram instituídas taxas para sua utilização, com a finalidade de realizar sua manutenção.

Como exigência do FCO, o setor agroalimentar deveria ser desenvolvido no bojo dos projetos, dando origem a fábricas de doces e farinha, movimentadas, sobretudo, pelas esposas de agricultores.



**Figura 10:** Veículos (a transportar produção e alunos) adquiridos com recursos dos financiamentos.

Fonte: ZORBY *et al.* (2003, p. 18).



**Figura 11:** Gado mestiço com mais aptidão leiteira adquirido com recursos dos financiamentos.

Fonte: ZORBY *et al.* (2003, p. 41).

Em 1991, foi instituída a Central de Associações de produtores rurais, com a finalidade de apoiar as associações, aumentando seu poder de barganha e, conseqüentemente, o valor agregado das produções. Isso significa dizer que a Central assumiu o papel de líder e centro das discussões, encurtando alguns caminhos e assumindo parte de funções antes desempenhadas por agentes estatais no estímulo, organização e assistência técnica. Inicialmente, as reuniões eram realizadas no antigo cinema da cidade, mas em três anos a

central conseguiu angariar recursos entre os associados e adquirir suas primeiras instalações prediais.

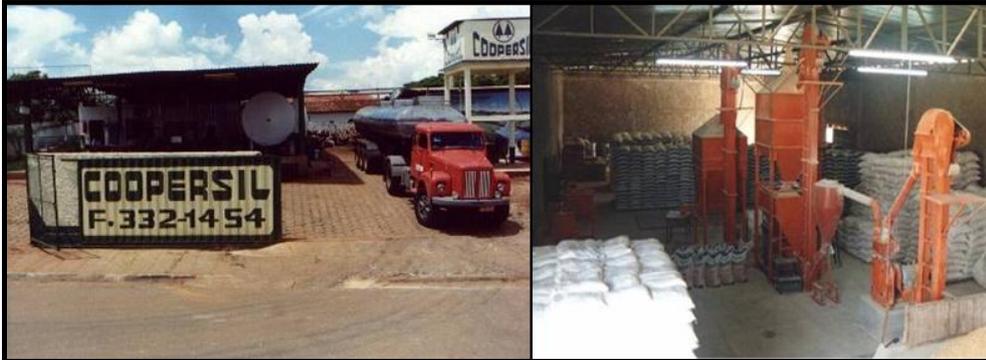


**Figura 12:** Primeiras instalações da Central de Associações dos pequenos produtores rurais do município de Silvânia.  
Fonte: ZORBY *et al.* (2003, p. 52).

Em 2007, surgiu a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), ampliando os segmentos de atuação para além da Central de Associações de pequenos produtores (que não deixou de existir).

De acordo com o Estatuto da COOPERSIL de 2007, ela tem como objetivo congregiar produtores com finalidades comuns, perfazendo as seguintes atividades: recebimento, transporte, classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagem e comercialização da produção de seus cooperados; adquirir e repassar máquinas, insumos e equipamentos e prestar assistência técnica; quando possível, fazer adiantamentos de valores aos cooperados, ainda que estejam em fase de produção; captar financiamento junto a agências de desenvolvimento; realizar cursos de capacitação sobre associativismo aos seus cooperados, bem como promover atividades quanto à conservação do meio ambiente.

De acordo com os dirigentes da cooperativa, na atualidade é possível perceber cinco segmentos de atuação: o primeiro é o leiteiro, amparado por um laticínio e por caminhões de coleta da própria cooperativa; o segundo ramo é o financeiro/creditício, que funciona a partir da Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Silvânia - GO (CREDITAG-Silvânia), que tem como objetivo facilitar o crédito ao produtor rural junto aos órgãos financiadores.



**Figura 13:** Caminhões de coleta do leite e galpão de processamento e armazenamento de rações.  
 Fonte: Imagens fornecidas pelos dirigentes da cooperativa (2014).

O terceiro segmento diz respeito à comercialização de produtos agropecuários e veterinários e utilidades para a gestão rural – para este último a COOPERSIL dispõe de uma loja que atende aos cooperados –; o quarto ramo de atuação é o de fabricação de rações para suplemento alimentar animal.



**Figura 14:** Loja de produtos agropecuários, insumos e equipamentos comercializados.  
 Fonte: Imagens fornecidas pelos dirigentes da cooperativa (2014).



**Figura 15:** Processo de seleção e embalagem dos produtos orgânicos.  
Fonte: pesquisa de campo (2013).

Conforme demonstrado na figura anterior, o quinto ramo de atividades é o de produtos orgânicos, que já conta com 42 produtores certificados<sup>26</sup>, produzindo verduras e legumes orgânicos e revendendo sua produção a uma rede de supermercados em Goiânia e Brasília, entregando ao PAA e também diretamente à população da cidade.

### 3.3 A COOPERAÇÃO E A REDE FORMADA EM ITAPURANGA-GO

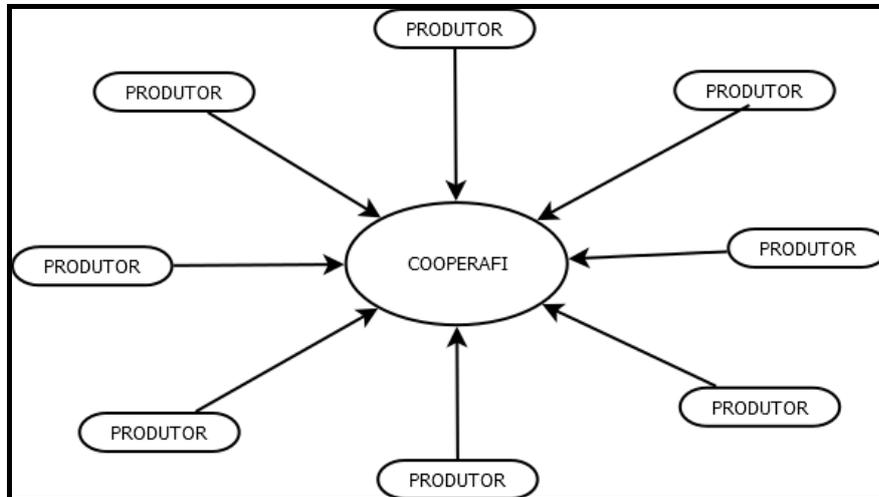
Conforme já informado, este estudo busca identificar a formação de redes sociais, bem como suas tipologias a partir de casos específicos. Neste intento, como já discutido, o capital social presente em cada localidade conduzirá à caracterização da rede em termos estruturais, bem como ao foco de atuação.

Durante a pesquisa de campo, bem como na análise exploratória e documental no município de Itapuranga, foi possível perceber que o movimento que deu origem à COOPERAÇÃO aponta para a estruturação de uma Rede Centralizada, como sugerido por Baran (1964). De acordo com o observado, existe uma condição diferenciada de um ator (a cooperativa) a coordenar as ações de unidades individuais (produtores rurais cooperados), pois as informações, e por elas entenda-se também o comando, ocorrem a partir de um centro, representado pela cooperativa. A seguir a demonstração a partir do diagrama de rede<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Segundo a ORGANISNET (2014, não paginado): “A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e “acreditada” (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. [...]. Cabe ao Ministério da Agricultura credenciar, acompanhar e fiscalizar os organismos de certificação que, mediante prévia habilitação do MAPA, farão a certificação da produção orgânica e deverão atualizar as informações dos produtores para alimentar o cadastro nacional de produtores orgânicos”.

<sup>27</sup> Para a elaboração/desenho das redes deste trabalho foi utilizado o *software DIA*, que permite plotar diagramas estruturados.



**Figura 16:** Diagrama de rede – COOPERAFI.  
Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Essa estrutura de rede indica um cenário no qual os indivíduos são parte de uma organização e existe uma interdependência de objetivos. Por certo, a articulação depende da vontade dos participantes em rede, no entanto, existe uma centralidade de comando.

Essa estruturação deriva das primeiras ligações entre os produtores na década de 1950, via movimento camponês, sindicalização ou experiências associativas alternativas, nos anos 1980. A figura da cooperativa enquanto organização perene deu forma, representatividade e tornou o grupo de produtores mais coeso em relação aos objetivos comuns a partir de sua constituição, em 1998. A estrutura, neste caso, conferiu mais dinâmica às ações isoladas de pequenos grupos que, sem o ponto de comando, não se desconectavam. Como exemplo tem-se “A Sociedade da Vaca” e a “Sociedade do Adubo”, que atenderam determinadas demandas e foram desfeitas. A cooperativa surge como uma organização permanente e necessariamente centralizadora das ações coletivas.

Cumprida a análise discutir a tipologia da rede quanto ao foco de atuação. De acordo com Marin (2013), a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) pode ser caracterizada como cooperativa agrícola, constituída pela associação voluntária e autônoma de agricultores familiares do município de Itapuranga, com o propósito de satisfazer aspirações coletivas econômicas, sociais e culturais de seus cooperados.

As diversas necessidades dos produtores tornaram a cooperativa um ponto de encontro para organizações iniciais em busca dos mesmos objetivos. Neste sentido, as diversas

demandas e carências – assistência técnica, educação, eventos culturais, etc. – fazem com que o produtor busque a cooperativa para encontrar opções de melhoria.

O produtor (cooperado) tem a esperança, neste caso, da indicação de caminhos por parte da cooperativa, o que necessariamente provém de um cenário de sucessos em movimentos associativos anteriores à cooperativa. Como já discutido, no município foi estabelecida uma identidade social de reciprocidade e pertencimento, ou seja, primeiro a participação e adesão à cooperativa, se assumindo como integrante de um grupo com raízes e experiências que o define, e, em segundo, a consecução das vantagens dessa adesão.

De acordo com a perspectiva de Inojosa (1999), que tipifica a rede social quanto ao foco de atuação, a rede encontrada em Itapuranga (e visualizada na experiência da COOPERAFI) pode ser considerada uma Rede de Compromisso Social, pois tem, em sua essência, o foco em questões sociais historicamente observadas na localidade.

Assim, percebe-se um ideal que fomenta a articulação de seus membros, uma vez que a existência da cooperativa serve à resolução de problemas sociais complexos, cuja complexidade está justamente na incapacidade individual de resolução. Dessa forma, os resultados obtidos pela cooperativa (melhoria de renda e condições de trabalho dos cooperados, por exemplo) são o produto do compartilhamento do problema.

Ademais, nota-se, em Itapuranga, uma ideia comum: os problemas são postos, mas as soluções não são imediatas, dada a dificuldade histórica de resolução. Existe, então, um movimento gradual na busca de melhorias para os produtores rurais. Resta, dessa sorte, a sensação de processo inacabado, que realimenta novas ações coletivas.

Neste sentido, a proposta da existência da rede está na complementação de ações estatais a resolver problemas sociais reconhecidamente complexos, tais como: distribuição de renda, qualidade de vida, segurança alimentar, dentre outros. A relação entre os produtores rurais de Itapuranga é nutrida pelo sentimento comum da busca de melhoria de condições à produção agrícola, a partir do reconhecimento de um histórico de segregação desses produtores.

Desse modo, a ação solidária acaba por se tornar o fio condutor das atividades da cooperativa e o capital social acumulado conduziu a esse foco de ação da rede, que aponta para um cooperado engajado politicamente, gerando estratégias de mobilização perenes em busca dos objetivos socialmente desejáveis, que podem não ser representados em apenas uma ação específica, mas no conjunto de intenções já interiorizadas por esses integrantes.

Um exemplo desse engajamento são as reuniões sistemáticas da cooperativa no âmbito do movimento PRAFICAR, que servem como uma espécie de “curso de cooperativismo”.

Nesse ambiente são analisados os problemas que assolam os produtores rurais e pensadas possíveis soluções na proposta da cooperação.

Esse perfil acaba sendo demonstrado nos empreendimentos da cooperativa. Durante a coleta de dados, foi possível verificar que todas as ações envolvem esse caráter coletivo de realização e de compromisso social, a exemplo: a Feira do Produtor Rural, que sugere a criação de um espaço exclusivo ao agricultor familiar, reduzindo os custos e travamentos de uma inserção no mercado comum. A feira congrega esforços entre os agricultores, como o compartilhamento do frete dos produtos para o local de comercialização – a praça central da cidade.

Os demais empreendimentos da cooperativa envolvem, em maior ou menor grau, algum tipo de contrapartida social ou ambiental – como o Projeto Fruticultura Sustentável no Cerrado – ou mesmo a realização de mutirões de educação cooperativa promovidos em parceria com sindicatos ou confederações de trabalhadores rurais para atrair novos cooperados.

Ao realizar a pesquisa de campo junto aos agricultores ou ao entrevistar dirigentes da cooperativa, foi verificada a existência de um ambiente a caracterizar o foco de ação. O discurso dos produtores, bem como dos dirigentes da cooperativa, alinha-se a essa identidade formada, na qual o cooperado se envolve com o desempenho de projetos já postos e a manutenção de uma espécie de “luta” pela melhoria das condições de vida de seus pares.

Ao aplicar o questionário junto aos beneficiários do PAA, foi entrevistado o vice-presidente da COOPERAFI em sua propriedade, já que ele fornecia produtos ao programa. Ainda, aproveitou-se o ensejo para colher relatos sobre o histórico da cooperativa, já que ele dela participava desde sua fundação. Seu depoimento retrata o fato de que, ao se tornar cooperado, o produtor rural é auxiliado em suas necessidades, mas está implícita a ideia de que será preciso buscar novas propostas de cooperativas também para os demais produtores. De acordo com o participante: “A cooperativa foi formada com muito esforço ao longo do tempo, tivemos de correr atrás de verbas em Brasília para esses projetos, não foi fácil, mas está aí”. E complementa: “não pode parar né?”.

Há de se salientar que, durante a acolhida na cooperativa, uma das cooperadas presente na sede se prontificou a indicar os trajetos de acesso às propriedades rurais. Nos roteiros, comentava os projetos e apontava as propriedades rurais de quem fora beneficiado: “Esse aqui é da fruticultura [...], esse está no projeto da Petrobrás, [...], olha o caminhão que coleta o leite da cooperativa aí”.

Essas frases foram marcantes, pois foi possível perceber certo orgulho das ações realizadas pela COOPERAFI, ou mesmo um reconhecimento de que sem elas a situação, que ainda não é a ideal, estaria pior. Neste mesmo direcionamento tem-se a afirmação de um cooperado, que produzia legumes e fabricava queijos: “O dinheiro é pouco, né? Mas fazer o quê? E outra: sem ajuda da cooperativa para comprar minhas vaquinhas, estava pior”.

Ele fazia alusão ao acesso ao PRONAF, que gerou recursos para a compra de bovinos de leite. Em uma mesma frase, reuniu uma crítica ao programa e o reconhecimento do estímulo da cooperativa para acessar o crédito. Isso demonstra, também, uma característica da Rede de Compromisso Social, pois o problema existe: poucos recursos e, de certa forma, a percepção do compromisso pela mudança da situação, que se dá por meio da ação coletiva.

Uma demonstração do sentimento de pertencimento acontece quando, durante a pesquisa, um agricultor fez questão de mostrar as bananas e os mamões produzidos em sua propriedade a partir de utilização de técnicas agroecológicas repassadas no projeto de fruticultura sustentável. É preciso frisar que, no momento da entrevista, ele estava utilizando a camiseta promocional do projeto. Em sua fala, afirma: “Olha o tamanho, todas produzidas a partir do que foi ensinado. E sem agrotóxico!”.



**Figura 17:** Frutas expostas por agricultor em entrevista.  
Fonte: pesquisa de campo (2013).

No período de aplicação dos questionários, em dois estabelecimentos pesquisados havia uma movimentação para a realização de uma festa de temática junina, apesar de já ser meados do mês de julho. Justificaram que era um evento tradicional da cooperativa e que,

mesmo em atraso, precisava ser realizado. Há de ser salientado que, durante o evento, o animador repetia em um amplificador de voz: “COOPERAFI! A força da agricultura familiar!”.

Na mesma oportunidade, foi verificado que os preços das quitandas e bebidas vendidos durante o festejo perfaziam apenas o custo dos produtos, por exemplo: latas de refrigerante ou cerveja sendo comercializadas a R\$ 1,50 (a referência de mercado à época estava entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00). Quando indagados sobre como conseguiam vender a um valor tão baixo, a senhora que estava no balcão respondeu: “A festa é para nós mesmos, a gente vende sem lucro, ué!”.



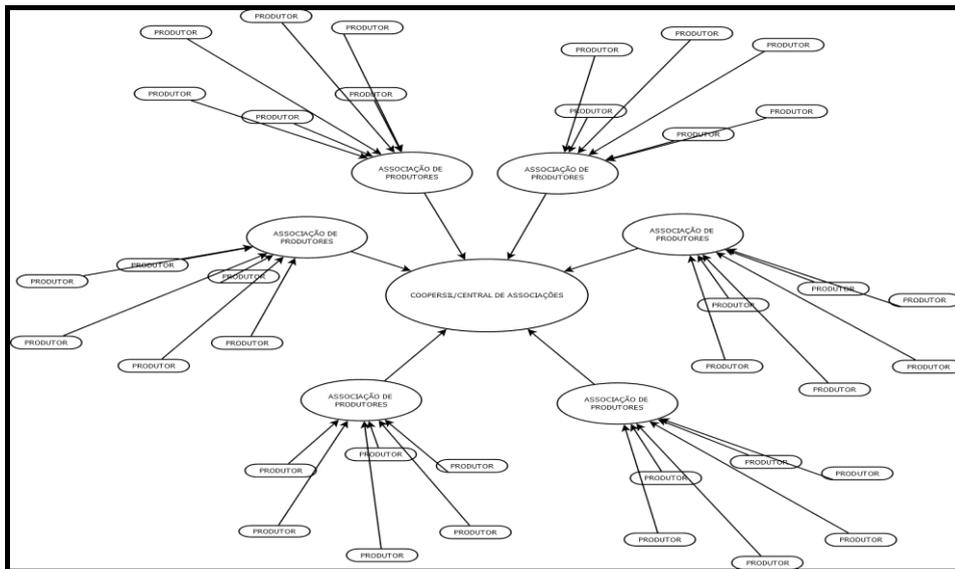
**Figura 18:** Cooperados em preparativos e festa junina realizada.  
Fonte: pesquisa de campo (2013).

Os relatos e depoimentos indicam a característica peculiar da rede social formada. Para além da comercialização e do incentivo à produção existe uma reciprocidade, oriunda do compromisso social firmado ao se inscrever como cooperado. O sentimento de pertencimento é percebido no empenho por projetos de sustentabilidade ou, ainda, na realização de congregações, como eventos culturais, e na realimentação da imagem da ação coletiva.

A Rede de Compromisso Social revelada entre os integrantes da COOPERAFI caracterizou-se, assim, pela percepção do compromisso e da ciência de que os interesses pessoais e coletivos são indissociáveis. A evolução desse tipo de rede estabelecerá diferentes maneiras de se manter os ideais, as pessoas absorveram e realimentam o “contrato social” de ajuda mútua.

### 3.4 COOPERSIL E A REDE FORMADA EM SILVÂNIA-GO

Ao analisar a estrutura e os direcionamentos de atuação da rede formada pelos produtores rurais no município de Silvânia, foi detectado um cenário diverso da experiência em Itapuranga. A pesquisa exploratória já oferecia indícios da estruturação do tipo Rede Descentralizada, efetivamente confirmada por nela existirem camadas intermediárias de contato entre um ator central e os demais atores na rede. Essas camadas são as associações de produtores rurais que, por sua vez, se ligam à Central de Associações/Cooperativa. Essa formatação é típica de projetos governamentais, que conduzem a representações locais para promoção de uma política pública, ou seja, de forma operacional, os produtores se reportam a um ator intermediário (associação de produtores) que representa o ator individual (produtor) junto ao ator que está no centro (COOPERSIL).



**Figura 19:** Diagrama de rede – COOPERSIL.  
Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A estrutura da rede foi derivada da proposta de apoio produtivo promovida pela EMBRAPA. O Projeto Silvânia congregou os agricultores em pequenas associações (pessoas jurídicas), a receber auxílio ao projeto de financiamento produtivo e assistência técnica. Neste

caso, os indivíduos encontram-se articulados sob a proteção de uma organização central, que dá persistência à mobilização das associações.

A Central de Associações responde por essa força concentradora de ações; a cooperativa só surge concomitantemente, no centro dessa organização, como suplemento às ações da central, pois, ao se tornar cooperativa, existe a possibilidade de comercialização de produtos em nome dos cooperados, bem como a constituição de uma marca que identifique tais produtos.

A título de exemplo, vale relatar que, durante a aplicação dos questionários da pesquisa, ao indagar os produtores sobre a participação em algum tipo de movimento social, todos, indistintamente, afirmaram em primeiro lugar, a participação em uma associação local de produtores, a ponto de serem identificados como tal. Para exemplificar: Senhor José, da Associação João de Deus. Esse fato revela uma percepção diferente de estrutura em rede, pois eles são discriminados por associações, o que representa um nível a mais entre a cooperativa e o produtor. Ademais, isso também significa otimização em articulações mais próximas, o que pode, por exemplo, diminuir custos de transporte de produtos.

Quanto ao foco de ação da rede, diante das observações chega-se à conclusão de que a rede pode ser caracterizada como Rede de Mercado, surgindo sob o objetivo do financiamento agrícola proporcionado pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Além das necessidades dos pequenos produtores da região há um propósito claro, que é o da articulação da rede em função da produção inicialmente gerada pelo crédito.

A criação da COOPERSIL tem propósitos claros, inclusive citados no estatuto social da entidade, que visam a complementação ou a aglutinação de parceiros face ao mercado. Uma condição fundamental nesse tipo de rede é a subordinação a um ator centralizador, que dispõe regras claras à participação. As relações sociais são balizadas pelos interesses do mercado, podendo variar entre cooperação e competição entre os indivíduos subordinados.

Exemplo da essencialidade da rede de mercado formada em Silvânia pôde ser observada em pesquisa de campo, quando um agricultor entrevistado demonstrou indignação ao afirmar não ter conseguido alcançar os padrões de qualidade exigidos para o fornecimento de produto orgânico à rede de supermercados. A frustração residia no fato de seu vizinho ter começado a entregar o produto em questão e de, provavelmente, a demanda ficar saturada: “Queria ter entrado no projeto do orgânico, mas não deu tempo, vou tentar na próxima remessa, se der, né? Porque o pessoal aí já tá entregando [...]”.

A Cooperativa em Silvânia, para além de sua caracterização na produção familiar, adota uma forma de organização tipicamente empresarial (o que não anula a primeira

característica). Esse formato surge do anseio inicial por produção, pois, majoritariamente, o que existia eram produtores rurais tradicionais desabastecidos tecnicamente, contracenando com grandes produtores que migraram para a região.

Essa lógica de apropriação de terras e o *modus* de vida ocasionado pela presença do agronegócio na região cria valores ligados ao padrão de produção econômica observado. Essa herança histórica de relacionamento econômico produtivista entre grandes e pequenos agricultores da região influencia o que se considera como atribuições básicas da COOPERSIL (definidas em estatuto), que se propõe a criar/buscar canais de comercialização e oferecer facilidades aos cooperados que objetivam a inserção no grande mercado, a exemplo do oferecimento de crédito, da loja agropecuária e da produção com marca própria.



**Figura 20:** Exposição dos produtos orgânicos em rede de supermercados e selo utilizado nas embalagens.  
Fonte: Imagens fornecidas pelos dirigentes da cooperativa (2014).

Um trecho colhido junto a um jornal regional traz a fala de um dos diretores da COOPERSIL, que confirma tal caracterização da rede:

Acho que somos mistos, não somos da chamada agricultura empresarial, mas também trabalhamos com produtores tecnificados, com alta produtividade e que competem no mercado buscando sua autonomia. Autonomia talvez seja uma palavra-chave para entender o que fazemos e acho que é isso que esses produtores buscam ver aqui. (JORNAL ORIZONA EM FOCO, 2011, não paginado)

Em entrevista concedida pelo vice-presidente da cooperativa durante a pesquisa de campo, ele afirmou que a maioria dos cooperados trabalha com leite, mas mencionou, em tom de entusiasmo, o crescimento do segmento de produtos orgânicos com marca própria. Afirmou existirem 39 produtores já certificados pelo Instituto Biodinâmico para o Desenvolvimento Rural (IBD), um dos mais renomados institutos de certificação do Brasil, segundo ele. Contou que, temporariamente, comercializavam orgânicos na rede Pão de

Açúcar do Distrito Federal, mas logo, com aprimoramentos na logística, alcançariam outras cidades.

Ainda de acordo com o Presidente da COOPERSIL, a demanda dos produtores fomenta linhas estratégicas de atuação da cooperativa na atualidade e conduz à realização de cursos de formação e articulação de novos canais de comercialização a partir de grupos de interesse, como: Grupo de Interesse do Leite; Grupo de Interesse do Maracujá; Grupo de Interesse de Verduras e Legumes Orgânicos; e Grupo de Interesse do Frango Caipira (para o qual se pretende montar um frigorífico que possa adequar a carne para ser comercializada de acordo com exigências fitossanitárias).

No primeiro ano de projeto do PAA, foram entregues frangos aos colégios para compor a merenda escolar, porém, tal entrega foi bloqueada devido a exigências de certificação sanitárias. Ao relatar tal assunto, o presidente assim se pronuncia: “[...] o pessoal tá perdendo dinheiro, poderiam estar produzindo muito mais frangos e entregando”. E complementa: “Estamos trabalhando para resolver isso”.

A Rede de Mercado ganha reafirmação no depoimento do presidente, revelando algo muito caro à economia de mercado, que é o *custo de oportunidade*, que, em definição, se refere ao custo da renúncia na produção. Não interessa somente o que está sendo produzido, mas sim perceber que haveria um nicho de mercado para os produtores que ficou obstruído devido a fatores externos.

Ao iniciar a pesquisa de campo em Silvânia, para acompanhamento e indicação dos estabelecimentos rurais a serem visitados, o presidente da cooperativa designou uma funcionária da sede da cooperativa, diferentemente de Itapuranga, cidadã em que houve acompanhamento de uma cooperada. A funcionária da COOPERSIL só poderia acompanhar a pesquisa em horário comercial compatível ao seu expediente na central de administração da instituição. Em contraponto, em Itapuranga, houve aplicação de questionários inclusive após o entardecer.

Não se menciona aqui falta de presteza da pessoa que acompanhou a pesquisa em Silvânia, apenas se explica que haviam limites instituídos para sua realização, moldados pelo horário de operação comercial da cooperativa. Assim se dava toda a organização da COOPERSIL, que previa funções e regras claras aos colaboradores da loja agropecuária da administração central.

Tal fato é interessante, pois, ao se observar os detalhes sistêmicos de cada rede encontra-se sua essência. A rede encontrada em Silvânia demonstra aproximação com o tipo Rede de Mercado, pois seus atores se articulam para a produção ou apropriação de bens e

serviços. No caso da cooperativa, precisa-se dos produtos gerados pelos cooperados, que, por sua vez, precisam do serviço de atravessamento da entidade, pois, do contrário, não conseguem comercializar.

A realimentação desse sistema fica explícita no depoimento de uma cooperada ao se questionar a segurança alimentar dos beneficiários. Foi perguntado se havia algum receio em relação à falta de alimentos no domicílio, e ela afirmou, espontaneamente: “Não, não, confio em minha cooperativa, não tenho medo porque sei que eles não vão me deixar na mão”. Ao ser indagada sobre o porquê dessa certeza da assistência da cooperativa, explicou: “já vendi muita coisa daqui com ajuda deles: mandioca, milho”.

Revela-se, assim, que, mesmo em se tratando de uma situação extrema, como a falta de alimentos, não se espera proteção ou qualquer tipo de doação por parte da cooperativa. No entanto, deseja-se que ela apenas cumpra seu papel de conseguir canais de escoamento para a produção. Tal fato remete à essencialidade da Rede de Mercado, que reside na realização das expectativas de comercialização dos produtos oriundos das propriedades rurais.

No capítulo a seguir discute-se a coesão social do Programa de Aquisição de Alimentos junto aos beneficiários de Silvânia e Itapuranga e se apresenta, nesta parte, os resultados de aplicação dos questionários de pesquisa.

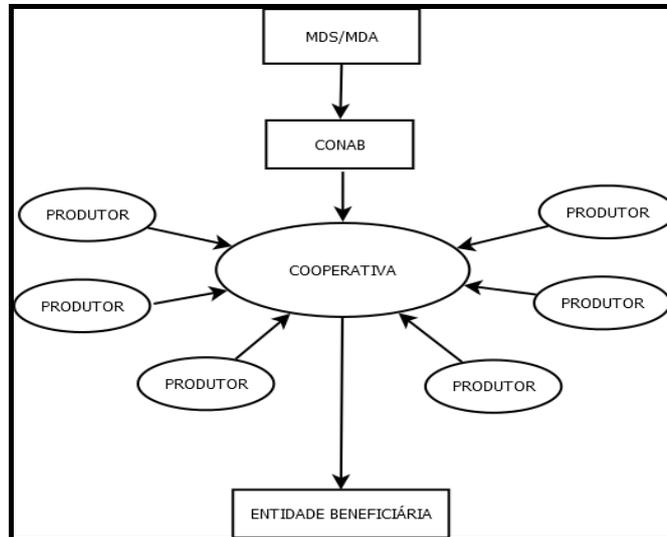
## CAPÍTULO 4

### **COESÃO SOCIAL E EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA): ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### 4.1 A FORMAÇÃO DE UMA “SUB-REDE” A PARTIR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), conforme já mencionado neste trabalho, é um programa governamental de segurança alimentar e tem como principal ação a criação de um mercado institucional para os agricultores familiares, seus principais beneficiários. O programa combina recursos de dois ministérios, MDA e MDS, sob operação da CONAB. Esta realiza o pagamento dos produtos entregues pelos agricultores que, por sua vez, os repassam a entidades beneficiárias (escolas, creches, dentre outras).

Esse repasse acontece por meio de uma pessoa jurídica apta a assumir essa entrega, bem como o recebimento do valor pago pela CONAB. A pessoa jurídica em questão é a cooperativa, que organiza todo o procedimento *in loco*. Portanto, ao ser implementado em determinado município, o PAA institucionaliza uma rede social específica para a realização de seus objetivos, como se demonstra a seguir:



**Figura 21:** A “sub-rede” institucionalizada pelo PAA.  
 Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

Como já abordado, a coesão social é um elemento que facilita as relações em rede, ponto importante para a eficácia de uma política pública. No caso do PAA, existe uma exigência formal de uma pessoa jurídica (associação ou cooperativa), que irá gerir o programa na localidade, ou seja, parte-se do pressuposto de que existe uma rede social anterior ao programa, condição para a implementação das ações governamentais.

O PAA se vale da rede social já formada pelos produtores e se instala sob sua égide, criando uma rede específica (ou uma sub-rede) para seus propósitos, mas que utiliza atores já organizados, neste caso, pela cooperativa. A rede social anterior é uma herança da coesão social existente e assume, como já discutido, diferentes tipologias.

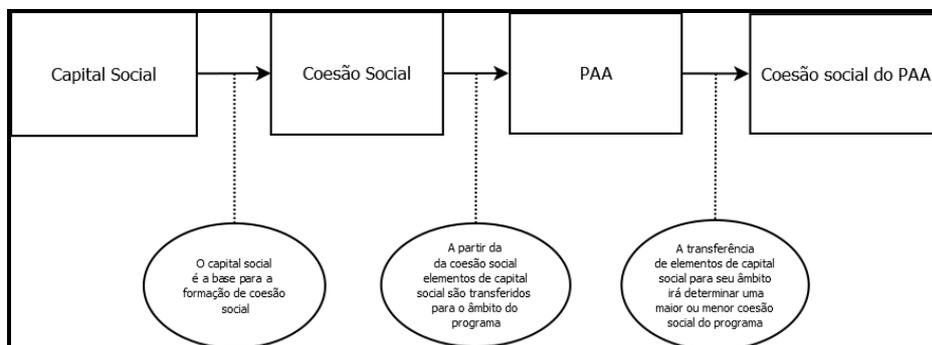
Os diferentes tipos de rede determinam um maior ou menor grau de transferência de elementos de capital social para o âmbito do programa governamental, ou seja, existem distintos patamares de resposta a uma política pública que dependem dessa herança preexistente. A coesão social do PAA reside justamente na possibilidade de transferência de elementos de capital social (em maior ou menor grau), a otimizar as ações de acordo com seus propósitos. A confiança, a reciprocidade e a aceitação de normas e valores coletivos servem como impulsionadores do programa.

A título de exemplo, para que um produtor rural aceite uma norma estipulada pelo PAA ela precisa ser perfeitamente compreendida e confiável. Neste caso, as práticas anteriores e a forma como a rede foi concebida determinam a aceitação dessa norma

institucional e, portanto, o PAA terá mais coesão social. A seguir, de acordo com os propósitos deste trabalho, a coesão social é tomada como tal a partir da percepção de elementos de capital absorvidos no campo do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), nas experiências de implantação em Itapuranga e Silvânia.

Relembrando Putnam (2000), o capital social pode ser verificado, por exemplo, no nível de confiança existente entre os diversos atores sociais, interferindo no grau de acatamento de normas relacionadas ao comportamento cívico, como o pagamento de impostos ou, ainda, em relação ao comprometimento do cidadão na manutenção de espaços públicos, como ruas e praças.

No plano de uma política pública não é diferente: o capital social ajuda a formar coesão social para aceitação de normas inerentes a um programa governamental, tornando os indivíduos mais abertos à participação e cooperação com ações governamentais, por exemplo, o que influencia nos resultados de um programa. Desse modo, existirá mais coesão social em um programa como o PAA quanto mais elementos de capital social existirem no conjunto de suas ações, como demonstrado na figura a seguir:



**Figura 22:** A coesão social do PAA.  
Fonte: Elaborado pelo autor (2014).

A seguir, faz-se uma explanação sobre o perfil dos agricultores familiares beneficiários do PAA entrevistados em pesquisa de campo e, na sequência, a referida análise sobre a coesão social do programa.

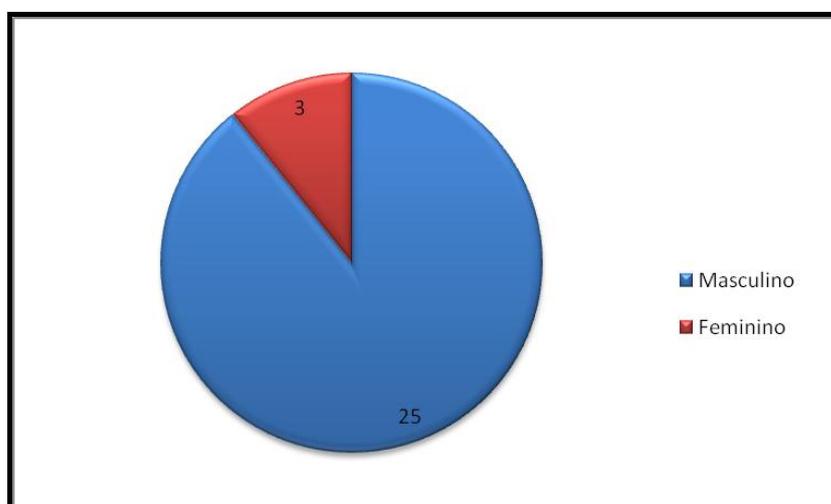
#### 4.2 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PAA NO TERRITÓRIO RURAL VALE DO RIO VERMELHO

Os dados que se seguem resultam da aplicação de questionários correspondentes a uma amostra de 28 famílias beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), no município de Itapuranga, no Território Rural Vale do Rio Vermelho. Os beneficiários são membros da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI), gestora local do projeto do PAA, cuja sede se situa em Itapuranga.

Fazem parte deste rol de beneficiários trabalhadores rurais nascidos, em sua maioria, no município de Itapuranga e que afirmaram ter o sustento de suas famílias promovido pela produção agropecuária.

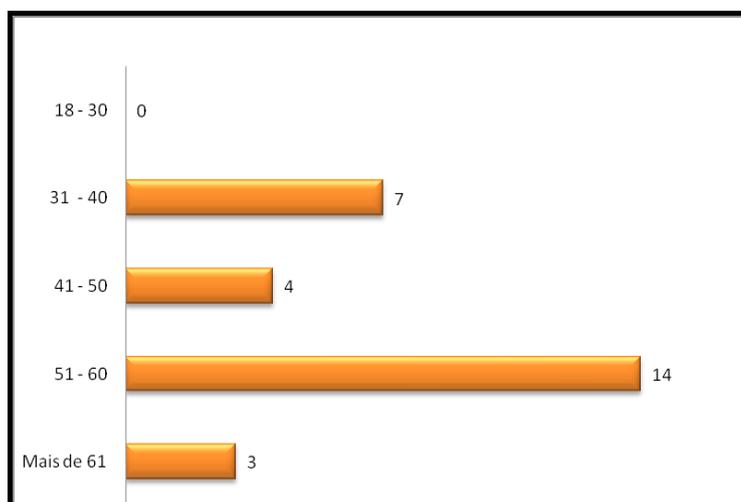
Adiante, serão apresentadas algumas das principais características do perfil socioeconômico das famílias.

**Gráfico 1:** Discriminação dos chefes de família por gênero – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

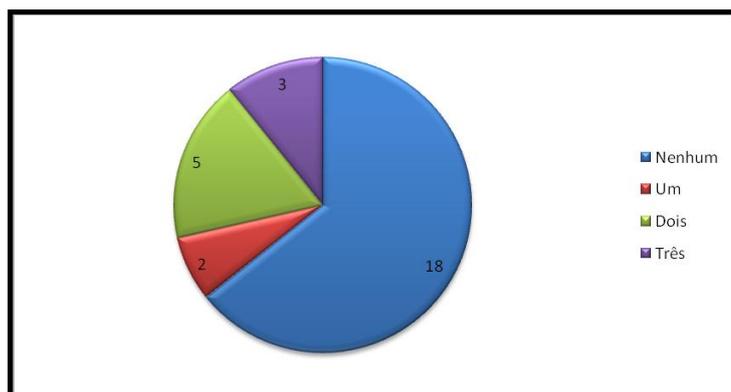
**Gráfico 2:** Faixa etária dos chefes de família (em anos) – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A pesquisa revelou que os chefes de família beneficiários do programa são, em ampla maioria, homens (para 25 famílias – 89%<sup>28</sup>), que se encontram situados principalmente, na faixa etária entre 51 e 60 anos (14 famílias – 50%).

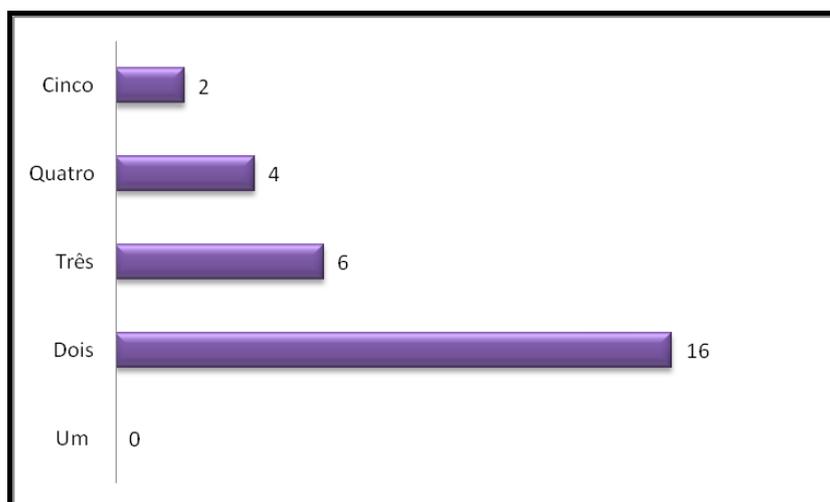
**Gráfico 3:** Quantidade de filhos menores de 18 anos – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

<sup>28</sup> Mesmo não tendo contemplado uma amostra com cem entrevistados, foram dispostos alguns resultados percentuais para demonstração de proporcionalidade.

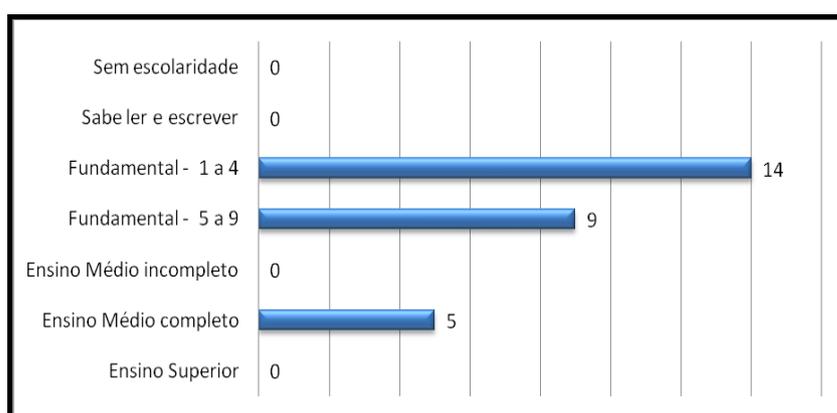
**Gráfico 4:** Quantidade de membros da família residentes no imóvel – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A maioria das famílias (64%) não possuem filhos menores de 18 anos residindo no imóvel. As famílias entrevistadas são compostas majoritariamente por dois membros (57%). Em suma, esse percentual corresponde a duas pessoas que se dedicam às atividades agrárias, geralmente o casal.

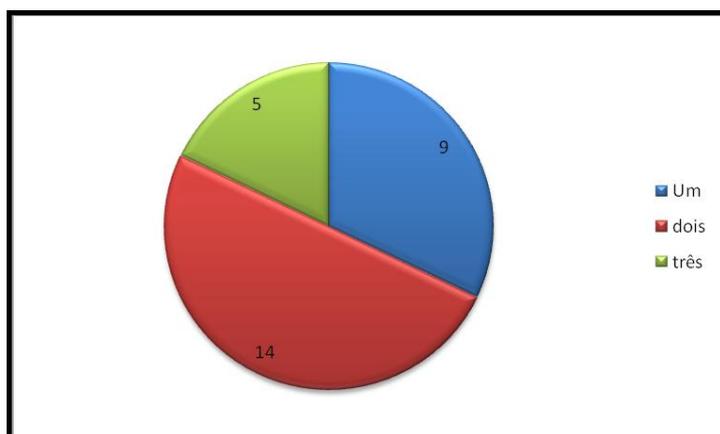
**Gráfico 5:** Escolaridade dos chefes das famílias beneficiadas – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os chefes de família apresentam, em sua maioria (50%), grau de escolaridade referente à faixa que vai do primeiro ao quarto ano do Ensino Fundamental; ainda, todos os entrevistados afirmaram ter frequentado a escola, não havendo analfabetos entre eles.

**Gráfico 6:** Participação em grupos/organizações sociais – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

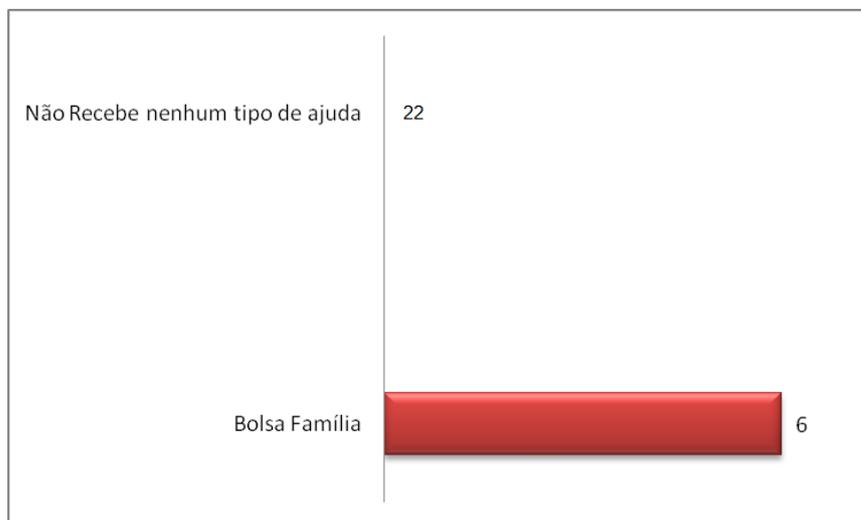
O gráfico anterior retrata a participação dos beneficiários em organizações sociais, catorze deles (50%) afirmam participar de ao menos dois grupos, pois, em geral, participam da cooperativa e de outros grupos sociais (associações, sindicatos e grupos religiosos).



**Figura 23:** Principais Culturas Agrícolas – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A figura anterior demonstra algumas culturas produtivas identificadas nas propriedades visitadas, sendo a fruticultura a mais difundida delas, muito se devendo a um projeto de produção de polpas de frutas desenvolvido pela cooperativa, que envolveu, inclusive, assistência técnica. Para fornecimento ao PAA, foram identificadas, em maior parte, as frutas, seguidas por verduras e legumes, com destaque, neste último grupo, para a produção de mandioca.

**Gráfico 7:** Proteção Social/Auxílios Recebidos – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Foi observado que a maioria das famílias (81%) não recebe qualquer tipo de ajuda ou auxílio direto governamental e 19% das famílias entrevistadas são beneficiárias do Programa Bolsa Família.



**Figura 24:** Condições de Moradia – PAA – Itapuranga – Vale do Rio Vermelho.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Ao analisar as condições de moradia, de higiene e de saneamento, foi percebido que as casas têm em média quatro cômodos e são feitas de alvenaria. Foi possível verificar que a água para consumo humano é proveniente de cisternas e vem direto do córrego, sem sofrer nenhum tratamento, a não ser sua filtragem, conforme afirmação da maioria das famílias. O lixo doméstico, na maioria dos casos, é enterrado ou incinerado individualmente. De acordo com os entrevistados, existe fossa séptica nas residências.

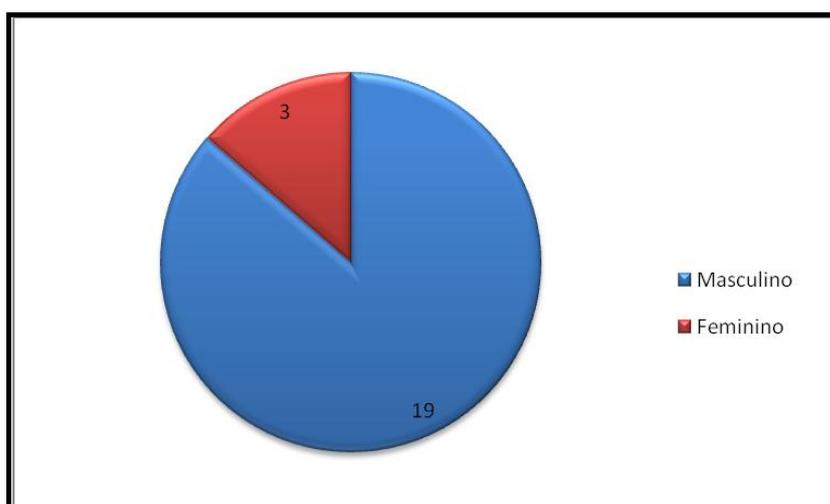
#### 4.3 PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO PAA NO TERRITÓRIO RURAL ESTRADA DE FERRO

As informações a seguir resultaram de uma pesquisa de campo parcial realizada junto a vinte e duas famílias de agricultores beneficiários do PAA no município de Silvânia, no Território Rural Estrada de Ferro. Tais beneficiários são membros da Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia – COOPERSIL –, gestora local do projeto do PAA estudado neste trabalho.

Os beneficiários absorvidos pelo Programa são agricultores da região, que afirmaram, unanimemente, serem habitantes do local há mais de dez anos, dependendo, em grande parte,

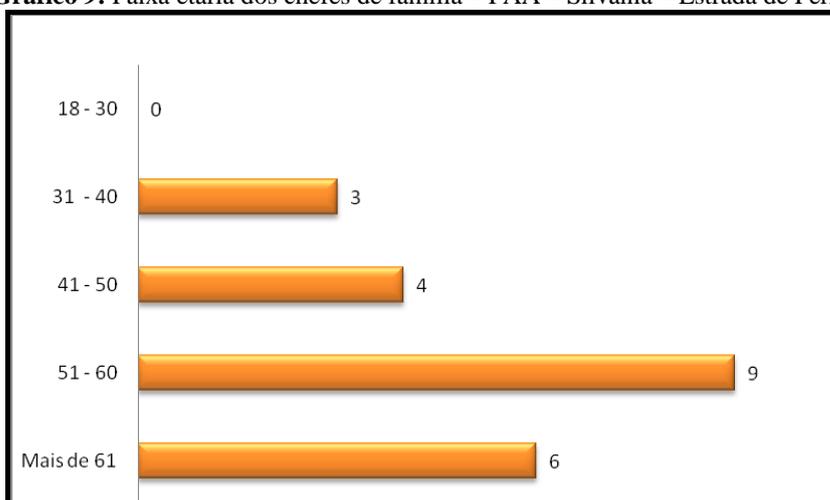
da produção agropecuária para sustento de suas famílias. A seguir, demonstrações acerca do perfil socioeconômico dessas famílias.

**Gráfico 8:** Discriminação dos chefes de família por gênero – PAA Silvânia – Estrada de Ferro.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

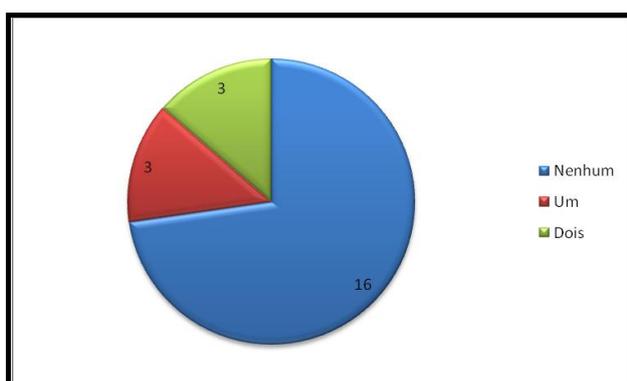
**Gráfico 9:** Faixa etária dos chefes de família – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os Gráficos 8 e 9 demonstram, respectivamente, que os chefes de família assistidos pelo PAA são, em sua maioria, homens (19 famílias – 86%), com faixa etária entre 51 e 60 anos (9 beneficiários) e com mais de 61 anos (6 beneficiários).

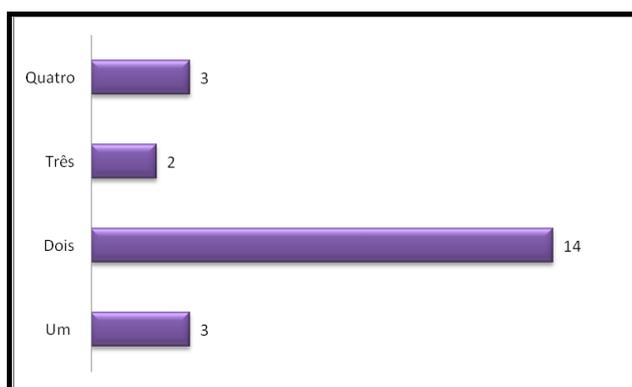
**Gráfico 10:** Quantidade de filhos menores de 18 anos residentes no imóvelPAA – Silvânia – Estrada de Ferro.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Foram encontrados, entre os dados de composições familiares, que, ao se considerar a faixa etária majoritária, que abarca pelo menos nove chefes de família (40%) com mais de 51 anos, não raro é percebido que os filhos, em grande parte, já não residem com seus pais: 16 entrevistados (73%) afirmaram não ter filhos menores de 18 anos convivendo com eles.

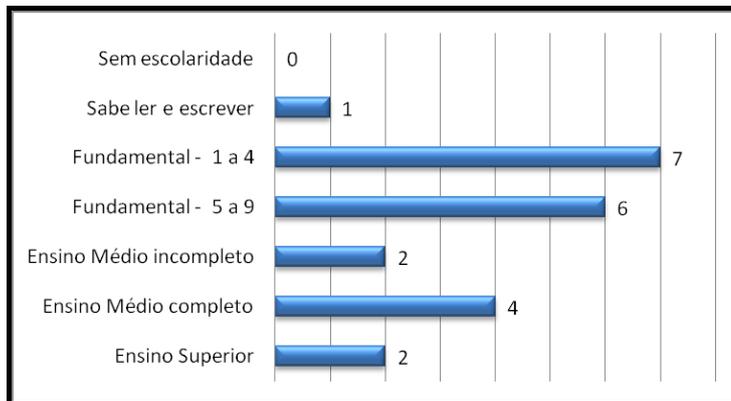
**Gráfico 11:** Quantidade de membros da família residentes no imóvel – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

O Gráfico 11 aponta que as famílias entrevistadas são compostas por dois membros (14 famílias – 63%). As entrevistas revelaram, basicamente, que a força de trabalho depende, em sua maioria maioria, do chefe de família e de sua companheira.

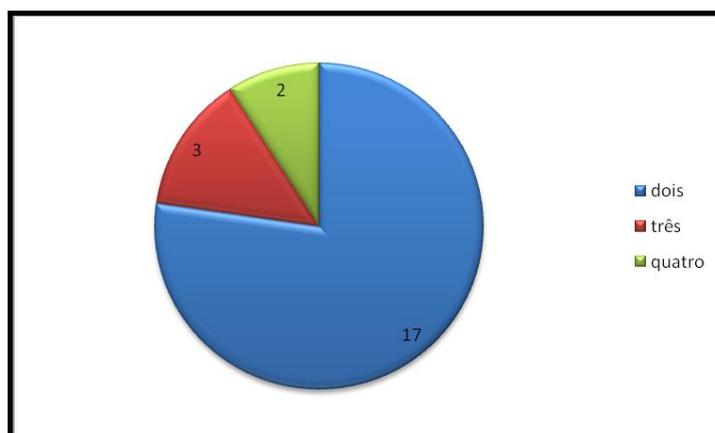
**Gráfico 12:** Escolaridade dos chefes das famílias beneficiárias – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

O Gráfico anterior revela que a maioria (7 – 32%) dos chefes de família estudaram da primeira a quarta série, seguidos por seis deles que cursaram do quinto ao nono ano. Não foram encontrados beneficiários que assumissem a condição de analfabetos: todos afirmaram saber ler e escrever minimamente.

**Gráfico 13:** Participação em Grupos/Organizações Sociais – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Ao retratar a participação dos beneficiários em organizações ou grupos sociais, é possível afirmar que a maioria (17 – 77%) deles participa de pelo menos dois grupos. Tal fato é explicado por existir, por exemplo, em determinadas regiões do território, associações de

agricultores. Neste caso, os beneficiários são membros da cooperativa e de associações regionais ou sindicatos, grupos religiosos, dentre outros.



**Figura 25:** Principais Culturas – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Foi observado que os principais esteios produtivos dos produtores envolvem o plantio e a comercialização de hortaliças e legumes, seguido da produção de frutas. Existe um trabalho/projeto desenvolvido pela cooperativa de produtores rurais, a partir de cursos e assistência técnica, que resultou na chancela dos alimentos como produtos orgânicos, o que representa um acréscimo de 30% no preço de tabela pago pelos produtos do PAA, de acordo com as regras do programa. Os produtos classificados como orgânicos também são vendidos a uma rede de hipermercados de Goiânia e Brasília, gerando renda agrícola adicional aos produtores.

Outro fator de interesse nesta pesquisa se refere à proteção social, tendo sido percebido que nenhuma família dentre as entrevistadas conta com auxílios como Renda Cidadã, ajudas regulares de organizações comunitárias, ou mesmo Bolsa Família, como ocorre em Itapuranga.



**Figura 26:** Condições de Moradia – PAA – Silvânia – Estrada de Ferro.  
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Ao retratar as condições de moradia encontradas, foi constatado que todos os beneficiários possuem casas em alvenaria com no mínimo cinco cômodos. Quanto às condições de higiene e saneamento, tem-se que a água para consumo humano é proveniente de poços ou cisternas ou, ainda, retiradas direto de córregos, não recebendo nenhum tratamento, exceto filtragem ou fervura. Ademais, foi afirmado que o lixo doméstico é ensacado e levado para o depósito por exigência da cooperativa, afirmam os beneficiários. Por fim, foi alegado haver fossa séptica em todas as residências visitadas.

#### 4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DA COESÃO SOCIAL DO PAA EM ITAPURANGA E SILVÂNIA

No âmbito de uma política pública, assim como disposto nesta formulação, a coesão social acontece a partir da aceitação de cada membro de um grupo sobre sua posição diante de seus pares, sentimento de pertencimento derivado da confiança nos outros membros e que forma a base da coesão social. Neste caso, pode-se afirmar que o capital social e as redes formadas são condições essenciais para que uma política pública obtenha coesão social.

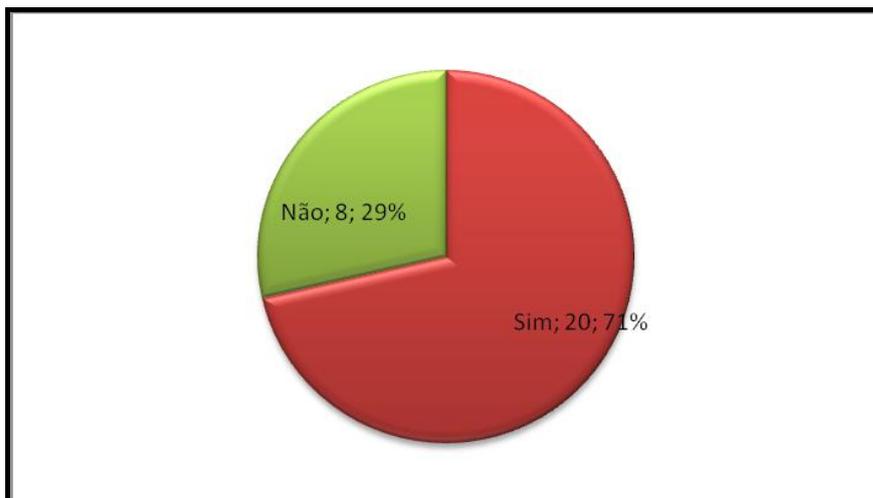
Putnam (1996) argumenta que o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais, que, por sua vez, estabelecem obrigações e expectativas mútuas, que, se

cumpridas, estimulam a confiança em tais relações sociais. Portanto, o capital social favorece o funcionamento de normas com consentimento dos indivíduos, podendo ressaltar o interesse coletivo, proporcionando coesão social e impactando sobre o programa analisado.

Um programa governamental ganha potencializadores a partir da existência de coesão social. A aceitação de normas participativas comuns a um programa como o PAA ganha robustez a partir da confiança nas instituições e desse sentimento coletivo. Desse modo, as deliberações e os resultados do programa tendem a ser facilitados.

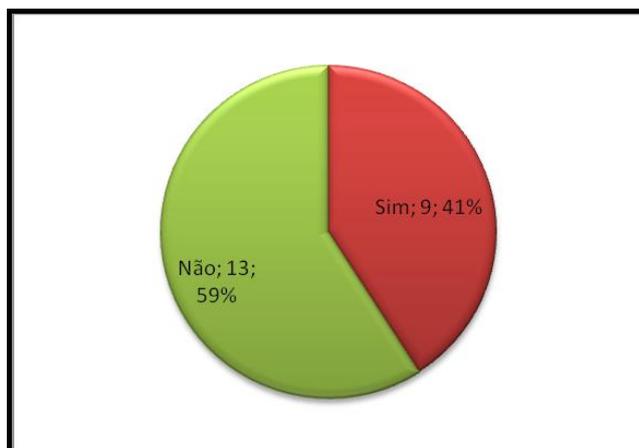
Neste trabalho, a coesão social é tratada a seguir a partir da observação de resultados atribuídos à presença de elementos de capital em uma rede apropriada ao arranjo do programa analisado, o PAA. Nesta perspectiva, quanto maior a incidência dos elementos de capital social relacionados aos propósitos de um programa, maior sua coesão social.

**Gráfico 14:** Itapuranga – Questionamento: O PAA foi um incentivo ao retorno à produção agrícola a você ou a alguém de sua família?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 15:** Silvânia – Questionamento: O PAA foi um incentivo ao retorno à produção agrícola a você ou a alguém de sua família?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

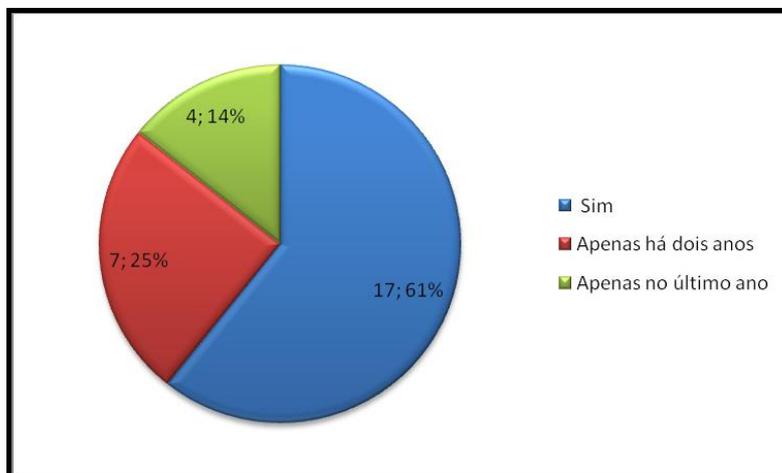
Os gráficos anteriores servem para uma contextualização inicial desta análise. Quando questionados sobre o significado do PAA para o retorno de atividades agrícolas, pretende-se verificar a prática agrícola anterior. Neste caso, em Itapuranga, 29% dos produtores afirmaram que o programa não foi um incentivo ao retorno da produção agrícola e 71% disseram ter sido significativo. Em Silvânia, 59% dos produtores contaram que o PAA não foi um incentivo ao retorno da produção, enquanto 31% explicaram que o era.

Tal questionamento é determinante para a análise de algumas questões importantes neste estudo, mostrando que em Itapuranga havia ociosidade na produção, já que o questionamento vale-se da palavra “retorno” à produção. Portanto, o PAA serviu de incentivo ao novo aproveitamento para a finalidade específica de entrega dos produtos requisitados. Em Silvânia foi encontrada uma situação diferenciada, pois a maioria dos produtores (59%) afirmaram que o PAA não significou novo aproveitamento, e sim uma canalização de uma produção já existente para o PAA, que, por sua vez, exprimiu um aumento sensível na quantidade produzida.

A existência dessa produção anterior pode ser um facilitador aos propósitos do programa, já que são estipulados prazos e quantidades a serem cumpridos. O esforço para iniciar um fluxo produtivo é algo considerável, como foi o caso da maioria dos produtores de Itapuranga (71%).

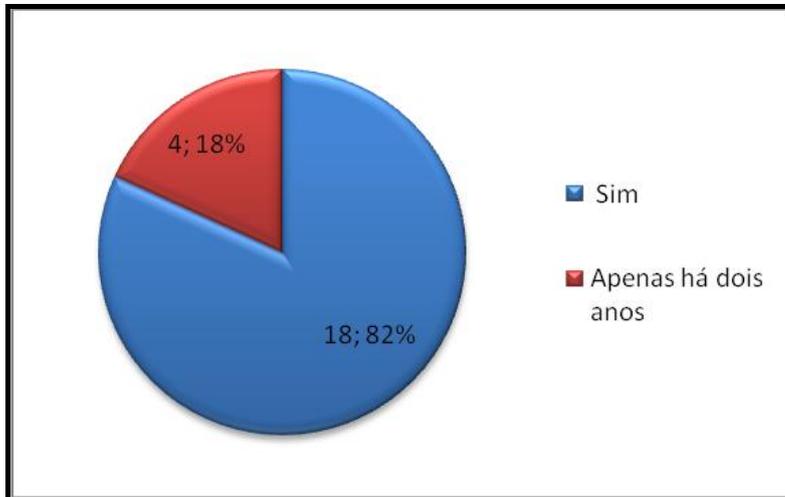
O PAA tem a atribuição de criar um mercado institucional para os produtores rurais, ou seja, estruturar canais de comercialização com destino certo para o escoamento produtivo. No caso de Silvânia, a existência de produção anterior ao PAA facilita as convergências para este novo mercado, pois para parte dos beneficiários não é preciso que se inicie o processo produtivo para entrega ao programa, já que uma nova destinação da produção havia sido obtida.

**Gráfico 16:** Itapuranga – Questionamento: Acessou de forma regular o PAA nos últimos três anos?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 17:** Silvânia – Questionamento: Acessou de forma regular o PAA nos últimos três anos?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Quando perguntados sobre a regularidade de seu acesso ao programa nos últimos três anos delinea-se o seguinte cenário: 61% dos beneficiários de Itapuranga afirmaram ter acessado o programa nos últimos três anos, 25% nos últimos dois e 14% apenas no último ano. Em Silvânia, 82% dos produtores disseram tê-lo acessado regularmente nos últimos três anos e o restante (18%) nos últimos dois anos.

Os resultados sobre a participação no PAA indicam uma importante característica: o esforço que se faz para promover tal participação. Esse esforço indica o nível de imbricação, que é o fio condutor das convergências em rede. Na existência de uma rede anterior ao programa criada pela cooperativa, existem esforços para novos ganhos em rede e a adesão ao PAA surge como tal.

O capital social revela sua influência neste quesito a partir da percepção do elemento da reciprocidade. Como já citado neste trabalho, ela pressupõe uma retribuição às ações realizadas, ou seja, as pessoas estão mais inclinadas a aceitar uma demanda quando recebem algo anteriormente.

O nível de reciprocidade relacionado à adesão ao PAA é explicado por ações anteriores ao próprio programa. A existência de projetos bem-sucedidos na rede de produtores (promovidos pela cooperativa) conduzirá a um maior ou menor nível de reciprocidade, que, por sua vez, reflete na participação em um novo projeto (neste caso, o PAA).

A reciprocidade liga-se à expectativa dos produtores ao desempenho do programa, por exemplo, se existirem frustrações ou percepção de insucessos da cooperativa em outros

projetos; isso pode fazer com que potenciais beneficiários não queiram acessar o programa regularmente.

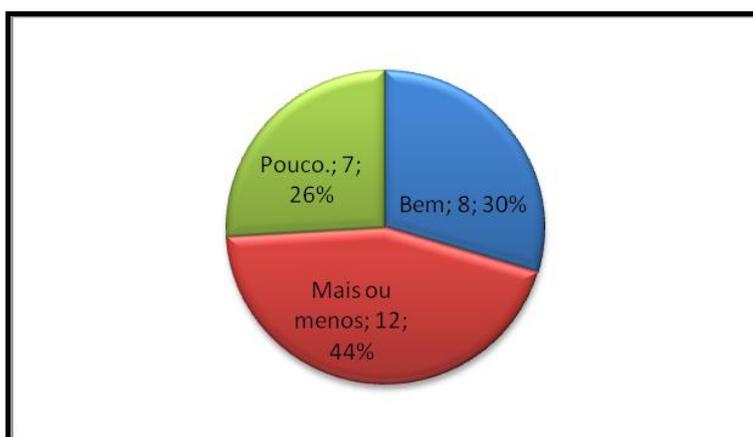
A título de exemplo, o sucesso do projeto de produção de alimentos orgânicos em Silvânia não só gerou um fluxo produtivo que, posteriormente, serviu ao fornecimento de alimentos para o PAA, como criou um espaço para a aceitação das normas do programa governamental. Ao propor o PAA aos cooperados, a COOPERSIL obteve mais aceitação, haja vista, por exemplo, sua reputação em relação ao projeto de alimentos orgânicos anterior.

Assim, cria, na existência de reciprocidade, uma espécie de aval a uma proposta governamental que envolva a cooperativa. Salienta-se que a reciprocidade se dá na relação produtor-cooperativa, e, desse modo, o PAA se apropria desse recurso ao tornar a cooperativa a gestora local do programa.

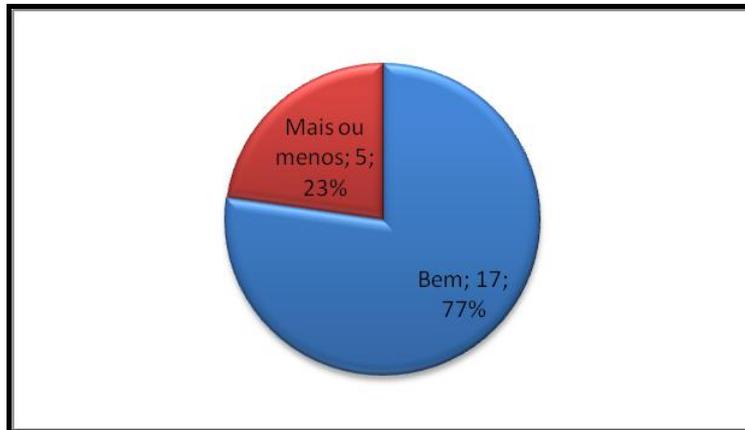
A própria formação de uma Rede de Mercado em Silvânia conduz a uma maior aceitação de propostas que estejam ligadas à produção e à comercialização (como demonstrado nos dados) e a um maior esforço dos indivíduos para gerar novos ganhos da rede e a política pública se beneficia disso.

A gradual inserção de novos beneficiários no PAA de Itapuranga (inclusive no último ano) indica que esses produtores precisavam de demonstrações claras de solidez deste programa para que pudessem aderir: 39%, somando-se o total de beneficiários do último e do penúltimo ano. Em Silvânia, em primeira instância, 82% dos produtores entrevistados já requisitaram sua participação no programa desde o primeiro ano.

**Gráfico 18:** Itapuranga – Questionamento: você entendeu todo o PAA?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 19:** Silvânia – Questionamento: Você entendeu todo o PAA?

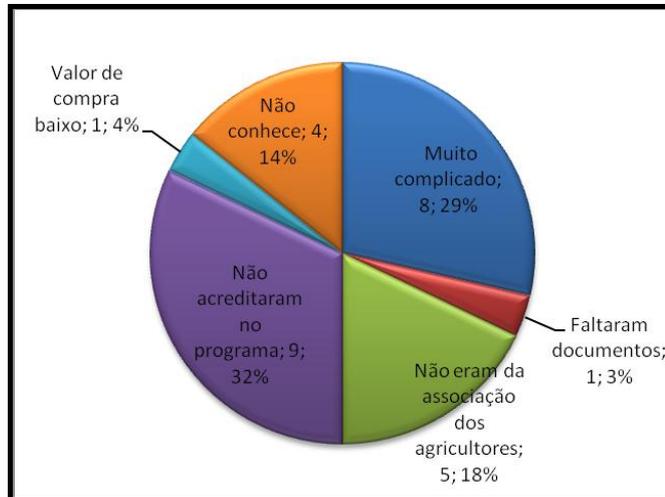
Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os dois gráficos anteriores mostram os resultados do entendimento de todas as etapas/procedimentos do PAA. Em Itapuranga, 30% dos beneficiários alegaram ter entendido bem, 44% afirmaram ter entendido razoavelmente e 26% ter entendido pouco. Em Silvânia, dezessete produtores (77% dos entrevistados) afirmaram ter entendido bem o PAA e o restante (23%) mais ou menos.

A compreensão do formato e da dinâmica de um programa governamental implica na disseminação das informações sobre esse programa. Portanto, sugere o nível de comunicação entre os atores, que é pilar para o fomento de uma relação de confiança.

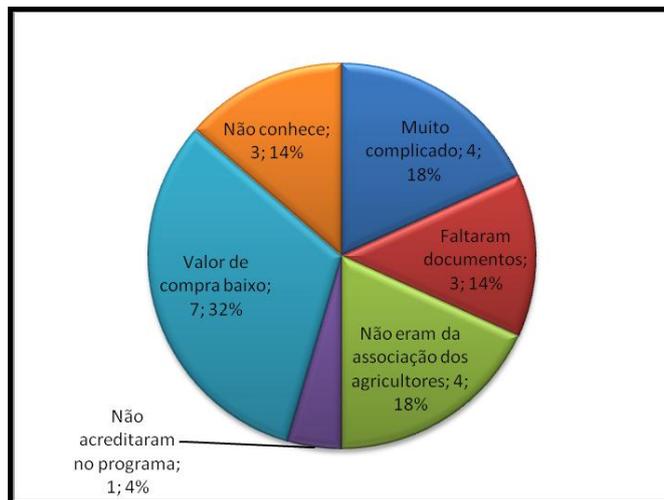
A capacidade de troca de informações ou comunicação em uma rede é algo essencial, pois indica a força e a incidência das relações sociais. O compartilhamento de informações entre os membros da rede (gestores ou produtores rurais) sustentam as relações, que, por sua vez, promovem a confiança entre os membros. Em Silvânia, o nível de produtores melhor interados do programa era maior do que em Itapuranga, resultados que acabam por balizar alguns pontos discutidos no próximo quesito analisado.

**Gráfico 20:** Itapuranga – Questionamento: Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA e não participaram? Quais foram os motivos?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 21:** Silvânia – Questionamento: Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA e não participaram? Quais foram os motivos?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Ao indagar aos beneficiários do PAA em Itapuranga se tinham conhecimento de produtores (cooperados ou não) que não participaram do programa e quais seriam os motivos, 32% atribuíam a não participação ao descrédito, seguido por 29% que achavam muito complicado e 18% que afirmavam conhecer pessoas que não eram da associação (cooperativa), e, por isso, não a acessaram.

O reconhecimento da autenticidade de um grupo ou organização gera a legitimidade e uma ação coletiva. Dessa forma, acreditar ou não no PAA depende da reputação da organização (neste caso da cooperativa) e de seus membros. A confiança revelada neste tipo de ação é de muita importância, principalmente sob condições de incerteza. Assim, o elemento de capital social confiança revelada se apresenta como a credibilidade na cooperativa mesmo entre os cooperados para que se possa aderir ao PAA. Para tanto, são tomados como referência resultados ou eventos nos quais essa credibilidade possa estar apoiada. A troca de informações, como citado no quesito anterior, pode criar/sustentar essa confiança.

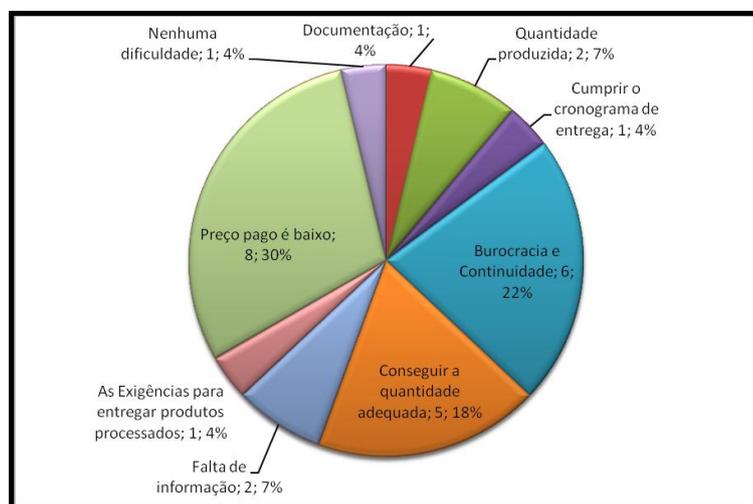
As duas maiores atribuições neste questionamento indicam falta de confiança (32% não acreditam no programa) e falta de informação (29% achavam muito complicado). Ainda nesta percepção, os 18% que afirmavam conhecer pessoas que pertenciam à associação

(cooperativa) e, por isso, não acessaram o PAA, ensejam o questionamento sobre se a falta de confiança e informação não seria o motivo de não participar da cooperativa.

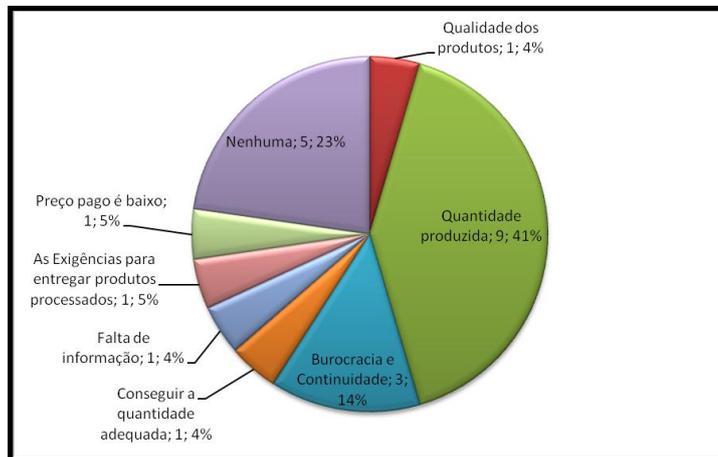
Analisando esses mesmos quesitos em Silvânia, tem-se que apenas um produtor afirmou conhecer quem não tivesse aderido por não acreditar no programa, seguido por quatro beneficiários (18%) que conheciam produtores que achavam muito complicado e quatro (18%) que afirmavam conhecer pessoas que não eram da cooperativa e por isso não acessaram. Tais resultados indicam uma maior confiabilidade nas ações da cooperativa em Silvânia, sobretudo para os propósitos do PAA.

Fator de interesse é a percepção de 32% dos beneficiários de Silvânia de que os conhecidos que não participaram afirmaram ser o preço pago muito baixo. Isso revela uma realidade de mercado diferenciada, que possui mais canais de comercialização (demanda) pressionando os preços pagos. Neste caso, escolher entregar produtos ao PAA implica na negação deste mercado, portanto, as ações em rede devem imprimir confiabilidade e estabilidade, do contrário, os beneficiários deixam de participar do programa e ofertam no mercado comum.

**Gráfico 22:** Itapuranga – Questionamento: Qual a principal dificuldade para participar do PAA?



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 23:** Silvânia – Questionamento: Qual a principal dificuldade para participar do PAA?

Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Nos gráficos anteriores têm-se o questionamento sobre o que o beneficiário considera como sendo a maior dificuldade do programa. A resposta está condicionada às suas inclinações e valores, ou seja, a partir de suas demandas pessoais, o que ele toma como objetivo do programa e, logicamente, sua percepção do que poderia ser melhorado, sendo esses valores são formados socialmente.

Como já discutido neste trabalho, os valores coletivos e as normas compartilhadas, como elementos de capital social, são conceitos gerais a partir dos quais a sociedade se organiza. Os valores perfazem ideias generalizadas, que estabelecem as bases para as expectativas e são determinantes dos comportamentos individuais (PUTNAM, 2000).

Em Itapuranga, de acordo com os resultados, as maiores dificuldades do PAA são as seguintes: 30% dos beneficiários consideram o baixo preço pago pelos produtos; 22% reclamam da burocracia e da continuidade do programa, que às vezes demora a ser recontratado, e, por fim, 18% consideram que conseguir a quantidade adequada seja o maior problema.

Em Silvânia, 41% dos beneficiários apontam como maior dificuldade a baixa quantidade que se pode produzir para o PAA, haja vista as limitações de compra de produtos para cada beneficiário; em segundo lugar, 23% dos beneficiários afirmaram não haver dificuldade alguma no PAA; e 14% alegaram que a burocracia e a continuidade são os maiores entraves.

Ao comentar os resultados de Itapuranga, percebe-se uma tendência de respostas que podem ser explicadas pela essência de formação da Rede de Compromisso Social formada e institucionalizada na cooperativa. Neste caso, a ação estatal (PAA) é vista como uma tentativa de resolver problemas sociais reconhecidamente complexos, tais como: geração de renda e emprego no campo. Aliado a isso, nota-se uma maior significância do PAA para esses agricultores, como já apresentado nos primeiros resultados deste segmento do trabalho, pois boa parte dos agricultores começou a produzir novamente no âmbito do PAA.

Neste caso, potencializam-se reclamações ligadas ao preço baixo, à burocracia e à incapacidade produtiva, essa última atribuída à falta de assistência técnica. O fato é que o perfil do produtor rural em Itapuranga é formado pelo contato com a rede em questão, reafirmada por seu histórico. Não raro, em meio às entrevistas, as reclamações sobre o PAA surgiam em forma de desconfiança do governo, da organização local ou mesmo das condições econômicas do país. Exemplo disso foi percebido quando, em resposta a uma questão específica sobre se haviam reclamações/sugestões ao programa, um beneficiário do PAA em Itapuranga afirmou: “não sei o que acontece, quando o dinheiro chega é só uma mixaria”.

A partir dessa afirmativa, questionou-se sobre quais seriam os motivos para essa situação, e o beneficiário completa: “não sei por quantos o dinheiro passa até chegar na gente, só sei que cada um tira um pouquinho e só fica o restinho”.

Em Silvânia, o resultado majoritário neste quesito aponta para uma reclamação ligada à ansia por querer entregar mais produtos ao PAA: 41% dos produtores gostariam de destinar mais de sua produção ao PAA, aproveitando uma sinergia existente, e, em segundo lugar, estão beneficiários inteiramente satisfeitos com o programa (23%).

Devido à formação de uma Rede de Mercado, o capital social transferido ao bojo do PAA em Silvânia traz consigo esses valores coletivos, que se manifestam em expectativas diminuídas em relação à ação de governo, majorando suas próprias responsabilidades em mercado. Inojosa (1999) afirma que as Redes de Mercado são articuladas em função da produção e apropriação de bens e serviços e têm foco na potencialização dos produtores em um mercado. Ou seja, neste caso, o problema não está no preço praticado ou na falta de capacidade produtiva, mas reside apenas na vontade de produzir e entregar mais.

Essas regras e usos, herdados do capital social e peculiares a cada localidade, atuam decisivamente na formação do ambiente em que a política pública adentrará. Para exemplificar, o nível de envolvimento dos atores junto a um programa como o PAA, que cria um mercado institucional para os agricultores familiares, é maior quanto maior for o “manejo” das normas próprias de um mercado comum.

Essa compatibilidade dos propósitos do PAA com as normas e valores locais é vista com mais intensidade na experiência de Silvânia. Assim, é a partir do uso dessas normas partilhadas que se percebe a influência dos demais atributos da rede formada no nível de coesão social da política pública.

A partir dos resultados dispostos é possível afirmar que a experiência da ação governamental em Silvânia encontra terreno mais fértil (entenda-se mais coesão social) para suas proposições se comparada à experiência de Itapuranga. Resta demonstrado maior percepção de confiança, reciprocidade e aceitação de normas coletivas, segundo captado nos questionamentos que envolviam diretamente a experiência do PAA nas localidades.

Os resultados apontam para uma maior transferência de elementos de capital social para o arranjo do programa em Silvânia. Neste caso, o PAA encontrou menos entraves, ou, ainda, mais estímulos para sua implantação do que em Itapuranga. Isso pode ser explicado devido à aproximação de suas normas e procedimentos às práticas mercadológicas já absorvidas pela cooperativa e replicadas aos cooperados.

A Rede de Compromisso Social em Itapuranga e a Rede de Mercado em Silvânia criaram perfis diferenciados de beneficiários quanto ao seu envolvimento com o arranjo institucional do programa. A Rede de Mercado cria um produtor mais familiarizado à lógica da produção e da comercialização e, como já comentado neste estudo, o PAA é um programa que cria um mercado institucional. Portanto, terá mais inserção onde já se tem uma rede formada que, por sua vez, possui elementos de capital social importantes para sua implementação.

Na Rede de Compromisso Social em Itapuranga, esse nível de receptividade ao programa é menor. Isso pode ser explicado pelo histórico de lutas sociais por melhorias em condições de vida dos trabalhadores rurais, que cria um indivíduo mais questionador e com menos confiança na ação governamental, que, então, explica a menor coesão social do programa.

Tal resultado não torna o município de Silvânia (ou o Território da Estrada de Ferro) mais merecedor da aplicação de recursos públicos. Pelo contrário, a carência de um maior acompanhamento das ações e a promoção da política se revela a partir da menor incidência de coesão social do programa, como é o caso de Itapuranga.

Aliada aos objetivos deste trabalho, a seguir tem-se a discussão e a exposição de resultados a partir de indicadores de efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).



#### 4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS EFEITOS DO PAA EM SILVÂNIA E ITAPURANGA

A efetividade de um programa se refere à capacidade da ação governamental em interferir e alterar, para melhor, cenários sociais. Por exemplo, programas de segurança alimentar passam por melhorias das condições de trabalho e renda de seus beneficiários. Ao proporcionar alimento como resultado, observa-se um movimento virtuoso que culmina no efeito desejado, ou seja, outros cenários para além do consumo final são modificados.

Usualmente, são tomados os objetivos formais de cada programa acordados em suas diretrizes de criação ou legislações. Contudo, reconhece-se que seus efeitos podem ir além do que é proposto institucionalmente. A efetividade de um programa sugere a consolidação de resultados que beneficiam os atores em questão e, por vezes, adaptam os objetivos de maneira peculiar ao ambiente de implantação do programa.

Por se tratar de um típico programa de segurança alimentar, toma-se, em primeira análise neste quesito, o nível de segurança alimentar dos agricultores familiares. Para tanto, utiliza-se a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), método de percepção e situação alimentar domiciliar, que serve para captar distintas dimensões da Insegurança Alimentar (IA), desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido. Foi aplicado diretamente a uma pessoa da família, responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário com questões fechadas (SEGALL-CORRÊA, 2007).

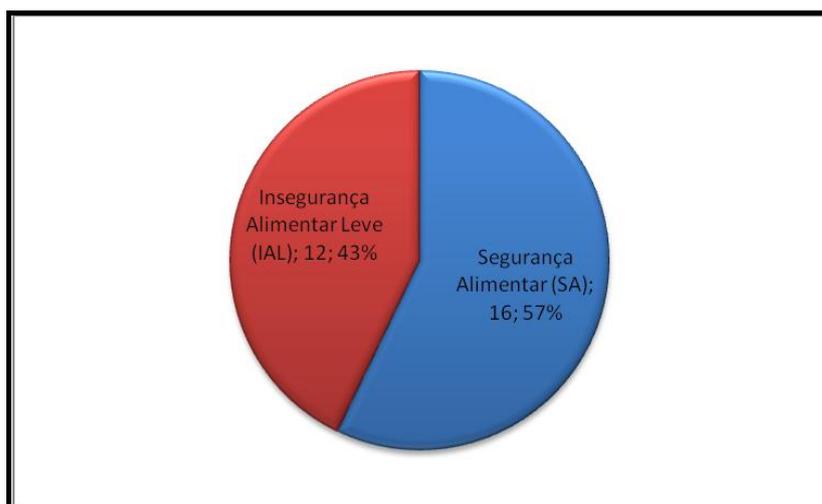
A EBIA dispõe de quinze perguntas, que conduzem à estimativa<sup>29</sup> de prevalência de segurança alimentar, classificando os domicílios (ou famílias beneficiárias) em quatro níveis: a) Segurança Alimentar, quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; b) Insegurança Alimentar Leve, quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, e, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; c) Insegurança Alimentar Moderada, quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas

---

<sup>29</sup> O Questionário que dá origem à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), bem como a referida estimativa da segurança alimentar, encontram-se em dois quadros explicativos no anexo deste trabalho.

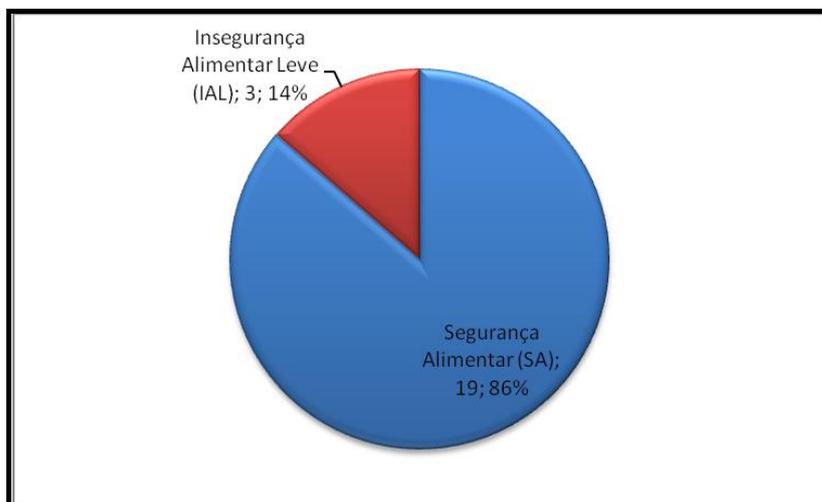
adultas; e d) Insegurança Alimentar Grave, quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como das crianças.

**Gráfico 24:** Itapuranga – Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013);

**Gráfico 25:** Silvânia – Questionamento: Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

O Gráfico 25 demonstra uma situação em que, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), as famílias beneficiárias do PAA em Silvânia reportam a duas

situações: Segurança Alimentar (SA), na qual não apresentam nenhuma restrição alimentar e nem incertezas quanto à alimentação futura, e Insegurança Alimentar Leve (IAL), em que, em suma, não há nenhum tipo de privação de alimentos, na ordem de 14% e 86% das famílias pesquisadas, respectivamente. Aspecto um pouco diferente foi percebido junto aos beneficiários do PAA em Itapuranga, que demonstraram Segurança Alimentar (SA) em 57% das amostras, e 43% de Insegurança Alimentar Leve (IAL).

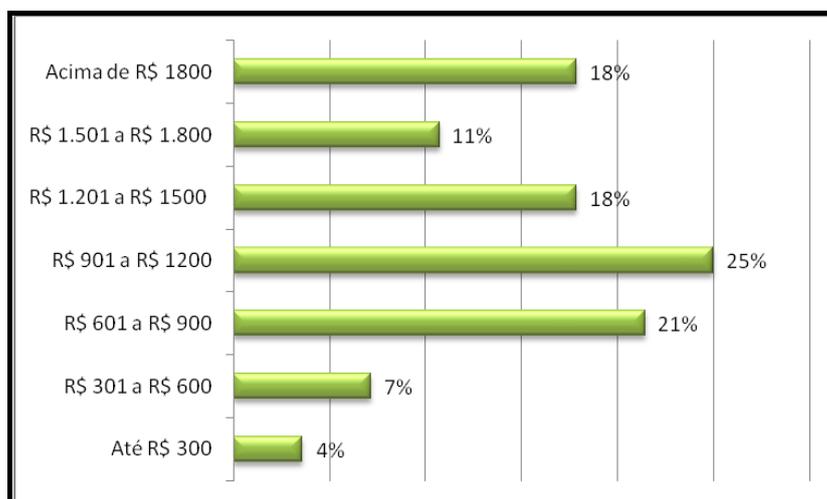
Analisando de forma mais detalhada os resultados encontrados nesta vertente, pode-se afirmar, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD 2004/2009), que residências em condição de Segurança Alimentar (SA) indicam uma situação na qual os moradores tiveram acesso aos alimentos em quantidade e qualidade adequadas e sequer se sentiram na iminência de sofrer qualquer restrição em um futuro próximo.

Os domicílios com Insegurança Alimentar Leve (IAL) são aqueles nos quais foi detectada alguma preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e nos quais há comprometimento da qualidade dos alimentos mediante estratégias que visam manter uma quantidade mínima disponível.

Portanto, é possível afirmar que os beneficiários do PAA em Silvânia se encontram em situação de segurança alimentar mais favorável que os beneficiários de Itapuranga. Mesmo que os resultados não conduzam a uma situação de fome efetiva, a incerteza quanto à alimentação no futuro é mais presente entre os beneficiários do PAA em Itapuranga. Como já discutido neste trabalho, a segurança alimentar tratada de maneira ampla ultrapassa a perspectiva objetiva da alimentação, podendo ser influenciada por outros indicadores, como segue.

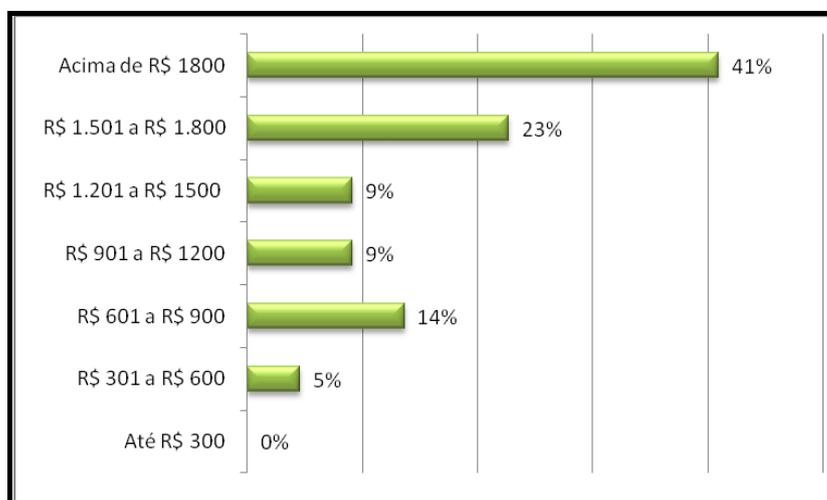
A segunda categoria elencada nesta análise é a Renda Agrícola, dada a importância atribuída a ela pelas diretrizes do PAA: “incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda” (artigo 19 da Lei nº 10.696/2003).

**Gráfico 26:** Itapuranga – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida mensalmente.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 27:** Itapuranga – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida mensalmente.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os Gráficos 26 e 27 permitem perceber que, em Itapuranga, a faixa de renda agrícola vai de R\$ 901 a R\$ 1200 (25% das famílias), seguida pelo patamar de renda agrícola que vai de R\$ 601 a R\$ 900 (21% das famílias). Em Silvânia, 41% das famílias ocupavam a faixa de

renda superior a R\$ 1800, seguido por 23% que ocupavam a faixa de renda que vai de R\$ 1501 a R\$ 1800.

A criação/ampliação desse tipo de renda (agrícola) é um fator fundamental para a sustentação econômica dos beneficiários. A existência do rendimento conseguido por atividades desenvolvidas na propriedade rural que satisfaça as necessidades do agricultor familiar é uma das razões de existência do próprio PAA. Neste caso, percebe-se uma clara diferença de patamares entre os beneficiários de Itapuranga e os beneficiários de Silvânia, indicando uma maior percepção de rendimentos agrícolas por parte dos últimos.

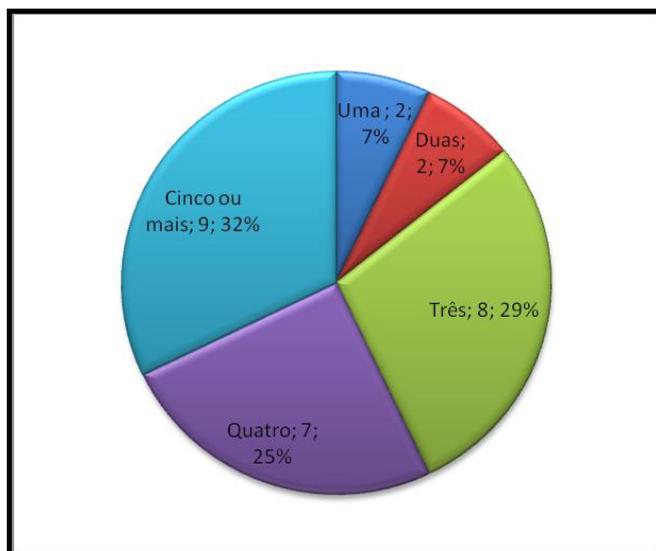
Existe um trabalho/projeto desenvolvido pela COOPERSIL, a partir de cursos e assistência técnica, que resultou na chancela dos alimentos como produtos orgânicos, representando um acréscimo de 30% no preço de tabela pago pelos produtos do PAA, de acordo com as regras do programa. Os produtos tidos como orgânicos também são vendidos a uma rede de hipermercados de Goiânia e Brasília, gerando renda agrícola adicional aos produtores.

Outro fator de interesse nesta pesquisa se refere à proteção social, tendo sido verificado que nenhuma família, dentre as beneficiárias do PAA em Silvânia, conta com auxílios como Bolsa Família, Renda Cidadã ou ajudas regulares de organizações comunitárias.

Em Itapuranga, seis (21%) famílias entrevistadas alegaram contar com auxílio direto do Programa Bolsa Família. Neste caso, pode-se inferir que a família possui uma renda agrícola insatisfatória, já que foi preciso acessar um programa que beneficia famílias de baixa renda, ou seja, continuam sendo beneficiárias do Bolsa Família mesmo após adesão ao PAA, que tem como um de seus objetivos o aumento da renda familiar.

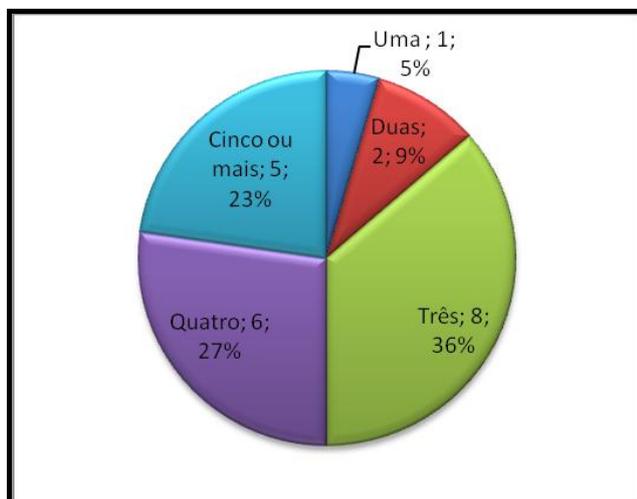
A próxima categoria de análise trata do perfil produtivo dos beneficiários, com recorte para o nível de diversificação da produção. Esse indicador reforça que a ideia de se diversificar a produção tangencia a criação de oportunidades de venda de produtos e, conseqüentemente, gera mais renda.

**Gráfico 28:** Itapuranga - Classificação das famílias beneficiárias segundo escalas de diversificação da produção.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 29:** Silvânia - Classificação das famílias beneficiárias segundo escalas de diversificação da produção.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

A maioria das famílias atestaram não trabalhar com o monocultivo, pois existe a preocupação com a garantia, dentro da própria parcela, da produção do maior número de alimentos que possa atender o mercado.

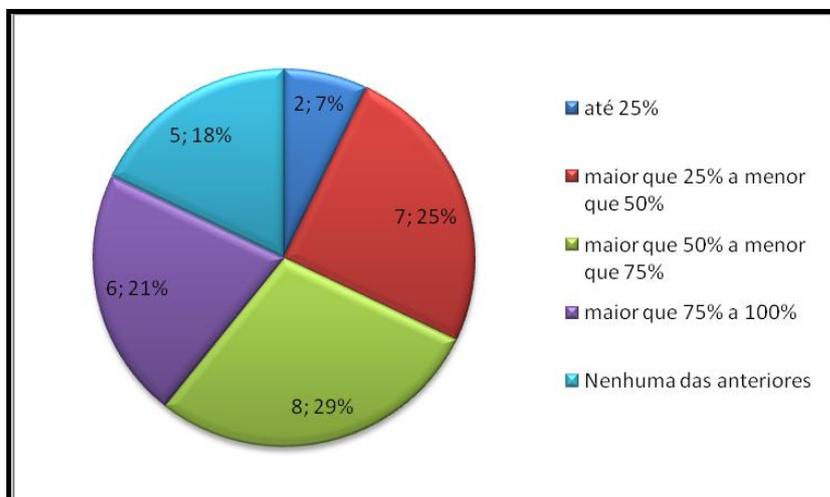
Foi encontrada uma maior diversificação produtiva em Itapuranga, onde afirmou-se, majoritariamente, que se possuía mais de cinco culturas para comercialização, na ordem de 32% das famílias visitadas, seguido pelas famílias que afirmaram possuir quatro culturas principais (25%) e por 29% que afirmaram possuir três culturas principais. Em Silvânia, foi encontrada uma maior parcela de famílias que possuíam apenas três culturas (36%), seguida por 27% que disseram ter quatro culturas principais e 23% com cinco ou mais culturas.

Nesse cenário, a diversificação produtiva não necessariamente significou maior renda agrícola, pois essa depende também de outros fatores, como o alcance de novos mercados para produtos diversificados. O fato de os produtores de Itapuranga terem produção mais diversificada pode, ao final, significar perda da escala de produção e, em um contexto de escoamento menor (se comparado à Silvânia), diminuir os ganhos.

A categoria de análise autoconsumo vem representada a seguir, pelos Gráficos 30 e 31, que demonstram a reunião de dados quanto à utilização da produção na propriedade para o consumo da própria família. Salienta-se que essa produção pode ser para comercialização ou não, fazendo jus a um dos objetivos do PAA: “incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar” (artigo 19 da Lei nº 10.696/2003).

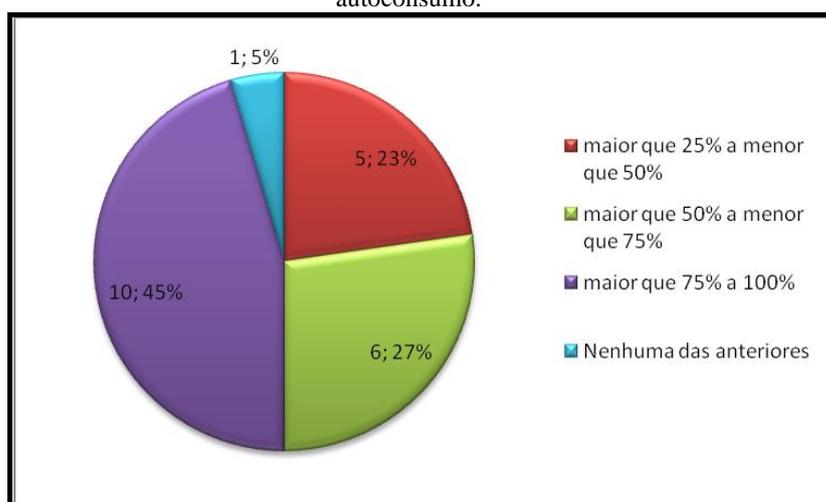
Para tanto, foram reunidos quatro grandes categorias de consumo: carnes, cereais, verduras/legumes e frutas. Os dados que se seguem são resultado da média realizada, considerando todas as categorias de consumo.

**Gráfico 30:** Itapuranga – Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de autoconsumo.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

**Gráfico 31:** Silvânia - Classificação das famílias beneficiárias de acordo como percentual de autoconsumo.



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Os beneficiários do PAA em Silvânia mostraram-se mais abastecidos nesse quesito. A faixa percentual que mais abarcou famílias, dez no total, perfazendo 45%, foi a em que, de toda a alimentação familiar, 75,1% a 100% provém de produtos oriundos da própria gleba, enquanto em Itapuranga esse percentual está entre 50,1% e 75% da mesma análise (contando oito famílias).

Esse quesito mostrou-se invariavelmente importante, uma vez que foi constatado, neste estudo, que as famílias que estrategicamente produziam para seu autoconsumo

(hortaliças, frutas, aves e suínos) apresentavam condições melhores de segurança alimentar. Assim, como demonstrado, os beneficiários do PAA em Silvânia apresentam menores níveis de insegurança alimentar. Em suma, pode-se extrair, dentre as finalidades do programa, as mais contundentes: promoção da segurança alimentar e nutricional, geração de renda aos agricultores familiares, bem como consumo e valorização de seus produtos encontram melhores patamares na experiência do PAA em Silvânia.

Os resultados aqui apresentados não pleiteiam a generalização de inefetividade ou, ainda, o desmerecimento da experiência do programa gerido pela COOPERAFI em Itapuranga, pois não se consegue separar o resultado que é específico e diz respeito à competência na implementação do programa do que é influenciado pelas condições sociais anteriores ao próprio programa.

É justamente nessa lacuna que residiu a intenção desta formulação: a política pública de segurança alimentar em questão, representada pelo PAA, obteve mais efetividade onde foi percebido capital social compatível com seus propósitos, arraigado em redes sociais já formadas.

Nos casos observados o PAA mostra-se uma pequena ação a fortalecer a Agricultura Familiar, pois a grande maioria das famílias têm seu sustento associado à existência de uma organização cooperativa previamente existente. No caso de Silvânia, por exemplo, com a venda de verduras da COOPERSIL ao Pão-de-açúcar, e, no caso de Itapuranga, a fabricação das polpas de fruta pela COOPERAFI. Ao fazer uma divisão bem simples, o PAA não chega a contemplar 20% das rendas declaradas pelos produtores de Silvânia ou 30% das rendas declaradas pelos produtores de Itapuranga.

Neste sentido, acredita-se poder testar, em pesquisas futuras, a hipótese de que o PAA é um programa que, por vezes, “chove no molhado”. Cria mercados, claro, porém seus propósitos iniciais, sobretudo o de segurança alimentar para o agricultor familiar, são quase irrelevantes onde já existe segurança alimentar proporcionada pelo arranjo cooperativo anterior ao programa. Dessa forma, o programa deveria atingir aqueles setores da sociedade que realmente estão em condições avançadas de insegurança alimentar, o que não foi constatado na maioria das entrevistas. Portanto, a política pública encontra distorções nas exigências institucionais.

Para Granovetter (1992), as instituições não surgem de forma automática, pois a atividade econômica envolve mobilização de recursos para a ação coletiva. Neste sentido, as instituições são concebidas por atores que tem suas ações facilitadas por recursos disponíveis, ou seja, pelo capital social em redes sociais já formadas.

Quando se cria uma condição institucional para sua implantação, neste caso ter de existir uma associação ou cooperativa constituída, os resultados encontrados seriam muito mais devidos ao capital social existente, que se transforma em maior ou menor coesão social, do que à ação governamental, por assim dizer. Desse modo, tais condições/restrições ao acesso criam um filtro que retira da pauta potenciais beneficiários, que estão em cenários de menor organização coletiva.

Nessa discussão sobre resultados pretendidos pelo programa, é muito forte a tendência de se chegar à conclusão de que no mínimo o público-alvo do PAA pode estar sendo erroneamente definido no âmbito institucional ou, ainda, que há uma falta de conexão entre os objetivos do programa e o que realmente se atinge, haja vista a sabida existência de agricultores que não contam com esse tipo de organização local (resultante do capital social), mas que carecem desse tipo de apoio governamental por estarem em condições de insegurança alimentar mais severas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal produto deste trabalho foi além de um acompanhamento de uma política pública representada por um programa específico, mas avançou para uma análise de redes sociais como instrumento de realimentação da própria política. Por estabelecer uma análise comparativa, foi necessária a exposição dos aspectos específicos da formação de redes sociais que envolvem beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Itapuranga e Silvânia.

Em Itapuranga, percebeu-se que o histórico, bem como as condições sociais, culminaram na criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga (COOPERAFI), que se estruturou sob uma rede centralizada em sua estrutura. Quanto ao foco de ação, a rede pode ser considerada como uma Rede de Compromisso Social, pois tem como fio condutor de suas ações questões sociais ou segregações de agricultores familiares ao longo da história.

Em Silvânia, a rede social foi estruturada sob o tipo descentralizada, quando existem camadas intermediárias de contato entre um ator central. Neste caso, as camadas são as associações de agricultores que se conectam à Central de Associações/Cooperativa. Foi constatada que essa formatação deriva de um projeto governamental que conduziu à constituição de representações locais para promoção de uma política de crédito junto aos produtores rurais na década de 1980.

Ao ser implantado em cada município, o PAA entra em contato com as redes já formadas, uma exigência institucional para que se tenha uma representação de produtores (associação ou cooperativa), que operacionalizará o programa em cada localidade. O PAA, neste caso, se vale da rede já formada para a escolha de seus beneficiários, criando uma “sub-rede” institucional dentro da rede formada anteriormente.

O programa recebe potencializações na implantação e nos resultados a depender de sua coesão social, que pode variar de acordo com a presença de elementos de capital social gerados historicamente e refletidos na rede social formada pela cooperativa. A partir dessa hipótese, foi dado início a uma análise de resultados, passando por categorias de análises comparativas de coesão social e efetividades do PAA em Silvânia e Itapuranga.

Quanto à coesão social do PAA, foram percebidas situações mais favoráveis ao programa no município de Silvânia em relação à Itapuranga, amparadas nos seguintes

resultados: a) a presença de um maior nível de reciprocidade dos beneficiários de Silvânia em relação à regularidade ou adesão primária conduz a essa conclusão; b) a confiança revelada na maior adesão proporcional de agricultores da região ao PAA, que, por sua vez, pode ser gerada a partir de mais informações compartilhadas sobre o programa; c) maior incidência de normas e valores compartilhados, que, por sua vez, reduzem os entraves do programa.

Em relação às efetividades do PAA, foram tomados indicadores pautados nos objetivos formais do programa: a) segurança alimentar: os produtores de Silvânia apresentaram menores níveis de insegurança alimentar ao serem considerados os resultados da EBIA (Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar); b) renda agrícola: a renda agrícola percebida pelos produtores beneficiários ligados à COOPERSIL foi proporcionalmente superior à renda agrícola dos produtores da COOPERAFI; c) diversificação da produção: ademais de possuírem produção mais diversificada, os produtores rurais de Itapuranga não apresentaram rendimentos superiores, sendo a perda da escala de produção a partir do aperfeiçoamento um indício a ser observado; d) o percentual de autoconsumo das famílias beneficiárias em Silvânia foi maior do que o percentual constatado em Itapuranga, fator importante para determinar condições de segurança alimentar.

Diante dos resultados, é possível afirmar que as funcionalidades do programa ganham contornos nas redes locais. A coesão social do PAA em cada localidade mostra fortes indícios de que a efetividade social da política pública foi influenciada pela tipologia da rede formada quanto à estrutura e ao foco de atuação que são heranças do capital social.

O PAA não forma uma nova rede social, mas apenas se apropria dos recursos existentes na rede já formada, havendo uma institucionalização das ações a atribuir competências. Os resultados consubstanciados em Silvânia dão norte à conclusão de que os resultados foram afetados pelas características dos atores e pela qualidade de seus relacionamentos, assim como discutido.

Os resultados apontam para uma situação distorcida dos propósitos do programa; *a priori*, o que se pretende é atender agricultores segregados pela não inserção em um mercado. Quando à existência de uma rede de produtores rurais representados por uma cooperativa se tornar condição para a implantação do programa, é possível que se atinja um público em situação econômica/social imediatamente superior ao pretendido.

Portanto, o exemplo de Itapuranga e Silvânia, apesar de diferentes, implicam em situação relativamente favorável quando comparada à situação de agricultores que não contam com uma associação ou cooperativa de apoio. Em ambos os municípios, o PAA foi considerado pelos beneficiários apenas como um apoio aos seus rendimentos, mas

obviamente que isso não desmerece os resultados em diminuição das condições de insegurança alimentar.

É óbvio que no conflituoso cenário que envolve a situação da agricultura familiar no Brasil – não só influenciado por preceitos econômicos, mas também por questões sociais, políticas e jurídicas –, faz-se importante a execução de projetos e estudos que visem avaliar e aprimorar a articulação e os diálogos entre os programas e os atores/instituições, considerando as especificidades do público e do ambiente de implantação.

Isso justifica a proposição de uma agenda de pesquisa na qual os resultados poderão apontar para um processo contínuo de observação de um programa, abrindo leques de análises para questões que não necessariamente estão definidas nos planos governamentais, mas que influenciam contundentemente os resultados de sua ação.

Nestes casos especificamente, acredita-se ser possível, em momento oportuno, testar a hipótese de que o PAA é um programa que por vezes “chove no molhado”. Cria mercados, claro, porém, seus propósitos iniciais, sobretudo de segurança alimentar ao agricultor familiar, são quase irrelevantes onde já existe segurança alimentar proporcionada pelo arranjo cooperativo anterior ao programa.

Quando se cria uma condição institucional para sua implantação – como o ter de existir uma associação ou cooperativa atuante –, os resultados encontrados seriam muito mais devidos ao capital social existente, que se transforma em maior ou menor coesão social, do que à ação governamental.

Nessa discussão sobre resultados pretendidos pelo programa, é muito forte a tendência de se chegar à conclusão de que no mínimo o público-alvo do PAA pode estar sendo erroneamente definido no âmbito institucional ou, ainda, que há uma falta de conexão entre os objetivos do programa e o que realmente se atinge, haja vista a sabida existência de agricultores que não contam com esse tipo de organização local (resultante do capital social), mas que carecem desse tipo de apoio governamental por estarem em condições de insegurança alimentar mais severas.

**[RVS1] Comentário:** Cuidado, esta parte é igualzinha a última do capítulo 4, tanto que copieie e coleie a revisão aqui...

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.

ALMEIDA, L. M. M. C. *Avaliação da eficácia dos Programas de Segurança Alimentar e do nível de coesão social das redes formadas: análise comparativa entre municípios brasileiros de Araraquara-SP e Goiânia-GO*. Goiânia: UFG, 2009. Projeto de Pesquisa apresentado ao MCT/CNPQ.

ALMEIDA, L. M. M. C. *et al.* Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para a construção de indicadores de eficácia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2006.

BARAN, P. *Introduction to distributed communications networks, RM-3420-PR*. August 1964. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_memoranda/2006/RM3420.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_memoranda/2006/RM3420.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BELIK, Walter. Políticas de seguridad alimentaria para las áreas urbanas. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BERTUOL, R. *A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins*. Palmas, 2012.

BLOCO DA AGRICULTURA FAMILIAR. *Capacitação em Itapuranga*, 2014. Disponível em: <http://grupoagriculturafamiliar.blogspot.com.br/2012/03/capacitacao-em-itapuranga-capacitaruma.html>. Acesso em: 3 ago. 2014

BONNAL, P.; ZOBY, J. L. F. Pesquisa-desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: caso do projeto Silvânia. *Seminário Proclitropicos*, Brasília – DF, 1994.

BORGES, H. C. *História de Silvânia*. Goiânia: Cerne, 1981.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Le capital social: notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, 1980. Disponível em: < [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss\\_0335-5322\\_1980\\_num\\_31\\_1\\_2069](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. *Campesinato Goiano*. Goiânia: UFG, 1986. (Coleção Documentos Goianos)

BRASIL. *Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946*. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1946.

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. *Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012*. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento territorial*. 2009. Disponível em: <[www.mda.gov.br/saf/arquivos/1602516123.pdf](http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1602516123.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2012. Não paginado.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programas*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/>>. Acesso em: 2 jul. 2009

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Coesão social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe: Síntese*. Santiago do Chile: ONU; CEPAL, 2007. Disponível em: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2834/S2007451\\_pt.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2834/S2007451_pt.pdf?sequence=1) . Acesso em: 15 ago. 2014.

CHAN, J. *et al.* Reconsidering social cohesion: developing a definition and analytical framework for empirical. *Social Indicators Research*, v. 75, issue 2, p. 273-302, 2006. Disponível em: <http://www.nisd.cass.cn/upload/2012/12/d20121221230825066.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, 94 (Supplement), 1988. Disponível em: <http://courseweb.lis.illinois.edu/~katewill/for-ina/readings/coleman%201988%20social%20capital.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2013.

COOPERAFI. *Estatuto da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga*. Publicação on-line mensagem pessoal. Mensagem recebida por jurrodri@gmail.com, em 30 jun. 2014.

COOPERSIL. *Estatuto da Cooperativa de Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia*. Publicação on-line mensagem pessoal. Mensagem recebida por lara.wom@hotmail.com, em 19 ago. 2014.

COSTA, J. S. *et al.* Análise espacial da agricultura familiar conforme os condicionantes geomorfológicos nos municípios de Silvânia e Passa Quatro (GO). *Espaço & Geografia*, v. 5, n. 1. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

DELGADO, G. *et al.* Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. *Texto para discussão* n. 1145. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1145.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf). Acesso em: 11 nov. 2013.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EASTON, D. *Uma teoria da análise política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FIALHO, J. *et al.* Aspectos teóricos da análise de redes sociais. In: FIALHO, J. *et al.* (Coord.). *Iniciação à análise de redes sociais*. Casal de Cambra: Ed. Caleidoscópio, 2013.

FOME ZERO. *Principais ações implementadas pelo Programa Fome Zero: Balanço de 2003*. Expo Fome Zero. São Paulo, 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. *O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/464.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2013.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, issue 3, 1985. Disponível em: <http://glennschool.osu.edu/faculty/brown/home/org%20theory/readings/granovetter1985.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. Mimeo, Paris, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4194749?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105324032203>. Acesso em: 8 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, 1973. Disponível em: <http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/>. Acesso em: 8 dez. 2013.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

JORNAL ORIZONA EM FOCO. Modelo de Gestão da Coopersil atrai delegações de visitantes. 2011. **Disponível em:** <http://orizonaemfoco.blogspot.com.br/2011/06/modelo-de-gestao-da-coopersil-atrai.html>. Acesso em: 12 ago. 2014.

IANNI, O. *Teorias da estratificação social*. São Paulo: Nacional, 1978.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. *Revista de Administração Pública*, v. 33, n. 5, 1999.

KAY, A. Social capital, the social economy and community development. *Community Development Journal*, v. 41, n. 2, 2006. Disponível em: <http://cdj.oxfordjournals.org/content/41/2/160.full>. Acesso em: 7 fev. 2014.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 69, 1999. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/4/19254/kliksbergesp.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2013. Acesso em: 11 jun. 2013.

LASSWELL, H. D. La orientación hacia las políticas. In: AGUILARVILLANUEVA, L. F. *El estudio de las políticas públicas*. México: Miguel Ángel Porrúa librero-editor, 1996. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/46224286/1-Laswell-Orientacion-Politicas>. Acesso em: 3 jul. 2014.

LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEVINE, D. M. *et al.* Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LINDBLOM, C. E. *O processo de decisão política*. Brasília: EDUnB, 1981.

LUNARDI, V. L. *As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MACHADO, T. *Fotografias da Feira do Produtor Rural - Itapuranga/Go*, 2012. Acesso em: 22 abr. 2014.

MARIN, J. O. B. A transição agroecológica na cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga (COOPERAFI), Goiás. In: *Experiências interdisciplinares para a construção de conhecimentos solidários*. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS. *História das Ligas Camponesas*, 2014. Disponível em: [http://www.ligascamponesas.org.br/?page\\_id=99](http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99). Acesso em: 17 dez. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Cartilha de orientação do PRONAF-2011/2012*: MDA/SAF, 2013. Disponível em: [portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/4094193](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/4094193). Acesso em: 10 mar. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano de Desenvolvimento Sustentável Vale / Rio Vermelho*. 2006. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio067.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio067.pdf)>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Estrada de Ferro - Goiás*. 2006. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio046.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio046.pdf)>. Acesso em: 5 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Programa de Aquisição de Alimentos*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Serviços Públicos - DAP*. Disponível em: <<http://www.servicos.gov.br/repositorioServico/emissao-da-declaracao-de-aptidao-da-agricultura-familiar-dap>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Banco de dados*. 2010. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/territoriosrurais/valedoriovermelhogo>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

NATIONAL ECONOMIC AND SOCIAL FORUM. *The policy implications of social capital*. Dublin, 2003. 157 p. (Forum report, n. 28). Disponível em: <[http://www.drugsandalcohol.ie/5696/1/NESF\\_No-28-Social-Capital.pdf](http://www.drugsandalcohol.ie/5696/1/NESF_No-28-Social-Capital.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

ORGANISISNET. *Manual de certificação de produtos orgânicos*. 2014. Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao>. Acesso em: 3 jan. de 2014.

PAULILLO *et al.* *Eficiência e coesão social do Projeto Vivaleite do Governo do Estado de São Paulo* (TD-n.14/2009). Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=11546>. Acesso em: 21 jun. 2014.

PAULILLO, L. F. O.; ALMEIDA, L. M. M. C. Gestão de redes de políticas públicas locais de segurança alimentar: uma análise comparativa dos municípios de Campinas, Araraquara e Catanduva. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 18, n. 4, 2011.

PAULILLO, L. F. O.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização: In: PAULILLO, L. F. *et. al. Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: Edufscar, 2002.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone*. The collapse and revival of american community. New York: Simon e Schuster, 2000.

\_\_\_\_\_. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RENNÓ, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. VII, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, nº 21, p. 71-82, nov. 2003.

RUA, M. G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Salvador: UFBA, 1997.

RUCKERT, A. A.; RAMBO, A. G. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. *Confins- online*, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6370#quotation>>. Acesso em: 3 ago. 2013.

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* Validación de instrumento de medida de la inseguridad alimentaria y hambre, en el contexto de las políticas brasileñas de combate el hambre. *Perspectivas en nutrición humana*, v. 2, 2007

SAMPAIO, M. F. A. *et al.* (In)segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. In: *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA, v. 13, n. 1, 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: FDUSP, 2003.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *Políticas públicas; coletânea*. Brasília: ENAP, 2006.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011.

SILVA, V. M. *Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta - 1956-1990*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UnB, Brasília, 2007.

SIMON, H. A. *Administrative behavior*. New York: Macmillan, 1947 Disponível em: <http://jespersimonsen.dk/Downloads/Simon-introduction.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2014.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOJO, A. *Cohesión social: inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe*. Santiago del Chile: CEPAL, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006.

SPERRY, S. *et al. A organização dos pequenos agricultores de Silvânia - GO: origem, estrutura e impactos sociais*. Brasília: EMBRAPA-CPAC; Documentos, 1997.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. New York: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ZORBY, J. L. F. *et al. Transferência de tecnologia, agricultura familiar e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Silvânia*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I – PARÂMETROS PARA CÁLCULO DAS AMOSTRAS PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Fórmula para cálculo amostral:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Fonte: Adaptado de LEVINE *et al.* (2000, p. 175).

Onde:

- n = Número de indivíduos na amostra.
- $Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado, expresso na fórmula em número de desvios-padrão.
- p = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que se quer estudar
- q = Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria que se quer estudar.
- E = Margem de erro máxima de estimativa.

De acordo com Levine *et al.* (2000), quando as proporções populacionais de indivíduos que pertencem às categorias e de indivíduos que não pertencem forem desconhecidas, isso pode acontecer devido à extensão do questionário aplicado e as diversas possibilidades de combinação de resultados, algo comum para pesquisas em ciências sociais, substitui-se as variáveis “p” e “q” por 0,5.

## APÊNDICE II – QUESTIONÁRIOS APLICADOS EM PESQUISA DE CAMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

### QUESTIONÁRIO

Pesquisa do perfil socioeconômico e sócio-demográfico Agricultores Familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

Nº do questionário

Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Local/Data da entrevista: \_\_\_\_\_

\*É beneficiário do PAA?

- Sim.  
 Não .

- Quando ingressou no programa?

### Módulo I- INFORMAÇÕES GERAIS DO DOMICÍLIO

1. Qual é o seu ENDEREÇO? Tipo de logradouro  (Rodovia; Av; R; Pç; Tv)

Nome do logradouro|\_\_\_\_\_

Nº do logradouro |\_\_\_\_\_

Bairro |\_\_\_\_\_

CEP |\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone residencial |\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Celular |\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

3. A sua casa é:

- 1( ) Própria, já paga      2( ) Própria, ainda pagando      5( ) Outra condição

4. Quantos cômodos têm na sua casa? \_\_\_\_\_ cômodos.

5. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:

- 1( ) Rede geral de distribuição      2( ) Poço ou nascente      3( ) Caminhão Pipa  
 4( ) Outro

7. Existe banheiro/privada na sua casa?

- 1( ) Não      2( ) Sim (fora da casa)      3( ) Sim (dentro da casa)

8. Qual o destino dado ao lixo do domicílio? (poderá ser assinalada mais de uma opção)

- 1( ) Coletado pela prefeitura  
 2( ) Queimado ou enterrado na propriedade

3( ) Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa

4( ) Jogado no córrego, rio, lago ou mar

**9. Qual o tipo de esgoto sanitário que há na casa?**

1( ) Rede coletora de esgoto

2( ) Fossa

3( ) Vala

4( ) Direto para o rio, lago ou mar

**10. Você tem fornecimento de energia elétrica (luz) em casa?**

1( ) Sim, relógio próprio 2( ) Relógio compartilhado 3( ) Sem relógio 4( ) Não tem energia elétrica 5( ) Outra

**Módulo II: CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME**

**Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)**

**Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:**

\_\_\_\_\_

Agora vou ler para a (o) Sra. (Sr.) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que a (o) Sra. (Sr.) responda todas elas.

***EM TODOS OS QUESITOS, O ENTREVISTADOR DEVE REFERIR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA ORIENTAR***

**1. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse condição de comprar mais comida?**

1( ) Sim

2( ) Não

3( ) Não sabe ou recusa responder

**2. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais ?**

1( ) Sim

2( ) Não

3( ) Não sabe ou recusa responder

**3. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?**

1( ) Sim

2( ) Não

3( ) Não sabe ou recusa responder

***OS QUESITOS 4 A 6 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU***

**4. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou ?**

1( ) Sim

2( ) Não

3( ) Não sabe ou recusa responder

**5. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pôde oferecer a algum morador com menos de 18 anos uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?**

1( ) Sim

2( ) Não

3( ) Não sabe ou recusa responder

**6. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?**

1( ) Sim

2( ) Não

3( ) Não sabe ou recusa responder

**7. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida ?**



		M/F	a/m	1. Branco 2. Negra/Preta 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena	1. Chefe do domicílio 2. Esposo(a)/companheiro(a) 3. Filho(a)/enteado(a) 4. Pai, mãe, sogro(a) 5. Irmão(ã) 6. Outro parente 7. Agregado(a)
<b>BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA</b>					
<b>01</b>					
<b>02</b>					
<b>03</b>					
<b>04</b>					
<b>05</b>					
<b>06</b>					
<b>07</b>					
<b>08</b>					
<b>09</b>					
<b>10</b>					

### 3. Quadro de CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS – ESCOLARIDADE E TRABALHO

	<b>Freqüente na creche ou escola?</b>	(se freqüente na creche ou escola) <b>Qual o nível que freqüenta?</b>	<b>Qual série freqüentando?</b>	(se não freqüente) <b>Até que série estudou e completou?</b>	<b>Qual é a condição de escolaridade e ocupação? Qual será assinalada (marcar mais de uma opção)</b>	(apenas para áreas RURAIS) <b>Qual será a condição de criação?</b>
	1. Não 2. Sim, pública 3. Sim, privada	1. Creche 2. Pré-escola 3. Ensino Fundamental 4. Ensino Médio 5. Supletivo do E. Fundamental 6. Supletivo do E. Médio 7. Pré-vestibular 8. Superior 9. Mestrado/Doutorado 10. Não sabe	1. Primeira 2. Segunda 3. Terceira 4. Quarta 5. Quinta 6. Sexta 7. Sétima 8. Oitava 9. NA	1. Sem escolaridade 2. Não sabe ler e escrever 3. Sabe ler e escrever 4. Fundamental (1ª a 4ª série) 5. Fundamental (5ª a 9ª série) 6. Ensino Médio Incompleto 7. Ensino Médio Completo 8. Superior Incompleto 9. Superior Completo 10. Não sabe	1. Empregado permanente, sem contar o trabalho na propriedade 2. Empregado temporário 3. Conta própria 4. Empregador 5. Trabalhador não remunerado (para membros da família) 6. Aposentado 7. Pensionista 8. Procura emprego 9. Estudante 10. Dona de casa 11. Não se aplica	1. Não 2. Sim, o dia todo 3. Sim, parte do dia 4. Sim, parte da semana 5. Sim, no fim de semana 6. Sim, somente a safra 7. Não se aplica
<b>01</b>						
<b>02</b>						
<b>03</b>						
<b>04</b>						
<b>05</b>						
<b>06</b>						
<b>07</b>						

08						
09						
10						

#### 4. Quadro de CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM PESSOAS MENORES DE 18 ANOS

	(Somente para menores de 4 anos) <b>A escola/creche recebe alguma refeição?</b>  1.Não 2.Sim, 1 vez/dia 3.Sim, 2 vezes/dia 4.Sim, mas não come porque não gosta	<b>O transporte escolar é gratuito?</b>  1.Não 2.Sim	(Somente para crianças de 24 meses) <b>Criança mama no peito?</b>  1.Não 2.Sim	(Somente para menores de 24 meses) <b>Além do leite materno a criança toma água, suco, outro leite ou come algum alimento?</b>  1.Não 2.Sim	<b>Alguma criança menor de 14 anos tem um trabalho fora de casa?</b>  1.Não 2.Sim, não remunerado 3.Sim, com algum tipo de remuneração
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					

#### Módulo IV- REDES DE COOPERAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

1. Os moradores deste domicílio recebem ajuda, em forma de alimento, de alguma instituição ou de alguma pessoa não moradora da casa para sua alimentação?

1( ) Sim                    2( ) Não (pular para 3)                    3( ) Não sabe/não responde (pular para 3)

2. Que tipo de ajuda? LEIA TODAS AS OPÇÕES, IDENTIFIQUE QUANTIDADE, FREQUÊNCIA E DOADOR

TIPO	A quantidade é:	DOADOR
	1. Regular 2. Esporádica	1. Governo 2. Familiares 3. Amigos 4. Igreja 5. Empregador de algum morador 6. Feira livre (sobras) 7. Restaurantes/padaria/lanchonete 8. Outros

1 Cesta básica		
2 Leite em pó/caixinha/saquinho		
3. Vegetais e frutas		
4 Outros alimentos		
5 Refeições prontas		

**3. Nestes últimos 6 meses, algum morador deste domicílio recebeu ajuda em dinheiro?**

- 1( ) Sim, Bolsa Família  
 2( ) Sim, do PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)  
 3( ) Sim, Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos  
 4( ) Sim, Programa Estadual  
 5( ) Sim, Programa Municipal  
 6( ) Sim, de parentes, amigos ou organizações comunitárias.  
 7( ) Não (passe ao Módulo 7)  
 8( ) Não sabe (passe ao Módulo 7)

**4. Desde quando sua família recebe essa ajuda?**

Período	Bolsa Família	PET*	Programas de SAN	Outros Programas**
1. Anterior a janeiro de 2011				
2. Entre janeiro e junho de 2011				
3. Entre julho e dezembro de 2011				
4. A partir de janeiro de 2012				
5. Não sabe/não responde				

\*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

\*\*Anotar programas que sejam sistemáticos, como: Programas estaduais, municipais, de Organizações Não Governamentais ou de Igrejas. Não anotar auxílios esporádicos.

**5 – Participe de alguma organização comunitária, associações, cooperativas ou reuniões com ações conjuntas a outros beneficiários? Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar.**

Tipo de Organização ou Grupo	Nome da Organização ou Grupo	Quantidade de membros lieres que participam do grupo
Grupo ou cooperativa agrícola/ de pescadores		
Grupos de outros tipos de produção		
Associação de comerciantes ou de os		
Associação profissional (de médicos, sores, veteranos)		
Sindicato dos comerciantes ou dos adores		
Comitê do(a) bairro/localidade		
Grupo religioso ou espiritual (ex. mesquita, templo, grupo religioso informal, de estudo religioso)		
Grupo ou movimento político		
Grupo ou associação cultural (ex. arte, a, teatro, cinema )		
Sociedade organizadora de festivais (festival /)		
Grupo financeiro, de crédito ou de nça		
Grupo educacional (ex. Associação de professores, comitê escolar)		
Grupo de saúde		
Grupo de gerenciamento de resíduos		
Grupo esportivo		
Grupo de jovens		
ONG ou grupo cívico (ex. Rotary Cruz Vermelha)		

Grupo baseado na comunidade étnica		
Outros grupos		

### **Módulo V- CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA DA FAMÍLIA**

1. Preencha o quadro abaixo com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas (utilize a coluna Renda principal). Especifique sempre que existirem segundo e terceiro trabalhos na coluna outro trabalho.

N° de ordem	Nome	Rendimento Mensal em R\$	
		Renda principal	Outro trabalho
01	_____ (chefe do domicílio)		
02			
03			
04			
05			

2. Ao adquirir os alimentos para o consumo da família, como são feitos os pagamentos desta compra? (pode haver mais de uma opção)

- 1( ) Pagamento à vista      2( ) Pagamento a prazo (prestações/cheque pré-datado)  
 3( ) Sistema de cadernetas      4( ) Com o trabalho  
 5( ) Outros      6( ) Não sabe/não responde

3. Os moradores deste domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

- 1( ) Sim      2( ) Não (passe ao Módulo 8)      3( ) Não sabe/não responde

4. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de alimentação durante o mês?

- R\$ \_\_\_\_\_      1( ) Não sabe/não responde

5. Em sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1( ) Muita dificuldade      2( ) Dificuldade      3( ) Alguma dificuldade  
 4( ) Alguma facilidade      5( ) Facilidade      6( ) Muita facilidade  
 7( ) Não sabe/não responde

### **6- Produção Agrícola - 2009**

Cultura	Área (ha)	Produção/mês	Renda (R\$)
-		-	-
-		-	-
-		-	-
-		-	-
-		-	-
-		-	-
-		-	-
-		-	-

### **Produção Pecuária e Pequenos animais - 2009**

Criação / Atividade	Quantidade	Produção/ano	Renda (R\$)

**7- Auto- consumo****-Qual o percentual da alimentação é preenchido com produtos oriundos da propriedade?****Arroz, feijão e outros cereais**

	até 25%
	maior que 25% a menor que 50%
	maior que 50% a menor que 75%
	maior que 75% a 100%
	Nenhuma das anteriores

**Carnes**

	até 25%
	maior que 25% a menor que 50%
	maior que 50% a menor que 75%
	maior que 75% a 100%
	Nenhuma das anteriores

**Horticultura**

	até 25%
	maior que 25% a menor que 50%
	maior que 50% a menor que 75%
	maior que 75% a 100%
	Nenhuma das anteriores

**Frutas**

	até 25%
	maior que 25% a menor que 50%
	maior que 50% a menor que 75%
	maior que 75% a 100%
	Nenhuma das anteriores

**9 – Acesso à Crédito**

Recurso	Liberado		Valor R\$
	Sim	Não	
PRONAF-A			
PRONAF-A/C1			
PRONAF-A/C 2			
PRONAF-A/C 3			
Outros			

**-O recurso é/foi suficiente para a realização do pretendido, em que percentual?**

	até 25%
	maior que 25% a menor que 50%
	maior que 50% a menor que 75%
	maior que 75% a 100%
	Nenhuma das anteriores



**Módulo VI- INTEGRAÇÃO E PERCEPÇÕES DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA**

**1 – Origem e histórico dos agricultores:**

Mora na localidade há quanto	Anos: (ou) data:
Há quanto tempo é agricultor?	Anos: (ou) data:
Há quanto tempo trabalha na zona rural?	Anos: (ou) data:
Qual foi sua principal ocupação antes?	( ) empregado em fazenda ( ) diarista ( ) arrendatário ( ) meeiro ( ) agricultor proprietário ( ) parceiro ( ) nenhuma
Já teve outras ocupações a não ser o trabalho na zona rural anteriormente?	*Se sim, em que ramo era?
( ) Sim ( ) Não	( ) Comércio ( ) Indústria ( ) Órgão Público ( ) Construção civil ( ) Serviços ( ) Outro Qual?
- O PAA foi um incentivo ao retorno à produção agrícola a você ou à alguém de sua família? ( ) Sim ( ) Não	

**Acesso ao Programa:**

É beneficiário do PRONAF?	( ) Sim	( ) Não	Se sim, qual a linha de classificação no programa?
			( ) A    ( ) B    ( ) C    ( ) D

<b>Participou do PAA nos anos anteriores? Qual modalidade?:</b>
CAAF ( ) CAEAF- Formação de estoque ( ) CAEAF- Doação Simultânea ( ) CDAF ( ) CDLAF ( )

**1. Acessou de forma regular o PAA nos últimos 3 anos?**

- 1( ) Sim;  
2( ) Não;  
3( ) Apenas no último ano.

**2. Você entendeu todo o PAA?**

- 1( ) Bem;  
 2( ) Mais ou menos;  
 3( ) Pouco.

**3. Você conhece todas as modalidades do PAA?**

- 1( ) Sim;  
 2( ) Não.

**4. Qual a principal dificuldade para participar do PAA?**

- 1( ) Documentação;  
 2( ) Qualidade dos produtos;  
 3( ) Quantidade produzida;  
 4( ) Cumprir o cronograma de entrega;  
 5( ) Outros. Qual? \_\_\_\_\_.

**5. O que acha que pode ser feito para melhorar o PAA?**

\_\_\_\_\_.

**6. Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA e não participaram? Quais foram os motivos?**

- 1( ) Muito complicado;  
 2( ) Faltaram documentos;  
 3( ) Não eram da associação dos agricultores;  
 4( ) Não acreditaram no programa;  
 5( ) Outros. Qual? \_\_\_\_\_.

**7. Existe um conselho municipal (grupo de pessoas) responsável pelo acompanhamento do programa?**

- 1( ) Sim;  
 2( ) Não.

**8. Você sabe o que o conselho faz?**

- 1( ) Sim;  
 2( ) Não.

**Produção e comercialização a partir do programa:**

**9. Passaram a produzir novos produtos?**

- 1( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_.  
 2( ) Não.

**10. Aumentaram a quantidade produzida?**

- 1( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_.  
 2( ) Não.

**11. Passaram a planejar a produção para entregar com maior frequência (regularidade)?**

- 1( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_.  
 2( ) Não.

**12. Usaram mais: (1 – Sim; 2 – Não)**

- ( ) Tecnologia;  
 ( ) Assistência Técnica;  
 ( ) Adubos;  
 ( ) Máquina/Implementos;  
 ( ) Agricultura Orgânica;  
 ( ) Outros.

**13. Deixou de comer (consumir algum produto) para vender para o PAA?**

- 1( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_.  
 2( ) Não.



---

---

---

---

---

---

## **ANEXOS**

## ANEXO I - CÓPIA DO PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA PESQUISA - COMITÊ DE ÉTICA DA PRPPG - UFG



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Goiânia, 01 de abril de 2013.

**PARECER CONSUBSTANCIADO**  
*Protocolo nº Nº:001/2013*

**I – Identificação**

- Título do projeto: **EFICÁCIA, EFETIVIDADES E COESÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAMPO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE TERRITÓRIOS RURAIS**
- Pesquisador Responsável: Leandro de Lima Santos
- Orientador (quando necessário): Denise Paiva Ferreira
- Pesquisadores participantes: Não se aplica
- Instituição onde será realizado o estudo: Faculdade de Ciências Sociais/UFG
- Data de apresentação ao CEP/UFG: 07 de janeiro de 2013.
- Área Temática: Grupo III

Comentários do relator frente à Resolução CNS 196/96 e complementares em particular sobre:

**II – Estrutura do Protocolo** (verificação dos documentos solicitados)

Foi apresentada adequadamente a Folha de Rosto CEP/UFG; Folha de Rosto CONEP, com assinatura do responsável da pesquisa e do responsável pela instituição e termo de compromisso, o Projeto de Pesquisa completo;

**III – Projeto de pesquisa**

- Descrição sucinta das justificativas e objetivos do projeto;

O presente projeto é um desdobramento do trabalho desenvolvido no Mestrado em Agronegócios da Universidade Federal de Goiás na Linha de pesquisa em Agricultura Familiar e Agronegócios, com início em 2009, que contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPEG/CNPq).

*Comitê de Ética em Pesquisa/CEP*  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1,  
Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.  
Email: cep.prppg.ufg@gmail.com

14 RS

## ANEXO II – QUESTIONÁRIO – ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

Quadro - Questionário - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

1	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve preocupação que a comida acabasse antes que pudesse comprar mais comida?
2	Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais?
3	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pode oferecer a(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, uma alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
6	Nos últimos 3 meses, a(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, não comeu (comeram) quantidade suficiente porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
7	Nos últimos 3 meses, a(o) senhora (sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pularam refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?
8	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
9	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) sentiu fome mas não comeu porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
10	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra. (Sr.) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
11	Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?
12	Nos últimos 3 meses, a (o) Sra.(Sr.) alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de sua(s) criança(s)/adolescente(s) menores de 18 anos, porque não tinha dinheiro suficiente para comprar a comida?
13	Nos últimos 3 meses, alguma(s) vez a(o) Sra.(Sr.) teve que deixar de fazer uma refeição da(s) sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, teve(tiveram) fome mas a(o) Sra.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida?
15	Nos últimos 3 meses, sua(s) criança(s)/adolescente(s), menores de 18 anos, ficou(ficaram) sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar a comida?

Fonte: SEGALL-CORRÊA e LEON (2009).

### ANEXO III – PONTOS DE CORTE ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

No quadro a seguir são dispostos os intervalos com os respectivos pontos de corte a serem observados. Tal arranjo mostra-se relevante porque há uma distinção entre os domicílios em que residem apenas adultos e onde residem crianças, considerando, ainda, que, para os primeiros são aplicadas apenas 08 (oito) questões do total.

**Quadro - Níveis de (in)segurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

Níveis	Ponto de corte*	Dimensão da (In) Segurança Alimentar
Segurança Alimentar (SA)	Todas as respostas negativas	Não há problema de acesso aos alimentos em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação que os alimentos venham a faltar no futuro.
Insegurança Alimentar Leve (IA-Leve)	De 1 a 5 respostas positivas	Há preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo e arranjos domésticos para que os alimentos durem mais.
Insegurança Alimentar Moderada (IA-Moderada)	De 6 a 10 respostas positivas	Há comprometimento da qualidade da alimentação na busca de manter a quantidade necessária. Neste nível da insegurança, inicia-se a redução da quantidade de alimentos entre os adultos da família.
Insegurança Alimentar Grave (IA-Grave)	De 11 a 15 respostas positivas	Condição em que há restrição da quantidade de alimentos, levando à situação de fome entre adultos e ou crianças da família.

Fonte: SAMPAIO *et al.* (2006).

OBS: \*Para a classificação dos domicílios para famílias sem menores de 18 anos, com possibilidades de no máximo 9 pontos, o corte é feito da seguinte maneira: SA – 0 ; IA-Leve – de 1 a 3; IA moderada de 4 a 6 e IA-Grave – 7 a 9.